

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DO ÓDIO VIRTUAL À VIOLÊNCIA REAL
uma análise da relação entre o cyberbullying e os massacres escolares**

NAOMI ANDRÉ CAMBARÁ BARBOSA

**SOROCABA - SP
2025**

NAOMI ANDRÉ CAMBARÁ BARBOSA

Dissertação final de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

SOROCABA - SP
2025

Barbosa, Naomi André Cambará

Do ódio virtual à violência real: uma análise da relação entre o cyberbullying e os massacres escolares / Naomi André Cambará Barbosa -- 2025.
170f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Antonio Henrique Bernardes
Banca Examinadora: Ismail Barra Nova de Melo, Nécio Turra Neto
Bibliografia

1. Ciberespaço;. 2. Bullying;. 3. Massacres Escolares. I. Barbosa, Naomi André Cambará. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Naomi André Cambará Barbosa, realizada em 06/11/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes (UFF)

Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo (UFSCar)

Prof. Dr. Nécio Turra Neto (UNESP)

Dedico este trabalho a cada jovem que, dia após dia, resiste às cicatrizes da hostilidade social e às sombras da violência. Que nunca se esqueçam: não caminham sós. Que possam sonhar e habitar um mundo erguido contra a barbárie, o medo e a fúria, e que descubram, no íntimo da esperança, que a verdadeira força não repousa na vingança, mas floresce na coragem de transformar.

Agradecimentos

Há muitos anos, ouvi em um anime a frase: *“Não importa o quão poderoso você se torne, nunca tente fazer tudo sozinho, certamente você irá falhar.”* Toda trajetória é marcada por pessoas que deixam impressões em nossas vidas. A solidude sempre fez parte de quem sou, mas hoje reconheço e valorizo cada pessoa que fez e faz parte deste caminho.

A vida acadêmica sempre foi um sonho para mim, um sonho distante, muitas vezes inatingível. Nunca me senti capaz ou inteligente o suficiente sequer para concluir a graduação, mas hoje, com imensa gratidão, vejo-me finalizando minha dissertação.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e a Seu Filho amado, Jesus Cristo, pelo amparo divino e por terem permitido que eu chegasse até aqui, mesmo diante de tantos desafios. À Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, presente desde o meu primeiro suspiro, e aos seus membros, que sempre me acolheram em Santa Maria, durante a graduação, e em Sorocaba no mestrado, oferecendo suporte emocional e material.

À minha família, em especial a duas mulheres que tornaram tudo isso possível: minha avó paterna Janir de Moraes Cambará e minha mãe Andréa, educadora, inspiração e força em minha vida. À minha avó materna Eugênia, às minhas tias Adriana e Alessandra e aos meus primos Maria Izadora, Alexandre e Alexuan. Ao meu avô Moisés, figura paterna amorosa que partiu em 2019, deixando em mim um legado de amor incondicional. À minha segunda avó paterna Maria Áurea, que nos deixou, mas que me marcou profundamente com seu incentivo e carinho. Obrigada por serem a base da minha existência.

Ao meu orientador, professor Antonio, que foi muito além de um orientador: acolheu-me, acreditou na minha pesquisa e em mim, mesmo quando eu mesma duvidava. Ao professor Benhur, pelo acolhimento acadêmico e humano, pela generosidade em me inserir no LABEU, pelo incentivo a prosseguir na pós-graduação e por me apresentar pessoas tão especiais.

Aos artistas que me sustentaram emocionalmente, BTS, ZEROBASEONE e Jay Chang, cuja música trouxe conforto em meio à dificuldade. Aos meus amigos virtuais,

que foram essenciais para que eu não desistisse: Bruna, Yury, Ray (com quem tive a alegria de me encontrar pessoalmente), Gisele, Priscila, Letícia, Flávia, Lavínia, Carol, Silvinha, Catarina e Najú. Ao amigo Rafael Sato, que desde 2016, em Campo Grande, me acolhe e me apoia, que me apresentou São Paulo e sempre abriu as portas de sua casa.

Às minhas amigas Alberta, Heloísa e Yolanda, com quem compartilhei o inesquecível grupo da geofísica. Aos amigos da Geografia: Felipe, pela amizade verdadeira, e Leonardo e Brendo, companheiros de eventos e de jornada.

Aos amigos que fiz em Sorocaba, em especial à banda *Falling Ashes*, Iago, Pedro, Humberto e Vini, que me confortaram com sua música em meio ao caos. Às amigas Letícia, Sarah, Dri e Stela, obrigada por compartilharem a amizade e me mostrarem um pouco mais de “Sorocity”.

À Universidade Federal de São Carlos e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-So), pelo suporte fundamental para a conclusão deste mestrado. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às políticas públicas de educação, que sustentam e fazem avançar a pesquisa no Brasil, mesmo em tempos de ataques e adversidades.

Por fim, agradeço profundamente aos sujeitos desta pesquisa, que se dispuseram a responder aos questionários, e à Escola Estadual Antonio Sproesser, que acolheu este estudo mesmo quando ele tocava em feridas dolorosas. A todos vocês, minha sincera gratidão.

RESUMO

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral dos sujeitos, não apenas no que se refere à construção do conhecimento e à ampliação da visão de mundo, mas também como espaço de vivências e experiências que moldam sua formação social e emocional. Entre as diversas funções assumidas pela instituição escolar, destaca-se sua relevância como ambiente de interações sociais, no qual os sujeitos estabelecem relações e desenvolvem habilidades de convivência, empatia e cooperação. No entanto, essas interações também podem refletir dinâmicas de inclusão e exclusão, processos intrínsecos à vida escolar. Fenômenos como o *bullying* evidenciam como a exclusão pode afetar profundamente a vida dos estudantes, gerando consequências que extrapolam os limites da escola. Com o advento e a popularização das novas tecnologias, essas dinâmicas sociais adquiriram uma nova dimensão. As interações e os conflitos, antes restritos ao espaço físico escolar, estendem-se agora às redes sociais e às plataformas digitais, podendo assumir proporções ainda maiores e mais complexas. Muitos desses episódios, frequentemente premeditados e anunciados de forma velada ou explícita nas plataformas digitais, levantam questões urgentes sobre a relação entre o espaço escolar, as interações sociais e o uso das redes sociais. Diante do exposto, observa-se que os processos de *bullying* e *cyberbullying* se interligam com os massacres escolares. Do mesmo modo, é possível analisar, a partir das falas e experiências dos estudantes e do corpo docente, como os discursos de ódio podem influenciar e ressignificar o espaço escolar e suas espacialidades. Os dados coletados por meio de questionários aplicados a alunos e professores revelam vulnerabilidades e a crescente presença de discursos de ódio e conteúdos motivadores nas redes sociais virtuais. O *bullying* e o *cyberbullying*, portanto, não resultam de um único fator, mas de múltiplas dimensões. Embora o *bullying* não seja o único determinante, ele aparece como elemento recorrente nas narrativas de ataques. O estudo conclui que a violência é fluida, se reinventa e encontra no ciberespaço tanto um ambiente de acolhimento quanto um meio de propagação da hostilidade.

Palavras-chave: Ciberespaço; Espaço Escolar; Massacres Escolares; Bullying;

ABSTRACT

The school plays a fundamental role in the holistic development of individuals, not only in terms of knowledge building and the broadening of their worldview, but also as a space of experiences that shape their social and emotional development. Among the various functions assumed by the school institution, its relevance stands out as an environment of social interactions in which individuals establish relationships and develop skills such as coexistence, empathy, and cooperation. However, these interactions can also reflect dynamics of inclusion and exclusion, processes intrinsic to school life. Phenomena such as bullying highlight how exclusion can deeply affect students' lives, generating consequences that extend beyond the limits of the school. With the advent and popularization of new technologies, these social dynamics have acquired a new dimension. Interactions and conflicts, previously restricted to the physical school space, now extend to social networks and digital platforms, potentially taking on even larger and more complex proportions. Many of these episodes, often premeditated and announced either subtly or explicitly on digital platforms, raise urgent questions about the relationship between the school environment, social interactions, and the use of social networks. Given the above, it is observed that the processes of bullying and cyberbullying are interconnected with school massacres. Likewise, it is possible to analyze, based on the statements and experiences of students and teaching staff, how hate speech can influence and reshape the school environment and its spatialities. The data collected through questionnaires applied to students and teachers reveal vulnerabilities and the growing presence of hate speech and motivating content in virtual social networks. Bullying and cyberbullying, therefore, do not result from a single factor but from multiple dimensions. Although bullying is not the only determinant, it appears as a recurring element in attack narratives. The study concludes that violence is fluid, reinvents itself, and finds in cyberspace both an environment of support and a means of spreading hostility.

Keywords: Cyberspace; School Space; School Massacres; Bullying.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'X'	41
Figura 2 - Captura de tela do comunicado do dia 20 de abril de 2023	42
Figura 3 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'X'	45
Figura 4 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'Discord'	49
Figura 5 - Captura de tela de uma reportagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná	53
Figura 6 - Captura de tela de uma reportagem realizada após o ataque em Sapopemba, no Estado de São Paulo	53
Figura 7 - Reportagem sobre o atentado em Monte Mor	62
Figura 8 - Reportagem sobre o atentado em Monte Mor	63
Figura 9 - Meme acerca dos processos de bullying	67
Figura 10 - Mapa de localização da cidade de Monte Mor - SP	76
Figura 11 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	108
Figura 12 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	110
Figura 13 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	112
Figura 14 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	113
Figura 15 - Diálogo obtido através da Rede Social 'X'	116
Figura 16 - Diálogo obtido através da Rede Social 'X'	118
Figura 17 - Relato obtido através da plataforma de vídeos 'Youtube'	120
Figura 18 - Relato obtido através da plataforma de vídeos 'Youtube'	121
Figura 19 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	124
Figura 20 - Relato obtido através da Rede Social 'X'	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Palavras-chave utilizadas para pesquisa bibliográfica na Plataforma Google Acadêmico.....	58
Quadro 2 - Número de artigos encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Google Acadêmico	59
Quadro 3 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES.....	60
Quadro 4 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de ciências humanas.....	60
Quadro 5 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de ciências humanas.....	60
Quadro 6 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de Geografia.....	61
Quadro 7 - Palavras-chave utilizadas no Apify	65
Quadro 8 - 10 princípios que pautam a regulação das Redes Sociais	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de alunos que utilizam as redes sociais	84
Gráfico 2 - Alunos que possuem contato com os colegas de turma através das redes sociais	86
Gráfico 3 - Índice de interação dos alunos com os colegas de turma nas redes sociais	87
Gráfico 4 - Alunos que utilizam a rede social X	88
Gráfico 5 - Utilização da plataforma Youtube pelos alunos	91
Gráfico 6 - Realização de comentários realizados pelos alunos no Youtube	92
Gráfico 7 - Visualização de ameaças e comentários de ódio à escola	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A JUVENTUDE E A VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	22
1.1. O espaço escolar	22
1.2. As relações juvenis	25
1.3. A violência escolar	27
1.3.1 O bullying e o cyberbullying como uma manifestação de violência nas escolas.....	31
2. O NÃO-CIBERESPAÇO E A VIOLÊNCIA.....	34
2.1. Das redes sociais à escola, a efetivação dos massacres escolares	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
4. A ESCOLA ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA EXPRESSÃO VIOLENTA: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO SPROESSER	72
4.1. A construção dos agentes do espaço, os alunos enquanto sujeitos de uma ação violenta e suas percepções	79
5. A MULTIPLICIDADE DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR, UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DO OLHAR DOCENTE	99
6. AS REDES SOCIAIS ENQUANTO AGENTES ATIVOS	107
7. UMA CONCLUSÃO INCONCLUSIVA.....	130

INTRODUÇÃO

A escola, para além de ser um ambiente de aprendizagem, configura-se como um espaço de construção de coletividades e comunidades. A cultura escolar está intrinsecamente relacionada ao conceito de espaço escolar múltiplo, entendido como um ambiente que abriga diferentes multiplicidades. Barbosa (2016) destaca que o espaço escolar decorrente da modernidade apresenta características que o diferenciam dos demais espaços, sendo “um lugar de produtos e convenções que são realizados através dos sujeitos” (Barbosa, 2016, p. 166). Ademais, a escola se configura como espaço institucional, regulamentado por regras, leis e normas, desempenhando uma função específica na sociedade. Nesse contexto, ela assume protagonismo nas diversas interações que ocorrem em suas dependências, interações estas que também se expressam como relações de poder, mediadas pelas figuras de autoridade que ali se constituem. A escola possibilita que haja um confronto diário através dessas normas e regras de convivência que são institucionalizadas e ultrapassam as relações pessoais mediadas pela informalidade (Gouveia-Pereira, 2008).

Esse espaço necessita contemplar um conjunto de condições que atendam às necessidades coletivas daqueles que nele se inserem. Embora o Brasil possua diversos documentos oficiais que reconhecem a relevância da diversidade cultural nos espaços escolares, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2022), tais documentos não abrangem todos os desafios que emergem nesse contexto. A escola possui a necessidade de ampliar a visão de mundo dos sujeitos que ali estão em processo de formação, compreendendo os diferentes pontos de vista através da construção de um espaço escolar mediado pelas coletividades e subjetividades (Aquino, 1996).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a escola, para além de um ambiente de diversidade, constitui também um espaço controlado e, por vezes, opressor, onde ocorrem situações de violência que ferem os alunos enquanto sujeitos. Tais violências os afastam do direito ao convívio social harmonioso, colocando-os em

condição de rejeição ou aversão perante seus colegas de classe. Diante desse contexto, as relações de socialização tornam-se fundamentais no processo de inclusão escolar, direito garantido constitucionalmente a todos os brasileiros, com o objetivo de assegurar “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205). Esses processos de opressão, nesse sentido, configuram-se como uma violação aos direitos da pessoa humana, que deveria encontrar nos espaços escolares acolhimento, e não opressão e abuso. Processos esses que não se restringem somente ao ambiente escolar na atualidade, conseguindo entropor-se diante de uma nova realidade que a tecnologia nos apresenta.

Com o aprimoramento dessas tecnologias e o avanço da indústria capitalista, bem como a introdução de novos bens de consumo, consolidou-se um novo modelo de consumo. Este modelo é sustentado por tecnologias voltadas à comunicação. Castells (1999, p. 68) descreve tais tecnologias como sendo "tecnologias da informação, processamento e comunicação". Nessa perspectiva, emergem possibilidades comunicacionais voltadas à interação entre sujeitos de diferentes localidades e culturas, promovendo o surgimento das redes sociais virtuais. Tjiboy (2005) irá definir as redes sociais virtuais como sendo canais de grande fluxo de informação que criam vínculos através das trocas de experiências e interações que são realizadas simultaneamente. Com essas redes, os debates tornam-se mais urgentes, especialmente diante das possibilidades que tal categoria tecnológica proporciona. O ciberespaço ocorre no espaço, contemplando as experiências espaciais por meio da comunicação que irá acontecer por meio das virtualidades. Ele desponta como objeto de estudo na ciência geográfica, ampliando o seu próprio conceito e expandindo para que os processos de sociabilidade ganhem uma dimensão *online*, que anteriormente não era imaginado. Essas relações sociais convergem, em muitos aspectos, com os estudos já consolidados da Geografia, embora apresentem especificidades que requerem aprofundamento. Essas relações sociais não se restringem somente à uma faixa-etária, mas demonstra especificidades através de um recorte geracional, assim como ocorre no ambiente escolar.

Os jovens inseridos no contexto escolar frequentemente buscam pertencimento em outros espaços, na tentativa de encontrar segurança e acolhimento. É nesse cenário

que o ciberespaço se apresenta como uma ferramenta potencial de inclusão, permitindo ao sujeito acesso a diversos ambientes. No entanto, essa condição possui duas facetas: a primeira revela o ciberespaço como espaço de inclusão, onde o sujeito encontra conforto e segurança, assim como Lemos (2005) aborda; a segunda, como ambiente de opressão, que se torna mais um local de sofrimento assim como descreve Vinha (2023). Essas duas faces dessa nova forma de socialização evidenciam os desafios relacionados às interações no ambiente virtual.

Esses processos criam um novo contexto, um contexto das sociabilidades *online*, onde essas expressões de uma parcela significativa da população moldam-se através das redes sociais virtuais. De Santana (2009) cita que essas mídias digitais vêm tendo significativa importância nos processos de aceleração e troca de experiências que irão atingir esses sujeitos de uma forma muito expressiva. Ao ter contato com essas novas possibilidades, o sujeito poderá construir uma nova identidade a partir desses processos de sociabilidades que se tornam cada vez mais importantes em suas vidas.

Ao abordarmos acerca do espaço, é necessário pensar no espaço através de uma perspectiva diferente. O espaço carrega uma multiplicidade e heterogeneidade que dialogam com a contemporaneidade e não podemos observar ele a partir de uma única ótica, assim como Massey (2008) nos apresenta. É necessário que essa abordagem alternativa do espaço contemplem todas as subjetividades que circundam os sujeitos sociais, abrangendo suas vivências e espacialidades de maneira plena. Essa abordagem do espaço enquanto produto de inúmeras inter-relações em escala global e local e global, “[...] como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade[...].” (Massey, 2008, p. 28). Essas multiplicidades estão presentes no ciberespaço, a partir de contextos sociais que são construídos através de todas as muitas geografias que o constituem.

Nós estamos aqui, mas também estamos lá. Trata-se de uma relação que, na contemporaneidade, integra o ser e o estar, conforme apresentado por Aguiar, Bernardes e Pacheco Junior (2023). Os autores demonstram que o mundo é constituído a partir dos processos que nos atravessam. Assim, não há afastamento do mundo no ato de navegar pela Internet, e essa prática não nos distancia dele. Pelo contrário, constitui-se como uma forma de situar-se no mundo, de estabelecer relações sociais que, essa mediação de significados é o que constrói o espaço, sendo resultado das experiências vividas, dos

sentidos atribuídos, bem como dos sentimentos experienciados pelos sujeitos, que podem ser positivos ou negativos. A coletividade também integra tais significados, reforçando a condição de ser e estar, aproximando ou distanciando os sujeitos, e, conseqüentemente, criando cotidianidades singulares para cada usuário. De acordo com Aguiar, Bernardes e Pacheco Junior (2023), é impossível conceber uma dissociação entre corpo e mente, uma vez que o que percebemos são representações eletrônicas às quais dedicamos nossa atenção, possibilitando manipulações acerca da constituição do ser e da necessidade das relações sociais virtuais.

O ciberespaço suscita reflexões acerca das múltiplas possibilidades de ser e de estar que emergem quando o ocupamos. Ele constitui um meio pelo qual estabelecemos relações com outras pessoas, não se configurando como um espaço imaginário, mas como uma forma concreta de comunicação. Não pode ser compreendido de maneira dissociada do espaço geográfico, pois é a partir deste que nos conectamos com o outro, entendendo que o ciberespaço não atua apenas como intermediador. As formas de sociabilidade virtual evidenciam sua potencialidade enquanto lugar que articula e entrelaçam relações no espaço geográfico.

As relações sociais no espaço possibilitam que o sujeito ocupe e produza suas próprias espacialidades em diferentes ambientes. A partir do lugar em que se insere, desenvolve suas interações sociais, constrói mediações e experimenta suas cotidianidades por meio dessas vivências atualmente, assumem caráter virtual. Essas espacialidades manifestam-se em diferentes ambientes através de diferentes perspectivas sociais e por diferentes vieses políticos. Há uma espacialidade da violência no território (Dantas, 2022) que pode atravessar todos os lugares, incluindo a escola.

A hostilidade no ambiente escolar é frequentemente discutida a partir da violência e de seus desdobramentos em episódios trágicos, que igualmente se vinculam a sistemas violentos mais amplos. Os debates acerca da violência escolar e de seus impactos não são recentes, constituindo-se há décadas como um ponto central de discussão acadêmica e social.

A manutenção da violência escolar e seus fatais desdobramentos parece ser – e merece ser – amplamente estudada e refletida a partir de seus pressupostos reais: não se trata de fatos isolados e não são apenas incidentes: pertencem a

um estado de coisas em que são referendadas, nas próprias relações sociais, o autoritarismo, o medo e a objetificação do outro como modo de vida (Maia, 2025, p. 55).

Abramovay (2005) aponta que a escola pode ser um espaço onde a violência se reproduz de diversas formas, evidenciando como esses processos violentos afetam as relações escolares. Tais sistemas de violência, ao se tornarem recorrentes, integram o cotidiano dos alunos. Não é possível prever como o sujeito reagirá diante de uma situação de violência nesse ambiente, sendo necessário considerar toda a subjetividade que o constitui.

No Brasil, o número de ataques e massacres em escolas aumentou significativamente nos últimos anos. Ódio, extremismo e declarações de vingança são apontados como os principais motivadores desses atos. Uma discussão crescente nesse campo trata da relação direta entre o uso da Internet e os casos de ataques em instituições escolares, o que intensifica o debate sobre as possíveis motivações para tais ocorrências. Ao abordar o espaço escolar, é notório o aumento de episódios de violência.

Todos os dias presenciamos cenas de desrespeito, agressividade, preconceito, discriminação dentro da escola. O espaço que deveria ser por excelência, de aprendizagem, de construção do conhecimento, tem sido utilizado para desenvolver atos de agressividade, revolta e desrespeito (Moura, Sodré e Alexandre, 2018, p. 319).

As discussões sobre as motivações dos ataques escolares geram intensa especulação quanto às possíveis justificativas para tais atos. Uma das hipóteses mais frequentemente levantadas relaciona-se a casos de *bullying* e a violências vivenciadas pelos agressores ao longo de sua trajetória escolar, ou ainda a disputas por poder, nas quais a escola é percebida como um espaço de competição. Esse contexto intensifica os debates sobre o papel do ambiente escolar na construção de relações de poder.

O cruzamento dessas experiências revela uma imbricação entre o espaço geográfico e o ciberespaço na conformação dos processos de isolamento social, e não uma simples sobreposição de diferentes espaços. Varela e Alvarez-Uria (1992) reiteram que a escola é uma instituição social que enfrenta inúmeras formas de socialização e de transmissão de saberes. É também no espaço escolar que a violência reverbera, impactando diretamente as vivências dos estudantes. A instituição escolar, para se

afirmar como um espaço legítimo de transmissão de saberes e conhecimentos, adaptou-se a outras formas de socialização e aprendizagem para além das já existentes. Portanto, a escola torna-se um monopólio de aprendizados, legitimados apenas por um sistema fundamentado, que demonstra sua superioridade frente aos saberes populares. Há de se considerar o controle social que há no ambiente escolar Varela e Alvarez-Uria, (1992, p.91) com o objetivo de controlar as massas aos interesses da burguesia o que influencia nas vivências desses sujeitos.

Diante disso, busca-se compreender se há uma relação entre as sociabilidades virtuais juvenis e as manifestações de violência no ambiente escolar, assim como as relações sociais face-a-face que ocorrem na escola. Essa violência, se entrelaça na escola e no ciberespaço, pois elas não são atos distintos e sim um espaço geográfico onde se reproduz dinâmicas de opressão e ataques, inclusive por meio de discursos de ódio. Igualmente busca-se investigar se o *bullying*, enquanto fenômeno, hoje pode ser praticado por meio das tecnologias digitais e se essas ações acabam se ampliando para o ciberespaço.

Partindo dessas hipóteses iniciais, esta pesquisa propõe-se a investigar três direções principais. A primeira considera que o *cyberbullying* possui uma dimensão espacial relacionada ao espaço escolar, local onde os jovens estão majoritariamente inseridos. A segunda sugere que, no caso dos estudantes, as experiências vividas no contexto escolar servem de base para postagens que configuram práticas de *cyberbullying*, seja por meio de perfis individuais ou da organização coletiva nas redes sociais virtuais. A terceira busca aprofundar a investigação sobre como a experiência escolar desses sujeitos é resignificada por meio da violência escolar.

Considerando a potencialidade do ciberespaço e das sociabilidades juvenis e indo além da ideia de que o ciberespaço se limita ao espaço virtual escolar, esta pesquisa pretende analisar como os jovens experienciam tanto o ciberespaço quanto o espaço escolar, buscando compreender as dinâmicas espaciais que se estabelecem entre esses dois ambientes. Ou seja, compreender como os estudantes percebem e interagem no ciberespaço e como a violência perpassa por todas essas vivências juvenis.

Após levantamento inicial, observou-se que algumas redes sociais são mais utilizadas pelo público juvenil, especialmente o *YouTube* e a plataforma *X*. Segundo a

pesquisa TIC Kids Online Brasil, realizada em 2023 (2023), 88% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos possuem perfil em redes sociais; entre os jovens de 15 a 17 anos, essa proporção chega a 99%. Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil realizada em 2024, as plataformas mais utilizadas são *Instagram* (preferido pelos adolescentes), *YouTube* (mais acessado pelos mais jovens) e *TikTok*. Além disso, um levantamento realizado pela própria plataforma X (2022) apontou que 70% dos brasileiros utilizavam a rede, sendo que 51% das postagens eram feitas por usuários entre 15 e 24 anos.

Esta pesquisa também busca compreender como as escolas que já vivenciaram episódios de violência percebem as sociabilidades virtuais juvenis e se as redes sociais são utilizadas como ferramentas que vão além da comunicação, funcionando como vetores de intensificação dos ataques escolares. Ademais, objetiva-se investigar a relação entre o ciberespaço, o *cyberbullying* e os casos de ataques em escolas do estado de São Paulo o qual apresenta o maior número de ocorrências desse tipo no país, com o maior índice de vítimas fatais. Segundo relatório elaborado por Vinha (2023), em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ocorreram dez ataques em escolas paulistas entre os anos de 2001 e 2023.

Além disso, busca-se analisar se os processos de sociabilidades nas escolas e investigar a relação com os episódios de *cyberbullying* e se há conexão entre esse fenômeno e os ataques escolares.

O Capítulo 2 aborda a relação entre juventude e violência, destacando como ambos os fenômenos se manifestam no espaço e como as espacialidades e vivências desses sujeitos juvenis se entrelaçam. O Capítulo 3 trata do conceito de ciberespaço e de como a violência e os discursos violentos se inserem no contexto das sociabilidades virtuais, influenciando diretamente a produção do espaço. O Capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando os métodos investigativos utilizados. O Capítulo 5 discute os massacres escolares e os discursos de ódio, bem como a organização de grupos que atuam nas escolas, evidenciando como o *bullying* e o *cyberbullying* podem se tornar potenciais motores para a efetivação de ataques violentos. O Capítulo 6 analisa o caso da escola investigada, descrevendo o ataque ocorrido e apresentando os dados referentes à aplicação do questionário junto

aos alunos. Por fim, o Capítulo 9 traz a perspectiva dos docentes e da equipe pedagógica acerca do ataque ocorrido nas dependências da escola, além de suas considerações e vivências sobre o tema.

1. A JUVENTUDE E A VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

A escola é um espaço onde os sujeitos iniciam suas relações sociais para além do núcleo familiar, (Tosta, 2013). É através desse ambiente que ocorrem nossas primeiras experiências e que contribui para nossa formação crítica ao decorrer dos tempos. É através deste espaço que o viver comum se apresenta, onde seres múltiplos coabitam com suas subjetividades e através dela exercem suas sociabilidades. Entretanto, apesar da escola possuir todas essas características, ela ainda pode ser expressa enquanto um ambiente de opressão e de isolamento para muitos alunos.

As discussões sobre a violência escolar já são objeto de estudo na academia há bastante tempo, visto que se trata de uma questão que integra a própria rotina escolar. Silva e Barreto (2018) destacam que o tema da violência escolar está presente desde a década de 1990, exigindo o desenvolvimento de estudos específicos sobre esse fenômeno em razão de sua crescente incidência. É no ambiente escolar que os estudantes vivenciam seus primeiros dilemas sociais e experiências de convívio em sociedade, mediadas por diversas formas de interação social.

Nos subcapítulos seguintes, será abordada a temática da escola e como ela converge com a discussão acerca das juventudes e do espaço escolar, em especial a violência escolar. Serão também discutidos os massacres escolares, o *bullying* e o modo como esse fenômeno tem sido utilizado como justificativa para tais atos.

1.1. O espaço escolar

Ao analisarmos o espaço, é necessário atentarmos para o fato de que a relação entre as espacialidades desses sujeitos em múltiplos ambientes, como a escola, por exemplo. Essa relação direta pode ser observada por meio da constituição de um espaço específico: o espaço escolar. Barbosa (2016) demonstra que o espaço escolar é um lugar de possibilidades, demonstrando que a escola para além de um espaço de formação, possui uma função significativa para a difusão de culturas através dos conteúdos escolares, atendendo uma classe hegemônica, neste caso, a burguesia.

Neste contexto, consideramos que os espaços de aprendizagem na modernidade constroem-se através das relações que a compõem. Através dessas espacialidades que compõem o espaço escolar levamos em consideração todas as suas relações que moldam a escola enquanto espaço, um espaço envolto de sociabilidades que permite que uma grande variedade de sujeitos produza suas cotidianidades em conjunto assim como Moreti (2019) nos descreve. O espaço emerge em suas ações, possuindo interferências do meio que não podem ser desconsideradas, pois essas práticas simbólicas as permeiam.

As relações socioespaciais revelam simbolismos a partir das formas de sociabilidade construídas nesse espaço. Ao considerarmos a violência como um mecanismo de poder, compreende-se que ela pode se tornar uma prática recorrente nessas relações. A escola é, antes de tudo, um espaço de sociabilidade, que pode transformar-se em um local de disputas e de expressão de relações de poder.

O espaço é tão desafiador quanto o tempo. Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo. Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança e (como alguns perceberiam) o terror da morte, então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa interrelacionalidade constitutiva – e, assim, a nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada (Massey, 2008, p. 274).

A escola, enquanto espaço de relações socioespaciais, conforma uma perspectiva singular de interpretação. Segundo Dayrell (1996, p. 04), “a escola é vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade”. A experiência dos sujeitos na escola é o que molda as expressões e os significados que ela exerce sobre cada indivíduo. Dessa forma, existem múltiplas interpretações acerca do que a escola efetivamente representa, construídas a partir das vivências espaciais dos alunos.

Uma outra forma de compreender esses jovens que chegam à escola é apreendê-los como sujeitos sócio-culturais. Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, dando-lhe

um outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios (Dayrell, 1996, p. 05).

A construção do espaço é realizada por sujeitos plurais, que carregam consigo suas identidades e ideologias. São essas dimensões que contribuem para a formação dos espaços, como o escolar. A violência, enquanto fenômeno social, manifesta-se no espaço escolar sob diversas formas. Por vezes, apresenta-se de maneira sutil e sequer é reconhecida como um ato violento, sendo naturalizada no ambiente; em outras situações, expressa-se como uma ação consistente e geradora de danos.

Esses ambientes institucionais e sociais produzem, além das espacialidades e sociabilidades, a própria constituição do sujeito. Quando o estudante se insere na escola e interage com seus pares, reproduz vivências acumuladas em outros contextos sociais. Essas vivências estão impregnadas de ideologias que, por sua vez, podem se manifestar por meio da violência. Pode-se exemplificar essa dinâmica com um estudante que agride e ofende outro em razão da cor da pele, orientação sexual ou condição social. As relações entre violência e poder são recorrentes no espaço escolar, especialmente em função da intensa produção de sociabilidades, agora ampliadas pelo ciberespaço.

Dessa forma, o espaço escolar pode transformar-se em um local de opressão e exclusão, assumindo novos significados para os sujeitos que o habitam. Ao considerarmos a escola como um espaço amplo e permeado por diversos fenômenos, surgem inúmeras possibilidades de interpretação. Conforme destaca Menezes (2003, p. 96): “As demonstrações coletivas de intolerância, desrespeito e violência são sempre chocantes, ainda mais quando atingem os mais frágeis e ocorrem na escola.”

Ao analisarmos o espaço escolar, é imprescindível considerar a juventude como um elemento central nas discussões que envolvem esse contexto. É possível, portanto, relacionar de forma integrada os três fenômenos: escola, juventude e violência. Esse debate, embora não seja recente, mantém-se presente e relevante em distintas áreas do conhecimento. A Geografia, como ciência, também possibilita a abordagem dessas relações sociais, contribuindo para a compreensão da interação entre juventude, escola e violência.

1.2. As relações juvenis

Ao nos debruçarmos sobre as discussões que envolvem a juventude, é necessário compreender que ser jovem não se restringe a uma definição única. Ao longo do tempo, o termo “juventude” assumiu diferentes significados, dependendo da forma como foi interpretado pelos sistemas sociais nos quais esteve inserido. Na contemporaneidade, as práticas juvenis também passaram por transformações significativas, influenciadas por suas espacialidades e culturalidades, assim como Novaes (2007) nos apresenta.

Nesse sentido, as preocupações com a cultura juvenil igualmente refletem preocupações com as próximas gerações e com o futuro que a juventude atual busca construir. Cavalcanti (2013, p. 86) adverte que “não se pode referir a essa categoria como uma unidade, cujas características classificadoras podem ser elencadas a priori e generalizadas.” A advertência da autora é pertinente, pois a juventude abrange uma diversidade de práticas sociais, o que inviabiliza a cristalização de uma identidade homogênea para os jovens.

Ao refletirmos sobre a juventude enquanto categoria social, é possível considerá-la como portadora de representações simbólicas e significativas para os diferentes grupos sociais. O jovem é influenciado tanto pelos processos de relações interpessoais quanto pelo espaço e pelo momento histórico em que se insere, fatores que contribuem para o processo de construção identitária. Nesse sentido, Abramo (1997) ressalta que a juventude deve ser compreendida como uma categoria social marcada por múltiplas dimensões e significados.

Há uma diversificação das juventudes, uma vez que existem múltiplas formas de compreender-se enquanto jovem. O cotidiano também precisa ser considerado como elemento fundamental na construção da identidade juvenil, conforme aponta Turra Neto (2013). Segundo o autor, “é justamente nesse contexto que os estudos de juventudes ganham uma preocupação com a espacialidade das culturas juvenis [...]” (Turra Neto, 2013, p. 03). Essas espacialidades juvenis manifestam-se no ciberespaço, partindo do entendimento de que influenciam diretamente a percepção e a construção identitária dos sujeitos.

Podemos visualizar essas influências quando Feixa (1999) cita que essas culturas juvenis desenvolvem suas próprias territorialidades através da construção de um novo território. Eles se apropriam de múltiplos espaços que tornam-se identitários a partir de suas marcas e apropriações e tal questão torna-se visível no espaço escolar. Os conceitos de espaço, território e lugar moldam as culturas juvenis que surgem a partir dessas construções coletivas assim como Oliveira (2021) nos apresenta.

Com o passar das décadas, os estudos sobre a juventude, enquanto fenômeno, ganharam uma nova dimensão espacial. No campo da ciência geográfica, esse debate também repercute, conquistando visibilidade social diretamente ligada à trajetória da juventude, como destacam Cardoso e Turra Neto (2011). Não há uma única maneira de ser jovem, embora haja o esforço de se estabelecer uma definição que se aplique universalmente. Ao refletirmos sobre as múltiplas possibilidades de ser jovem, evidencia-se sua diversidade e heterogeneidade.

Ainda que, num mesmo contexto sócio-espacial, é possível encontrar variadas trajetórias juvenis, é possível estabelecer paralelos entre a diversidade juvenil e a multiplicação de contextos sócio-espaciais, dentro de uma mesma cidade (Cardoso, Turra Neto, 2011, p. 03).

Essas diversas trajetórias juvenis, vividas em um mesmo espaço, como a escola compreendida não apenas como espaço de ensino e aprendizagem, mas também de sociabilidade, são claramente perceptíveis. O espaço escolar pode assumir diferentes significados para os jovens: pode ser um lugar de interação com colegas que compartilham interesses semelhantes, mas também pode representar um ambiente de opressão, dependendo da experiência vivida pelo sujeito. Esses grupos juvenis, apesar de praticarem o acolhimento entre seus semelhantes, podem, ao mesmo tempo, exercer atos de violência contra aqueles considerados diferentes. São agrupamentos entre esses sujeitos excluídos que poderão reforçar ainda mais sua aversão frente às possibilidades de sociabilidades que se moldam.

Ainda no debate sobre juventude e espaço escolar, e considerando sua dimensão espacial, observa-se que a multiplicidade de experiências nesse ambiente gera novas dinâmicas socioespaciais. O fenômeno juvenil contemporâneo é atravessado por novas

possibilidades de interpretação do espaço e de interação com seu entorno, gerando experiências singulares para o jovem que frequenta a escola diariamente.

No campo da Geografia, autores como Turra Neto e Cavalcanti têm se dedicado a refletir sobre as culturas juvenis enquanto campo de estudo. De acordo com Turra Neto (2013, p. 46), “Às culturas juvenis urbanas soma-se, portanto, uma preocupação com as transformações mais amplas na sociedade local, decorrentes de processos de modernização, urbanização e integração ao mundo”. Essas transformações podem ser observadas no ambiente escolar, pois esses processos de modernização estão presentes na escola.

Ao refletirmos sobre o tempo em que o sujeito juvenil está inserido no contexto escolar, identificamos possibilidades antes impensadas para esse ambiente. A escola passa a oferecer mais do que conhecimento formal: ela fomenta a expressão da identidade juvenil. Com isso, propõe-se uma abordagem espacial que reconheça a importância desse ambiente na trajetória dos estudantes. Embora não seja um espaço ocupado exclusivamente por jovens já que crianças e adultos também o frequentam, suas experiências se diferenciam e, muitas vezes, não correspondem ao conceito de juventude.

1.3. A violência escolar

Ao analisarmos o desenvolvimento da humanidade, observa-se que a violência sempre esteve presente em múltiplos contextos. Ao longo desse processo, nota-se que a violência pode se manifestar de diferentes formas e em diversos espaços. Foi por meio dela que várias relações foram se consolidando, evidenciando a construção de uma lógica de superioridade.

A violência está presente em distintos ambientes que se correlacionam, pois “dificilmente correspondem a compartimentos isolados no mundo real” (Arendt, 1970, p. 46). A violência adapta-se a diferentes usos, podendo instaurar relações de superioridade em distintos contextos. Ambos poder e violência não são encontrados em estado puro, uma vez que sofrem variações e desvios em sua aplicação. Ao refletirmos sobre um ato de ódio, como uma agressão, compreendemos que o agressor parte de uma construção

sobre a vítima, influenciada por diversos fatores. A violência, nesse sentido, não deve ser simplesmente questionada, pois pode manifestar-se tanto de forma racional quanto irracional, dependendo da compreensão do sujeito que a pratica.

Na contemporaneidade, a violência permanece presente em diferentes esferas, o que demonstra sua permanência ao longo dos séculos como mecanismo de ação. Essa violência adapta-se aos desejos daqueles que a exercem, assumindo papel significativo no cotidiano dos sujeitos. Arendt (1969) observa que a violência pode ser compreendida por sua função instrumental, aproximando-se das formas de coerção que a estruturam. Há novas formas de manifestação da violência, novos espaços em que ela se apresenta, adaptando-se às novas formas de interação que surgem através da emergência tecnológica, como as redes sociais, por exemplo.

É necessário também refletir sobre seu caráter natural. A violência, por vezes compreendida como irracional ou patológica, pode ser comparada a outros sentimentos humanos (Arendt, 1969). Quando associada à raiva que é um sentimento humano, a violência emerge diante da impossibilidade percebida de transformar determinadas condições sociais. Segundo a autora, esse sentimento manifesta-se especialmente quando nosso senso de justiça é violado em alguma circunstância.

No cotidiano, é perceptível que a violência é frequentemente utilizada como resposta imediata diante de situações percebidas como ofensivas. Tal violência não depende de quantidade para ser efetiva. Como exemplifica Arendt (2011, p. 85):

Mas, uma vez que um homem é admitido, ele sucumbirá ao encantamento inebriante da prática da violência [que] amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão (Arendt, 2011, p. 86).

Os atos violentos manifestam-se em diferentes espaços, expressando não apenas o medo, mas também uma aparente naturalidade, na qual outros sujeitos podem igualmente se fundamentar. Esses atos representam uma forma de dramatização por parte de quem os executa, ao explicitar divergências ou reclamações. Os espaços onde esses atos ocorrem tornam-se opressores, estabelecendo relações de superioridade cada vez mais eficazes.

A violência pode ser compreendida como um fenômeno que se adapta às mais diversas condições impostas, seja em ambientes públicos ou privados. Sua natureza instrumental exige orientação e justificação, as quais geralmente se relacionam com a finalidade do ato. A violência precisa ser legitimada, e essa legitimação costuma estar vinculada à percepção de um perigo iminente (Arendt, 2011). De Almeida e Ferreira (2021) continuam elencando que a violência igualmente pode ser compreendida como um resultado das relações sociais que se estabelecem através do espaço e que elas podem sofrer múltiplas interferências. As autoras prosseguem elencando que a produção dessas violências pode ter como base as fragilidades que perpassam as relações sociais ou a própria exclusão social moldada pela cultura do medo e do isolamento.

Esse perigo pode manifestar-se em diferentes esferas, nem sempre representado por um coletivo, mas, muitas vezes, construído a partir daquilo que o sujeito compreende enquanto uma ameaça frequente relacionada aos seus valores morais. Assim como Arendt (2011) descreve, esses desdobramentos das relações de poder são interpretados de forma lógica por quem os pratica, com base em uma convicção interna sobre a ameaça percebida. Portanto, essas relações de poder passam a ser sustentadas por discursos de dominação, frequentemente associados à ideia de eliminação de uma ameaça potencial.

Enquanto fenômeno social, a violência assim como suas práticas deve ser pensada de forma ampla. Ferreira e Penna (2005) citam que a violência molda-se frente aos atos que ferem os direitos humanos, abrangendo não somente a agressão física, mas situações de humilhação. Quando exercida por meio de poderes legitimados, a violência revela a existência de normas sociais subjacentes, seja no nível micro ou macroestrutural, funcionando como instrumento de dominação. A violência emerge, sobretudo, quando o reconhecimento do outro é negado, manifestando-se em múltiplas formas e em diferentes contextos. Em algum nível, seus efeitos causarão danos não apenas ao indivíduo, mas também de forma estrutural, comprometendo coletivamente a cadeia social. Arendt (2011) cita que a violência não está restrita a uma única classe social, continente ou país: ela se expressa nos mais diversos contextos e de múltiplas maneiras, adaptando-se ao ambiente em que se insere.

Considerar as relações sociais no contexto escolar implica discutir não apenas as diversas concepções individuais, mas também como essas relações podem promover o afastamento desses sujeitos da escola. A manifestação da violência entre os jovens é resultado de múltiplos fatores, mas, no espaço escolar, pode estar associada a uma violência institucional, marcada por simbolismos e mecanismos que a legitimam. Ferreira e Penna (2005) discorrem acerca da territorialização desses atos violentos, onde o território auxilia nos processos de produção e reprodução desse fenômeno e isso pode ser visualizado em variados espaços, como a escola, onde existe a produção de um espaço de violência, é através da criação de espaços desiguais que ela se desenvolve.

Os problemas sociais que envolvem a violência na juventude estão relacionados a diversos fatores, entre eles a cultura de ódio em massa e a institucionalização da violência pelo Estado, que é tido como um fenômeno antigo, assim como seus mecanismos. Peronil, Caetano e Valim (2021) apontam que as novas diretrizes neoliberais contribuem para a intensificação de um sistema competitivo, fomentando o individualismo que se propaga por meio de diferentes políticas educacionais. Os autores acrescentam que essa dinâmica representa uma tentativa de preservação e fortalecimento do sistema capitalista, restaurando condições consideradas essenciais para sua manutenção.

O processo de autoafirmação do sujeito juvenil pode ser permeado por discursos que desencadeiam ações violentas contra terceiros. Tais ações, no entanto, são realizadas como forma de afirmar um ideal. A violência está presente em muitas trajetórias, moldadas pelo medo, pela hostilidade, pela falta do sentimento de segurança que alguns espaços deveriam fornecer. O Estado, ao reproduzir práticas elitistas e autoritárias, contribui para que instituições como a escola também as manifestem.

Nesse contexto, a escola pode se tornar um ambiente opressor, hostil e dominador para o jovem. Na análise da construção desses cenários, a partir das sociabilidades escolares, destaca-se que a violência sempre busca justificativas instrumentais, ao passo que o poder necessita apenas de legitimação (Arendt, 2011). Pensar que a escola possa lidar com todas essas questões de forma eficaz e erradicar por completo tais problemáticas é uma utopia, o que torna inviável sua concepção como um espaço isento de conflitos relacionados à violência.

Ao abordar a dificuldade da escola em lidar adequadamente com os casos de violência escolar, faz-se referência ao aumento de ataques em instituições brasileiras, bem como às subnotificações desses eventos. Nem todas as formas de violência são catalogadas, o que dificulta a garantia de resoluções eficazes. Em alguns casos, a resposta do sujeito pode ser ainda mais violenta do que o ato que sofreu.

Ao discutir a função do espaço escolar e sua relação com o desenvolvimento cognitivo e social de um sujeito em formação, evidencia-se a superação de uma visão restrita da escola. Os processos de convivência são, de fato, fundamentais para moldar as dinâmicas de inclusão e opressão nas escolas, além de estarem diretamente relacionados à ocorrência de atos violentos nesse ambiente. Dentre os diversos espaços de sociabilidade juvenil, a escola frequentemente se destaca por sua centralidade e por seu papel na formação social e crítica desses estudantes, assim como o Ministério da Educação do Governo Brasileiro (Brasil, 2009) demonstra ao falar sobre as práticas cotidianas escolares.

1.3.1. O bullying e o cyberbullying como uma manifestação de violência nas escolas

Dentre os processos de violência escolar, destaca-se o *bullying*, um tipo de violência recorrente presente em diversos espaços educativos. Pedra e Fante (2008), a partir de Tatum e Herbet, conceituam o termo a partir da palavra inglesa *bully*, que significa “valentão”, geralmente usada para designar “o desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão”. A Lei nº 13.185/2015 (Brasil, 2015) define *bullying* como qualquer ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por uma pessoa ou grupo contra uma ou mais sujeitos com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima, dentro de uma relação de desequilíbrio entre as partes envolvidas.

Essa manifestação de violência pode ocorrer de diferentes maneiras, dependendo de como se expressa. Pode ser velada, dificultando sua identificação ou explícita quando mais facilmente reconhecida. Quando ocorre de forma silenciosa, muitas vezes não há

medidas cautelares por parte da instituição escolar, devido à ausência de provas contra o agressor ou ao receio da vítima em denunciar, por medo de represálias.

A literatura contemporânea reconhece o *bullying* como um fenômeno multifacetado, abrangendo diferentes tipos, como o físico, psicológico, verbal, social e o *cyberbullying*. Gomes (2011) ressalta que essa complexidade exige que a violência não seja analisada de maneira simplificada. Assim, os agressores não devem ser considerados os únicos responsáveis pelos atos violentos, uma vez que também são produtos da própria violência que os constitui.

O conceito de *bullying* nas escolas tem evoluído, sendo hoje compreendido como um problema grave de abrangência nacional. Smith (2004) o descreve como um fenômeno complexo que afeta diretamente o cotidiano da vítima. As representações sociais evidenciadas no espaço escolar são moldadas como parte desse processo violento. Trata-se de um fenômeno intencional, que faz parte do espaço geográfico escolar e atravessa suas subjetividades ali presentes.

A cultura escolar pode acentuar essas violências, especialmente diante da busca por aceitação e pertencimento. A violência, nesse contexto, é utilizada como ferramenta para afastar aqueles que não se encaixam em determinados padrões, gerando atos discriminatórios baseados em fatores sociais ou físicos, como condição socioeconômica ou cor da pele.

Aprofundando a discussão, é possível identificar a presença de uma violência simbólica no fenômeno do *bullying*. Essa forma de violência se manifesta de maneira efetiva no ambiente escolar. Bourdieu (1998) define a violência simbólica como uma coerção baseada em imposições simbólicas, econômicas ou sociais, nas quais as crenças do agressor legitimam um discurso dominante no espaço. Essa violência simbólica é sustentada por uma rede complexa de dependências materiais e igualmente simbólicas que extrapolam o espaço escolar, mas também se manifestam nele.

Ao tratar da violência no contexto escolar, é fundamental analisar como ela se caracteriza nesse ambiente específico. Como já mencionado, a violência se adapta aos espaços que ocupa inclusive à escola, oferecendo uma nova perspectiva sobre sua manifestação. Arendt (2000) argumenta que existem formas que integram a estrutura da

violência social, manifestando-se por meio de ideologias que permeiam a sociedade e cujo objetivo é o controle social, o que resulta na exclusão de diversos grupos.

Essa relação de opressão provoca reações em cadeia, nas quais os sujeitos experienciam relações opressoras e marcadas pela violência. Goldenberg (2011) ressalta que os processos de violência não seguem uma lógica própria, mas é necessário reconhecer que todos, em alguma medida, contribuem para sua reprodução. Arendt (2000) também enfatiza que a violência é estrutural e não se restringe ao sujeito, à sua família ou ao grupo social ao qual pertence.

A discussão exposta evidencia como a violência se adapta a diferentes contextos. A partir dessa premissa, surge o debate sobre o possível apagamento de formas diversas de violência pela utilização de um único termo, o *bullying*. Bispo e Lima (2014, p. 166) afirmam: “O debate atual sobre o *bullying* introduz uma série de questionamentos sobre a utilização do termo, o seu alcance e o que ele apresenta de novo.”. Esse possível apagamento refere-se à tentativa de enquadrar experiências de violência variadas sob uma única denominação, o que pode invisibilizar dimensões importantes da vivência desses sujeitos em suas relações de sociabilidade.

O crescimento dos fenômenos de violência expressos pelo *bullying* tem provocado debates que revelam como determinadas ideologias contribuem para a formação de práticas perversas. A necessidade de conformidade com um estilo de vida fundamentado em uma lógica excludente reflete a imposição de padrões que promovem a uniformização dos sujeitos em todos os espaços possíveis.

Discutir a juventude nas escolas é abordar uma relação multifacetada e complexa. O ambiente escolar possui intensa dimensão social, abrangendo as diversas formas de relacionamento e convivência, inclusive as marcadas por violência. A violência escolar é ampla, manifesta-se nas interações sociais e nos vínculos pedagógicos (Cezar; Barros Neto, 2008). O *bullying*, como expressão dessa violência, deve ser abordado dentro do conjunto das discussões sobre a temática. Silva (2010) aponta que a cultura do *bullying* se estrutura como um reflexo perfeito dessa cultura embasada na insensibilidade interpessoal e na total ausência de responsabilidade e solidariedade coletiva. Esse contexto nos permite compreender que o *bullying* é um fenômeno multifatorial que contribui para a expansão da cultura de ódio e da violência.

2. O NÃO-CIBERESPAÇO E A VIOLÊNCIA

O termo *ciberespaço* surgiu em 1984, no romance de ficção científica *Neuromancer*, do autor norte-americano William Gibson. O gênero, caracterizado por narrativas que exploram tecnologia, ciência e projeções de futuro, apresenta, na obra, um ambiente digital navegável, descrito como uma rede conectada entre computadores e consoles. O acesso a esse espaço, denominado *ciberespaço*, ocorre por meio de um computador, sendo ali representado como um universo digital alternativo, assim como De Assis (2010) retrata.

Posteriormente, com a popularização do termo, o conceito de *ciberespaço* foi incorporado pela comunidade científica, tendo como um de seus principais teóricos o filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy. Ao definir o ciberespaço, Lévy discute os impactos das novas tecnologias na vida cotidiana dos sujeitos inseridos nesse contexto, destacando que a sociedade está, de certo modo, condicionada pelas técnicas presentes nesse espaço. Segundo o autor: “É virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato” (Lévy, 1999, p. 47). Com essa definição, Lévy amplia o entendimento do ciberespaço, indo além de sua dimensão tecnológica e explorando sua essência enquanto manifestação do virtual, ou seja, aquilo que existe, que é concreto. O termo ciberespaço hoje pode ser compreendido como um espaço que é real e atual, pois perpassa pelas nossas vivências enquanto sujeitos, compondo parte de nossa territorialidade e espacialidades.

Diante disso, o que está em questão é um modo de ler o espaço pela existência, valendo-se de uma máxima geográfica: o território somente tem sentido porque os seres humanos, em relações sociais e existenciais, ocupam-no, usam-no, outorgam-lhe valor, distinção, limites. De maneira que as práticas sociais dos indivíduos e suas tramas existenciais tecem os lugares a partir de marcas culturais. Poder-se-ia dizer: as práticas temporalizam o espaço (Chaveiro, Gonçalves e Borges, 2019, p. 296).

É por meio das possibilidades que o ciberespaço apresenta que as espacialidades se conectam e essas conexões compõem parte da configuração do espaço. Não se trata de realidades distintas e separadas, mas da compreensão de que ambos os espaços são interdependentes e coexistem como uma única experiência. A afirmação de que não

existe ciberespaço sem o espaço físico fundamenta-se nas características que moldam o ser humano em seu meio.

Nesse sentido, trazer essa discussão torna-se essencial para a compreensão do que, de fato, é o ciberespaço. Ao nos debruçarmos sobre as relações mediadas pela Internet, a análise não se limita às interações sociais, mas também abrange os sentidos humanos e a maneira como estes integram a experiência vivida no ciberespaço.

Nós estamos aqui e aí, em um lugar, cada qual em sua sala, sentado em sua cadeira, mexendo as mãos, pernas e olhos para interagir por meio de uma máquina. Buscando o entendimento desta relação, sendo e estando cada qual em sua sala e sentado em sua cadeira, um mundo nos é desvelado no lugar no qual acessamos à rede de Internet (Bernardes, Aguiar, Pacheco Junior, 2023, p. 506).

As relações virtuais, dessa forma, permitem uma concepção de mundo que se manifesta como parte do espaço, a partir das sensações e percepções que integram esse conjunto. A mediação dos espaços por meio da Internet leva-nos a refletir sobre como o corpo também integra essas virtualidades. O ciberespaço não pode ser concebido como algo distinto do próprio espaço geográfico, pois, ao interagirmos por meio de uma tela, não nos desconectamos da percepção espacial do lugar.

A conceituação do ciberespaço no âmbito da ciência geográfica tem se consolidado como um tema de interesse crescente e relevância acadêmica, evidenciada pelo número cada vez maior de pesquisas desenvolvidas. Guilherme da Silva elaborou uma dissertação de mestrado voltada à conceituação do ciberespaço, incorporando também sua dimensão social na Geografia. Silva e Tancman (1999) já discutiam a dimensão socioespacial do ciberespaço. É inegável que, hoje, ele adquire relevância à medida que novas dinâmicas territoriais se globalizam. Silva (2013) demonstra que já existem correntes teóricas que consideram o ciberespaço uma categoria geográfica. Essas correntes trabalham com a construção de metodologias que dialoguem com outras categorias, como a categoria de espaço, por exemplo, que segundo o autor Silva (2013) permite suplantar alguns limites que se encontram em objetos geográficos tradicionalmente estudados. Entretanto, se estamos aqui, mas também estamos lá, ocupamos o espaço. O ciberespaço não pode ser interpretado como essa outra

dimensão, mas como parte do próprio espaço geográfico, pois as ações sociais que nele ocorrem dialogam diretamente com o que o próprio espaço se constitui.

Esses processos comunicacionais revelam elementos que podem ser utilizados como indicadores de dinâmicas espaciais. Se, anteriormente, a distância física limitava o contato e as relações, com o advento do ciberespaço essas limitações se tornam irrelevantes, devido às novas possibilidades de conexão e comunicação. Essas espacialidades não são somente físicas (Lévy, 2000), mas permeiam entre as relações enquanto formas possíveis de habitar os sujeitos, o que permite que haja uma pluralidade de possibilidades através dessa dimensão espacial.

Essas relações estimulam a emergência de novas identidades culturais, bem como de vínculos sociais e políticos. Assim, o ciberespaço não deve ser interpretado apenas como uma categoria da ciência geográfica, mas como elemento fundamental para compreender as novas formas de espacialidades surgidas nas últimas décadas. Indo além de uma definição que não contemplará toda a complexidade que o ciberespaço possui.

Suas funcionalidades, contudo, não se limitam às novas formas de sociabilidade. Ao tratarmos de globalização, conceito amplamente debatido na Geografia, estamos, também, nos referindo ao ciberespaço. Transações bancárias, redes corporativas ou sistemas governamentais são apenas alguns dos muitos exemplos viabilizados por esse ambiente. A partir da consolidação da Internet, “o ciberespaço passou a ter uma dimensão para além do enclausuramento em redes militares e acadêmicas restritas, ganhando os usuários não especializados” (Silva, 2013, p. 19).

Em certa medida, o ciberespaço reflete o intuito do sujeito na modernidade, evidenciado por essas conexões globais. Ainda que a definição do ciberespaço já tenha sido consolidada, sua constante evolução exige o aprofundamento de sua conceituação. A sociedade conectada está permeada pelo desenvolvimento tecnológico, que se aprimora continuamente, assim como a própria noção de ciberespaço. Ao nos aprofundarmos nesta discussão entendemos que o conceito de ciberespaço é denso e requer que tenhamos uma dimensão ampla de sua interpretação na geografia.

Buscar um conceito para ciberespaço é uma tarefa que exige um esforço epistemológico múltiplo, no sentido de se aliar uma perspectiva etimológica estruturante, uma proposta teórica coerente e um percurso histórico de sua formação (Silva, 2013, p. 36).

A tarefa de compreender essa nova formação do espaço e suas dinâmicas não se restringe exclusivamente à Geografia. No entanto, é por meio de uma perspectiva geográfica que se torna possível interpretar como essas transformações espaciais ocorrem. Ao refletirmos sobre os primeiros autores que abordaram a constituição do ciberespaço, observa-se que sua descrição frequentemente o apresenta como um ambiente isolado. Segundo Warschauer (2006, p. 218), “o ciberespaço constitui um mundo inteiramente à parte”. Mas, ele não é algo à parte, ele faz parte, faz parte de todas nossas relações que permeiam o espaço geográfico.

Todavia, considerar essa visão como a única possível é desconsiderar a complexidade e a funcionalidade que o ciberespaço proporciona. É a globalização que transforma essas concepções: é por meio das possibilidades de expressão e comunicação que se consolida a categorização do ciberespaço, ainda recente no âmbito acadêmico. O reconhecimento da importância desse tema no cotidiano contribuiu para que a informatização se consolidasse como elemento essencial ao desenvolvimento das novas espacialidades.

O espaço cibernético é o terreno onde está funcionando a humanidade hoje. É um novo espaço de interação humana que já tem uma importância profunda principalmente no plano econômico e científico [...] é a instauração de uma rede de todas as memórias informatizadas e de todos os computadores (Lévy, 1999, p. 13).

É a partir da construção desse novo espaço que as sociabilidades virtuais se afloram e transformam as vivências dos sujeitos. O compartilhamento de informações, bem como sua rapidez, constroi uma rede de múltiplas possibilidades através dessas interações. É notório que a humanidade passou por profundas transformações, das quais boa parte se deve ao desenvolvimento técnico do meio, resultado da convergência entre as tecnologias de telecomunicações e informática, conforme já apontava Masuda (1981). Vivemos em uma sociedade da informação, participativa, que desenvolve o espaço a partir das conexões estabelecidas socialmente.

Nesse sentido, com o avanço tecnológico, a necessidade de comunicação presencial foi sendo ressignificada, dando lugar a relações que passaram a ocorrer no ciberespaço (Bernardes, 2012). A Internet se popularizou em suas múltiplas funcionalidades, tornando-se uma ferramenta com materialidade legitimada.

Ao pensarmos na sala de aula, compreendemos que o aluno que navega no ciberespaço não deixa de interagir com o colega ao lado, de se movimentar ou de ouvir a explicação do professor. O modo de interação desse estudante ocorre simultaneamente em ambos os espaços; sua essência enquanto sujeito permanece ativa em cada um deles. Essas possibilidades evidenciam que o espaço físico e o ciberespaço não devem ser compreendidos como opostos, mas como dimensões complementares de uma mesma experiência.

No capítulo anterior, foi discutida a violência e como ela se manifesta no espaço físico; neste capítulo, demonstra-se que essa mesma violência presente no ciberespaço. Na contemporaneidade, a violência assume novas formas, abrangendo todos os mecanismos possíveis de opressão, incluindo as redes sociais virtuais.

As redes sociais, emergentes no contexto da globalização e da necessidade de ampliação das formas de socialização, possibilitam a comunicação à distância e a maior participação dos sujeitos, como destaca Bernardes (2020). É inegável que tais plataformas virtuais se tornaram essenciais em nosso cotidiano, a ponto de ser praticamente impossível imaginar a vida sem elas no atual contexto social. A necessidade de conexão por meio dessas virtualidades apresenta-se, cada vez mais, como parte essencial da existência humana.

Esses meios de comunicação são utilizados por inúmeros sujeitos, promovendo não apenas experiências individuais, mas também coletivas. A violência se manifesta por meio dessas trocas realizadas no ambiente virtual; agressões, insultos e opressões ocorrem nas redes sociais virtuais. Com a velocidade na disseminação da informação, a propagação do ódio também se intensifica e alcança cada vez mais sujeitos ou, neste caso, perfis.

É importante lembrar que as redes sociais pertencem a empresas privadas cujos responsáveis possuem suas próprias ideologias e visões de mundo. Durante muito tempo, essas ideologias operaram de maneira sutil na manutenção do imaginário social.

Atualmente, no entanto, essa influência tornou-se mais perceptível, principalmente diante das mudanças nas diretrizes das plataformas. Vários empresários à frente dessas redes vêm se manifestando com discursos alinhados, especialmente em defesa da liberdade de expressão mascarada através de discursos de ódio. Essa retórica, para além da questão das *fake news*, tem servido de justificativa para a expansão de atos violentos nesses espaços, os quais são, de forma enviesada, legitimados como manifestações da liberdade de expressão. Casos de perseguição, ataques e disseminação de ódio nas redes sociais tornaram-se cada vez mais frequentes. Tais ações podem ser promovidas tanto por um único perfil quanto por grupos organizados, muitas vezes criados especificamente para disseminar esse tipo de conteúdo.

As motivações que levam aos ataques são múltiplas, mas é evidente que muitos deles possuem uma base ideológica. Quando afirmamos que esses ataques são frequentemente cometidos em grupo, estamos nos referindo a ações coordenadas por meio das redes sociais virtuais. Ao destacar o funcionamento de comunidades virtuais que atuam de forma opressiva, percebemos que o senso de coletividade permanece, mesmo no ambiente digital. Carvalho (2012) observa que essas interações se desenvolvem por meio da multimodalidade e da versatilidade proporcionadas pelas comunidades virtuais. Esses grupos, ainda que virtuais, mantêm o conceito de comunidade, pois reúnem sujeitos em torno de um espaço comum.

De acordo com um relatório de política educacional da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foram registrados 37 ataques a escolas no Brasil entre 2001 e 2023. Desses, 21 ocorreram entre fevereiro de 2022 e outubro de 2023, demonstrando um crescimento expressivo nos últimos dois anos.

No decorrer desta pesquisa, questões como ódio e extremismo aparecem de forma recorrente nesses ataques. Dentre as possíveis motivações, destaca-se a organização de grupos em comunidades virtuais, que facilitam a comunicação e o planejamento das ações violentas.

O ciberespaço enquanto ambiente de sociabilidade emite práticas sociais que afetam a percepção de mundo desses sujeitos. A violência se manifesta em ambos de maneira simultânea, trata-se de compreender o tempo de ação e a combinação de fatores que contribuem para sua ocorrência.

O espaço escolar também está presente nas dinâmicas do ciberespaço. Normas sociais são reproduzidas nesse ambiente digital, mediadas pelas novas tecnologias e suas múltiplas possibilidades. Em relatório publicado em 2023, Vinha (2023) afirma que as interações entre adolescentes nas comunidades virtuais deixam de ocupar um lugar obscuro e passam a se materializar na superfície da Internet. Anteriormente, o acesso a conteúdos extremistas dependia da *deep web*¹; atualmente, esses conteúdos estão amplamente disponíveis em plataformas comuns. As comunidades se organizam nas redes sociais, facilitando o planejamento e a execução de crimes diversos.

A violência se manifesta nesses espaços e sua ampliação tem ganhado força como justificativa para a ocorrência de atos violentos. Vinha (2023) argumenta que os discursos produzidos nessas comunidades contribuem para a formação de grupos de apoio, que, mesmo de forma velada, sustentam essas agressões. O *bullying*, por sua vez, pode ser compreendido como uma dessas manifestações de violência, tendo a linguagem como principal instrumento de agressão nas redes sociais.

Essas perseguições não se limitam ao ambiente escolar, prolongando-se por meio da disseminação de ódio viabilizada por mecanismos digitais cada vez mais eficazes. Esses movimentos ocorrem de forma articulada e se consolidam nos espaços escolares, uma vez que a violência não termina quando o aluno deixa a escola. Os dispositivos móveis, embora promovam conexão, nem sempre oferecem experiências positivas. O ciberespaço provoca sensações diversas: segurança e conforto, mas também medo, angústia e temor diante da possibilidade de perseguição, uma linha tênue entre dois extremos.

Essa exposição contínua aos ataques aumenta a vulnerabilidade dos sujeitos. Os conteúdos nocivos não se restringem à comunidade escolar, propagando-se por diferentes espaços e afetando múltiplos sujeitos. O culto ao ódio tem se fortalecido, especialmente no ambiente digital.

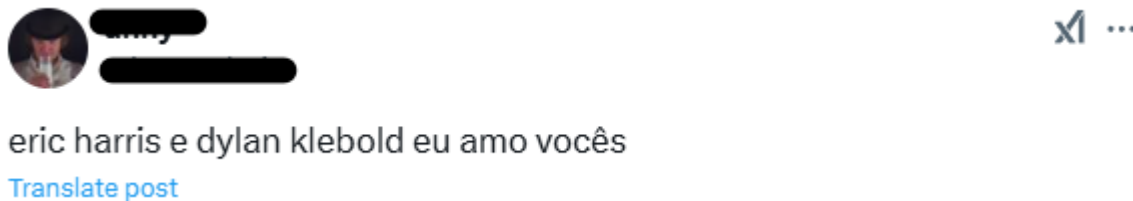
O aumento nos casos de violência está relacionado à difusão global desses atos. Não se trata apenas do aprimoramento das formas de violência, mas da maneira como a conexão virtual favorece sua reprodução em outros contextos. Ao falarmos sobre

¹ Parte da Internet que não é indexada pelos mecanismos de pesquisas mais conhecidos, apesar de abranger conteúdos legais, inserida na Deep Web está a 'Dark Web' que possui atividades criminosas.

massacres escolares, é inevitável mencionar os casos ocorridos nos Estados Unidos, país com recorrência desse tipo de violência. A replicação desses atos no Brasil surpreende e preocupa, especialmente diante da existência de comunidades que veneram atiradores responsáveis por massacres em escolas brasileiras.

Durante a realização desta pesquisa, realizou-se a análise de algumas reportagens que noticiaram acerca de massacres escolares que ocorreram no Brasil. As reportagens são de canais de comunicação de grande circulação, como o portal de notícias G1 e UOL. As reportagens vêm de diversos estados do país, o que demonstra que esses ataques às escolas é um problema nacional, que não irá se limitar somente a uma localidade em específico e sim podem ser encontradas no Brasil inteiro. A leitura das reportagens evidencia, quase sempre, o papel dos fóruns virtuais e sua influência. A presença crescente desse fenômeno no Brasil evidencia que discussões antes restritas a outros países agora fazem parte da nossa realidade.

Figura 1 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2024.

Na captura de tela mencionada, é possível observar o culto a autores de massacres promovido por meio das redes sociais virtuais. O perfil em questão, que utiliza a imagem de uma figura pública, expressa admiração por Eric Harris e Dylan Klebold, responsáveis por um dos massacres escolares mais conhecidos do mundo: o Massacre de Columbine, ocorrido em 20 de abril de 1999, no estado do Colorado, Estados Unidos. Atualmente, o culto a esses autores não se limita à *deep web*, sendo também promovido abertamente nas redes sociais virtuais ambientes públicos de fácil acesso. A expressão dessa admiração tem ganhado cada vez mais força e adeptos, inclusive com a criação de perfis dedicados a esse fim.

No dia 20 de abril de 2023, data que marcou os 24 anos do Massacre de Columbine, houve uma onda de ameaças nas redes sociais, muitas delas direcionadas a

escolas no Brasil. Essas ameaças vieram de variadas redes sociais virtuais, tendo alarmado instituições do Brasil inteiro. A organização desses sujeitos ocorreu por meio de comunidades virtuais com o objetivo de disseminar ameaças em todo o território nacional.

Na imagem abaixo, vemos um comunicado acerca das atividades do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) do Campus Suzano. Suzano é uma cidade localizada no Estado de São Paulo, próximo a capital paulista. No dia 13 de março de 2019, na Escola Estadual Raul Brasil, ocorreu um massacre onde 07 pessoas vieram a óbito e dezenas ficaram feridas. Segundo a reportagem realizada pelo portal G1 (2019), um adolescente e um homem encapuzado invadiram a escola a tiros, os assassinos abriram fogo contra professores, funcionários e alunos. Um dos autores era ex-aluno da escola e segundo a reportagem, o mesmo sofria *bullying* por parte de ex-colegas, assim como mantinha redes sociais com conteúdos neonazistas e extremistas. Na imagem abaixo há um comunicado acerca das ameaças que ocorreram no dia 20 de abril de 2023, essas ameaças resultaram em diversas autoridades se manifestando, assim como instituições de ensino. Como exemplo, temos uma declaração postada pelo IFSP, Campus Suzano, cidade onde ocorreu o último massacre com múltiplos óbitos.

Figura 2 - Captura de tela do comunicado do dia 20 de abril de 2023

INSTITUTO FEDERAL
São Paulo

Campus Suzano

MENU PRINCIPAL

- Nossos Cursos
- Trabalhe Conosco
- Estágios
- Atos Administrativos
- Enceja
- Planejamentos e Proteção do Centro

Comunicado sobre atividades do dia 20 de abril

Publicado: Quarta, 19 de Abril de 2023, 15h39 | Última atualização em Quarta, 19 de Abril de 2023, 15h40

Como já é de amplo conhecimento de todos(as) estamos, nestas últimas semanas, convivendo com uma série de situações tristes para o mundo da educação, tendo em vista as invasões e os ataques às escolas e estudantes. As redes sociais tem sido inundadas com notícias infundadas de ataques gerando pânico às comunidades escolares. **Uma dessas notícias prevê, para o dia 20/04/2023 (quinta-feira próxima), um ataque organizado às escolas no Brasil. As autoridades demonstram preocupação com a data considerando tratar-se do ataque à escola americana em Columbine entre outras coincidências.** Por outro lado, destaque-se que o protocolo de segurança do IFSP Suzano continua vigente e já aperfeiçoado para esse período de crise.

Ainda sobre o tema, faz-se necessário e importante informar que a direção do IFSP Suzano, apesar de não incentivar a propagação de informações duvidosas e sem comprovação, sensibiliza-se aos pais, responsáveis, alunos e servidores em relação ao receio com esses potenciais eventos. Em pesquisa informal com os pais e os alunos identifica-se um grande potencial de ausência.

Fonte: Própria Autora, 2024.

Diversas escolas suspenderam suas atividades, temendo a concretização dos ataques. Autoridades federais e regionais, bem como professores e membros da comunidade escolar, manifestaram preocupação diante da gravidade das ameaças, especialmente as publicadas em grupos do aplicativo Telegram, que permite a criação de canais com grande número de participantes. Segundo reportagem publicada pelo site *UOL* em 2023, o Telegram entrou em conflito com o Ministério da Justiça quanto ao fornecimento de dados, alegando não ter sido notificado a tempo. A reportagem acrescenta que outras plataformas, como *Facebook* e *TikTok*, também foram notificadas a prestar informações que pudessem contribuir para a prevenção de novos ataques escolares.

Segundo o site *G1* (2019), a Polícia Federal tem divulgado a realização de diversas operações com o objetivo de localizar e identificar os responsáveis por publicações e ameaças disseminadas em sites e redes sociais com teor racista, homofóbico, transfóbico, capacitista, misógino, entre outras formas de violência. Essas práticas discriminatórias transitam entre o ambiente escolar e as redes sociais, evidenciando como a violência perpassa ambos os espaços. Se antes essas manifestações intolerantes se restringiam ao ciberespaço, favorecidas pelo anonimato, hoje já não se limitam a ele, assim como Vinha (2023) menciona ao falar e citar acerca de como a violência se propaga através das interações virtuais.

O espaço se revela opressor em suas diferentes formas. A narrativa da violência sempre esteve presente, apenas se adaptou às transformações estruturais da sociedade. A escola, enquanto espaço de violência, reacende uma discussão antiga entre pesquisadores da educação: a necessidade de repensar o espaço escolar para além de sua função como local de produção do saber. No contexto pós-pandemia, pensamentos e ideologias que antes eram expressos com sutileza tornaram-se, por diversas vezes, explícitos, reforçando a percepção da escola como espaço opressor, isso pode ser observado através do aumento de casos de ataques às escolas no pós-pandemia (Vinha, 2023).

Essas manifestações deixam claro que práticas excludentes delimitam os espaços, tanto físicos quanto virtuais. Nas redes sociais, por exemplo, alunos de uma turma podem criar grupos incluindo apenas alguns colegas, excluindo propositalmente

outros. Em situações mais graves, alunos atacam colegas por meio de perfis falsos ou com insultos públicos nesses ambientes digitais. As virtualidades não devem ser compreendidas como realidades isoladas, mas sim como complementares, a partir do momento em que se reconhece a funcionalidade do espaço digital na vivência social.

Ao tratarmos do ciberespaço como um espaço de múltiplas possibilidades, referimo-nos à capacidade de as práticas ali realizadas alcançarem uma escala ampliada, com maior potencial de propagação. A violência cotidiana é muitas vezes justificada por diversas argumentações, especialmente no contexto do sistema educacional. Um aluno vítima de *bullying* pode encontrar nas redes sociais um espaço de acolhimento em comunidades virtuais; a questão, nesse caso, está na finalidade desses grupos: trata-se de um ambiente de apoio ou de um culto ao ódio? A resposta envolve a subjetividade do jovem, seus sentimentos e a forma como interpreta as agressões sofridas.

As redes sociais virtuais constituem um espaço de viabilidades, permitindo a criação de novos vínculos em diversos contextos sociais. Elas são fundamentais para os processos de sociabilidade expressos nessas interações. Tais realidades sociais emergem a partir de práticas mediadas pela Internet.

[...] o influente livro de Howard Rheingold, *The Virtual Community* (1993), deu o tom do debate ao defender veemente o nascimento de uma nova forma de comunicação, que reuniria as pessoas on-line em torno de valores e interesses compartilhados. Criando laços de apoio e amizade que poderiam se estender também à interação face-a-face. Sociabilidade irrestrita era a promessa. [...] No entanto, à medida que a Internet se difundiu para o conjunto da sociedade, seus efeitos sobre a sociabilidade tornaram-se consideravelmente menos espetaculares (Castells, 2003, p. 100).

Esses processos de sociabilidade, especialmente no que se refere às sociabilidades juvenis, expressam a necessidade de pertencimento do sujeito e como os espaços simbolizam esse sentimento. Esses grupos se articulam sob diferentes perspectivas, dependendo de sua finalidade. O que é imprescindível, contudo, é que compartilhem um interesse em comum, o qual passa a constituir a própria razão de existência da comunidade.

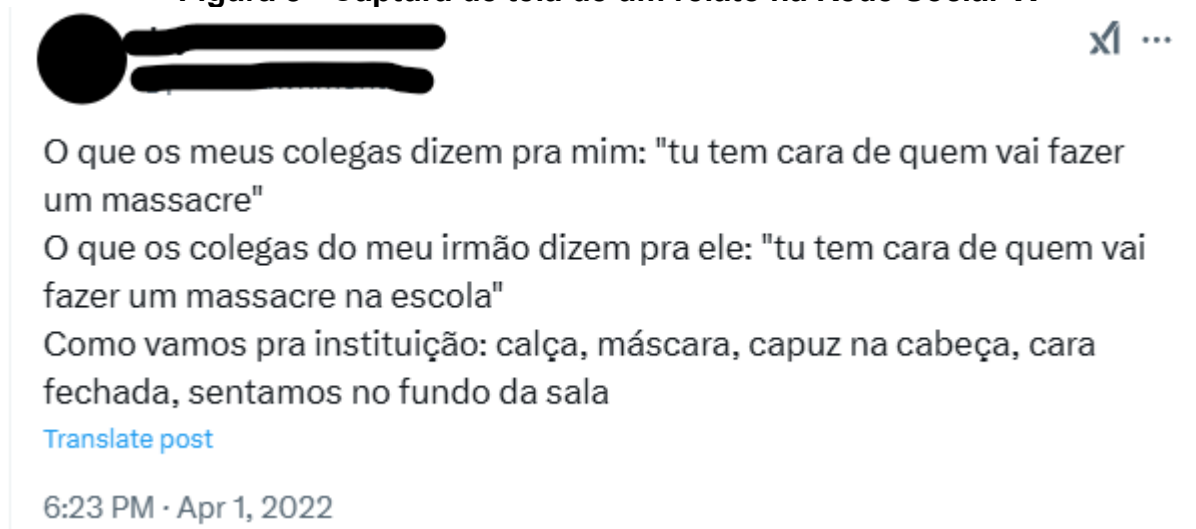
Essas novas formas de interação social funcionam como catalisadoras da transformação das relações sociais. Até mesmo a comunicação é impactada pela

introdução das redes sociais virtuais. Ao refletirmos sobre tais potencialidades, situamos essas considerações no contexto escolar juvenil, analisando como essas interações se convertem em sentimentos que influenciam a posição dos sujeitos em outros ambientes como a própria escola. Segundo Recuero (2005), essa organização é responsável pelo surgimento de uma estrutura social baseada em padrões específicos que caracterizam cada grupo, incluindo sua forma de organização.

[...] a interação que é cooperativa pode gerar a sedimentação das relações sociais, proporcionando o surgimento de uma estrutura. Quanto mais interações cooperativas, mais forte se torna o laço social desta estrutura, podendo gerar um grupo coeso e organizado. Na organização da comunidade virtual, portanto, é necessário que exista uma predominância de interações cooperativas, no sentido de gerar e manter sua estrutura de comunidade (Recuero, 2005, p. 14).

Essas interações cooperativas, conforme apresentado por Recuero (2005), são evidenciadas nos padrões de comportamento e/ou vestimenta de estudantes, como se observa, por exemplo, em sala de aula, onde determinada característica pode se tornar um ponto de atenção. As comunidades virtuais que promovem o culto ao ódio difundem ideologias que acabam se transformando em estereótipos para os observadores, sendo esse imaginário social construído a partir dos padrões reproduzidos nas próprias redes sociais virtuais.

Figura 3 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2024

Para alcançar esse relato, foi realizada uma pesquisa rápida dentro do próprio mecanismo da Rede Social 'X', onde ao colocarmos as palavras-chave massacre e escola, é possível encontrar diversas publicações com essa entonação. Ao nos depararmos com esse relato, no qual se descrevem os dizeres do perfil em questão, observamos que, entre os atos de violência, emergem questões pertinentes à reflexão sobre como determinados padrões de comportamento podem estar relacionados a possíveis práticas violentas. Esses grupos têm como referência atiradores cujos estereótipos são reproduzidos e incorporados ao senso comum dessas comunidades, o que remete à mesma necessidade de pertencimento anteriormente discutida. A tentativa de assemelhar-se a um desses atiradores está diretamente relacionada ao desejo de obter reconhecimento por replicar, de alguma forma, massacres que se tornaram notórios.

2.1. Das redes sociais à escola, a efetivação dos massacres escolares

Entre os anos de 2001 e outubro de 2023, ocorreram 37 ataques a escolas no Brasil, resultando em 164 vítimas, sendo 115 feridos e 49 óbitos, conforme estudo realizado pelo Ministério da Educação por meio do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas. Como já mencionado anteriormente, o *bullying* e o culto ao ódio têm sido os principais assuntos abordados enquanto fatores para o aumento dos casos de ataques escolares, pois ambos estão relacionados com situações de violência. O crescimento do extremismo, mediado pelas virtualidades, conforme apresentado neste trabalho, é apontado pelo relatório coordenado pela professora Telma Vinha (2023), intitulado *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil*, como uma das principais causas do aumento desses atentados.

Mesmo antes do advento do ciberespaço, a violência já estava presente no espaço escolar, sendo constantemente adaptada às novas formas de execução, ainda no ambiente educacional, como descreve Vinha (2023). O relatório aponta que os autores desses ataques são, na maioria das vezes, alunos ou ex-alunos das instituições atacadas, o que indica uma motivação direta na escolha do local. Outro ponto abordado diz respeito aos ressentimentos que justificam tais atos, retomando a discussão sobre o

espaço escolar como um ambiente opressor. Isso ocorre porque os sujeitos carregam experiências de violência vivenciadas ao longo de sua trajetória escolar, sejam elas agressões ou negligências. Durante anos, a instituição escolar tolerou práticas de castigos violentos aplicados por docentes; atualmente, esses atos têm sido reproduzidos por discentes.

Aliada à ausência de controle e monitoramento eficaz sobre o extremismo e os discursos de ódio, forma-se um cenário propício para a ocorrência de massacres. O aluno, cujo rosto é conhecido pela comunidade escolar, pode simular normalidade e esconder sua inclinação à violência. A escola, por sua vez, muitas vezes negligencia denúncias ou sinais de alerta sobre possíveis atentados até que o ataque se concretiza. É somente após o ocorrido que sintomas são investigados: discursos de ódio nos grupos escolares, perfis nas redes sociais, ameaças escritas em cadernos ou diários, além dos relatos de colegas sobre o comportamento do agressor ou comentários anteriores. A violência está presente em todo esse processo, demonstrando sua força e perversidade.

As manifestações de violência simbólica, isto é, aquela que desumaniza o sujeito e desencadeia outras formas de agressão adaptam-se ao ambiente em que ocorrem. Essa exteriorização do sofrimento transforma o ódio em expressão concreta, que, em casos extremos, culmina em massacres.

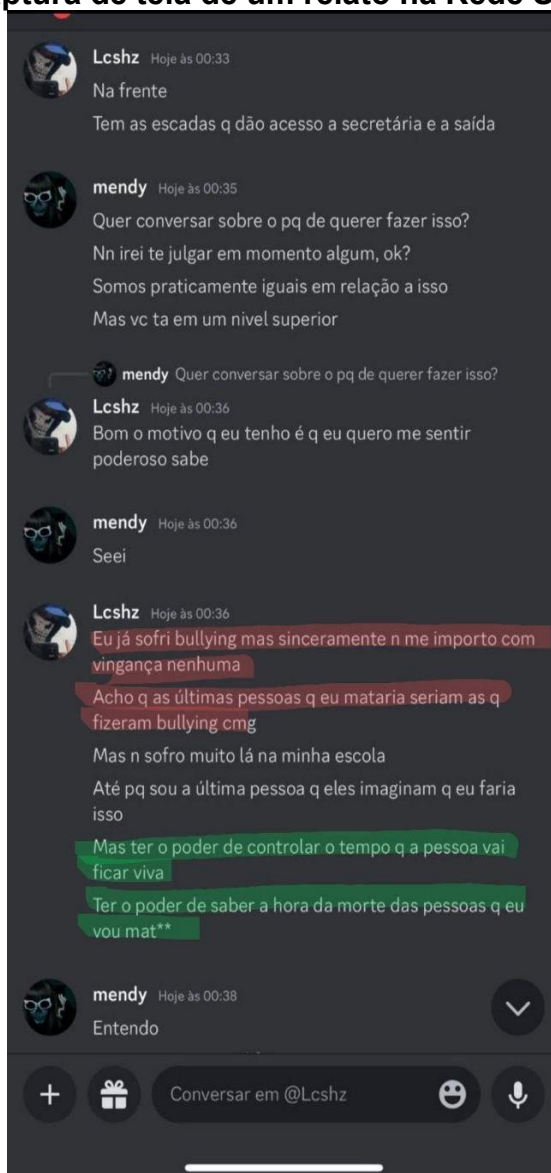
As comunidades virtuais atuam como suporte a esses atos. Para além das inspirações, esses alunos encontram apoio, instruções sobre como agir e incentivo por parte dos integrantes dessas comunidades. A sensação de igualdade dentro do grupo decorre da partilha do mesmo sentimento, que se materializa inicialmente nesse espaço coletivo. Se é a violência que induz tais ações, é também ela que as torna exequíveis pois já está presente na escola, manifestando-se em todos os ambientes que compõem o espaço escolar. Segundo o relatório elaborado pelo Grupo Temático de Educação, no âmbito do processo de transição governamental de 2022-2023 (*Cara et. al, 2022, apud Brasil, 2023*), as redes sociais têm se acentuado enquanto espaços potencializadores, enquanto um espaço de reafirmação de valores.

A propagação do culto ao ódio e ao extremismo pode ser compreendida a partir de três possibilidades principais. Pensando na questão de conteúdos extremistas sendo disseminados através dos mecanismos virtuais e na reafirmação desses valores e

princípios (Brasil, 2023) podemos tecer alguns apontamentos enquanto hipóteses. A primeira refere-se à ideia de que, por ter sido vítima de agressões, o sujeito justifica a adoção da violência como forma de resposta o que resulta nos massacres escolares. A segunda está associada a discursos extremistas, que legitimam ideologicamente ataques e massacres com base em ideias preconceituosas. A terceira possibilidade remete à busca por reconhecimento por meio da violência.

Os movimentos de sociabilidade que ocorrem no ciberespaço representam um ponto de encontro e de reconhecimento entre esses sujeitos. É sobre isso que precisamos refletir: sobre como o ciberespaço possibilita tais encontros, contribuindo para a construção da identidade do jovem, que frequenta a sala de aula e o pátio escolar, e que pode ser vítima de violências em um espaço inicialmente idealizado como acolhedor. Trata-se de compreender esse processo, esse sujeito juvenil que, simultaneamente, está na escola e nos grupos virtuais; que interage, compartilha emoções e constroi vínculos nesses ambientes que hoje são percebidos como espaços de segurança no mundo contemporâneo.

Figura 4 - Captura de tela de um relato na Rede Social 'Discord'



Fonte: Própria Autora, 2024.

Na captura de tela apresentada, observa-se que um servidor do aplicativo de mensagens *Discord*² reflete diretamente a discussão exposta anteriormente, pois um dos participantes do grupo troca mensagens sobre a possibilidade de realizar um massacre em uma escola no município de São Paulo, no bairro de Sapopemba no ano de 2023. A imagem foi extraída da rede social X, durante a análise imersiva realizada ao longo da

² Rede Social voltada para comunicação online através mensagens de texto, chamadas de vídeo ou de voz.

pesquisa. Segundo o relato do perfil que publicou a imagem, essa era uma das conversas ocorridas no servidor frequentado pelo suposto autor.

A facilidade proporcionada pelo anonimato favorece uma expressão mais livre dos sentimentos desses sujeitos, que encontram nessas comunidades um espaço de conforto e acolhimento. Ao manifestar a intenção de realizar um massacre, um dos perfis recebe prontamente uma resposta de outro usuário, que inicia o diálogo com a frase: “Não irei te julgar em momento algum”. Essa declaração exemplifica a sensação de segurança anteriormente mencionada.

Tais comunidades, altamente interativas, demonstram como o pensamento coletivo pode ser disseminado por meio das virtualidades existentes. As atividades desenvolvidas nesses grupos são um atrativo para um público específico. Por exemplo, a comunidade exposta na captura de tela provavelmente é composta por sujeitos que compartilham diversas características, como o fato de estarem vinculados ao ambiente escolar e perceberem a escola como um espaço de opressão. Contudo, as motivações para a realização de um massacre são variadas. No caso apresentado, nota-se que o interesse em cometer tal ato não está relacionado à vingança contra agressores, mas sim ao sentimento de superioridade proporcionado pela violência.

As interações nas redes sociais virtuais passam a integrar o cotidiano do aluno, de modo que suas sociabilidades não se restringem mais ao espaço físico escolar, estendendo-se ao ciberespaço. O Poder Público brasileiro tem buscado reagir à presença dos celulares e demais dispositivos eletrônicos nas salas de aula. O que antes era regido por leis estaduais, hoje se consolida em nível federal por meio da Lei nº 15.100/2025. O celular, nesse contexto, torna-se uma extensão do próprio corpo do aluno; restringir seu uso é, para muitos, comparável à perda de um membro. Para esses sujeitos, o dispositivo funciona como uma válvula de escape frente à hostilidade vivenciada na escola. Na era digital em que vivemos, repleta de recursos tecnológicos, é importante lembrar que o uso desses dispositivos não se limita aos estudantes, mas se estende a toda a comunidade escolar.

Vivemos em um tempo no qual é praticamente impossível realizar atividades cotidianas sem o uso do celular. No entanto, é necessário compreender que restringir seu uso não impedirá os alunos de interagir pelas redes sociais ou de expressarem seus

sentimentos de ódio. A responsabilidade da instituição escolar se encerra, formalmente, ao término do horário das aulas. Após isso, a interação social continua: nos grupos de mensagens, nos chats, nas fotos e publicações feitas *online*. O aluno irá desabafar em outros espaços, colocando seus sentimentos e frustrações em ambientes que compõem sua trajetória, ambientes esses que, em determinados casos, podem motivar ou influenciar atos violentos. Como demonstra Recuero (2009), essas manifestações não cessam com o fim do horário escolar.

[...] Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social a partir das conexões estabelecidas entre diversos atores. A abordagem da rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar atores sociais e nem suas conexões (Recuero, 2009, p. 23).

Quando essas trajetórias se encontram, ocorre, de fato, a construção do espaço. Se existe um ambiente no qual um sujeito se sente confortável para planejar um ataque escolar, é porque, em algum nível, os demais integrantes desse grupo demonstram simpatia ou validação em relação ao ato. Essa exposição revela que as estruturas desses grupos são cuidadosamente organizadas, criando variantes simbólicas do próprio ciberespaço, caracterizando-se como espaços de sociabilidades virtuais. São os interesses particulares desses sujeitos que os envolvem em tais profundidades; é por meio da troca de experiências que os vínculos se consolidam.

É evidente que esse apoio simbólico contribui para a concretização da ideia de execução de um ato violento no ambiente escolar. Aqui, não me refiro apenas aos ataques em si, mas também às práticas de *bullying*, que igualmente se instalam nas salas de aula, reproduzidas no cotidiano escolar. Quando um aluno encontra validação em tais grupos para expressar discursos preconceituosos, tende a reproduzi-los em seus espaços de convivência, trazendo consigo a ideologia disseminada por essas comunidades.

Essa violência é sistêmica. Goergen (2018) afirma que, por meio da lógica neoliberal, são impostas formas de comportamento violentas, criando um imaginário de superioridade sustentado por normas reguladoras. O aumento dos discursos de ódio revela precisamente essa condição de superioridade, a qual determina a posição do sujeito na hierarquia social. As condições impostas no ambiente escolar passam a

integrar essa lógica, e o avanço dos discursos conservadores demonstra como esses elementos estão interligados em um sistema estruturalmente enraizado:

A produção do espaço ganha uma nova interpretação, o termo que é centro das discussões na Geografia possui diversas particularidades, que estão atreladas com a perspectiva teórico-metodológica que utilizamos. Se aqui estamos elencando que não há um ciberespaço diferente de um espaço físico, consideramos que “a Internet é operada pela existência e nos coloca em relação, uns com os outros, por meio das redes sociais virtuais, ou seja, pelo ciberespaço.” (Bernardes, Aguiar, Pacheco Junior, 2023, p. 508).

Dessa forma, compreendemos que todas as ações que ocorrem no ciberespaço desdobram-se no espaço escolar, uma vez que estamos situados em um lugar no mundo (Bernardes, Aguiar, Pacheco Junior, 2023, p. 508). Sendo o lugar um fenômeno do cotidiano, a violência também assume essa característica cotidiana. Ao analisarmos pesquisas sobre a violência no Brasil, identificamos que a exposição diária a situações violentas, incluindo ameaças à integridade física e psicológica afeta de forma ainda mais intensa os jovens. Ainda que o conceito de juventude não se restrinja apenas à faixa etária, trata-se de uma fase de desenvolvimento cujos atos violentos podem causar prejuízos significativos.

Os ataques a escolas possuem múltiplas motivações, que variam conforme o autor e sua relação com a instituição, ou seja, a forma como compreende e vivencia o espaço escolar. Contudo, a violência e *bullying* são apontados como um dos maiores motivadores para que esses ataques ocorram. A escola se apresenta como um ambiente violento não apenas nos episódios de ataque, mas também por permitir, em sua própria estrutura, que determinadas agressões se instalem. Esse fenômeno é sintomático: a violência, em contato com as subjetividades juvenis, pode transformar o sujeito em alguém propenso a replicar tais atos, às vezes com ainda mais intensidade potencializando a ocorrência de ataques em larga escala dentro do ambiente escolar.

Figura 5 - Captura de tela de uma reportagem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Figura 6 - Captura de tela de uma reportagem realizada após o ataque em Sapopemba, no Estado de São Paulo



Fonte: G1 notícias, São Paulo.³

Essa violência também se manifesta no ciberespaço, visto que a sociedade impõe diversos parâmetros comportamentais aos sujeitos, e a reação ao não cumprimento dessas expectativas pode se materializar em forma de ataques. A Internet facilita a concretização desses atos, seja pelo anonimato, que dificulta a identificação do agressor, seja pela rápida propagação de mensagens, que em poucos minutos podem atingir um público numeroso.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/23/ainda-nao-somos-capazes-de-combater-o-bullying-e-a-homofobia-diz-tarcisio-apos-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>.

A perversidade desses atos reside no fato de que o sujeito jovem, ainda inserido no contexto escolar, sente-se encorajado a ameaçar a escola por meio das redes sociais virtuais ou a buscar, na *deep web*, orientações para efetivar os ataques. São justamente as possibilidades e facilidades oferecidas pela Internet que permitem à violência penetrar o espaço escolar, perpetuar-se e, gradualmente, tornar-se parte de sua estrutura. A presença constante da violência evidencia a reprodução de preconceitos em diversas esferas, sobretudo nos espaços de interação social, como é o caso das redes sociais virtuais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao tratarmos das virtualidades, do cotidiano e de sua relação com os sujeitos, torna-se evidente a possibilidade de aplicar metodologias com enfoque geográfico para compreender essas dinâmicas. Estudar essa relação é essencial, considerando a própria categorização do ciberespaço, uma vez que o objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico e seus desdobramentos.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, o primeiro procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo proporcionar a análise de trabalhos anteriores que discutiram as temáticas do *cyberbullying*, da violência e sobre juventudes no contexto da ciência geográfica. Nessa etapa, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A análise desse panorama de publicações permitiu identificar como essas temáticas vêm sendo abordadas ao longo do tempo, suas aproximações ou distanciamentos das abordagens geográficas e as urgências relacionadas às pesquisas mais recentes.

Concomitantemente, o projeto foi readequado em conjunto com o(a) orientador(a), a fim de ser submetido à avaliação do Comitê de Ética, considerando que os procedimentos metodológicos envolvem contato direto com seres humanos, uma vez que esta pesquisa se desenvolve em meio à comunidade escolar e trata de um tema sensível: os massacres escolares.

Como um dos objetivos desta pesquisa é identificar se os casos de *bullying* e *cyberbullying* influenciam nos massacres escolares diretamente, foi realizada a inserção dos pesquisadores em instituições de ensino que já passaram por esses episódios de ataques escolares para compreender suas vivências frente à essa realidade. Ao decorrer da pesquisa, houveram tentativas de tratativas para que 03 escolas localizadas no Estado de São Paulo fossem pesquisadas, entretanto com a negativa de duas das mesmas, foi possível realizar a pesquisa em somente uma. A escola selecionada fica localizada no Estado de São Paulo que vivenciou esse tipo de evento e teve grande repercussão nas redes sociais. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professor Antonio Sproesser,

situada no município de Monte Mor, localizada a cerca de 40 minutos da cidade de Campinas.

Na sequência, aplicou-se um questionário semiestruturado junto ao corpo docente e à equipe pedagógica da escola, além de outro direcionado aos estudantes da mesma instituição. As perguntas dos questionários foram elaboradas com o intuito de compreender como esses sujeitos interpretam a relação entre os ataques escolares e o ciberespaço.

Um contato prévio com a escola foi realizado para apresentação do projeto, seus objetivos e desenvolvimento, tanto de forma remota quanto presencial. A aplicação dos questionários ocorreu presencialmente, com a pesquisadora inserida no ambiente escolar e em contato direto com os alunos, professores e equipe pedagógica.

Também foi realizada uma análise de publicações nas redes sociais virtuais relacionadas aos ataques escolares, com base em conteúdos publicados em plataformas previamente selecionadas. Nesta pesquisa, foram adotadas duas metodologias com enfoque qualitativo: a leitura imersiva, desenvolvida pela pesquisadora, e a etnografia virtual, considerando que, ao se tratar do ciberespaço, é fundamental utilizar abordagens investigativas que permitam compreender os sentidos atribuídos às publicações realizadas nessas plataformas.

A leitura imersiva foi conduzida por meio da inserção da pesquisadora nas redes sociais destacadas *YouTube* e *X*. Ambas foram escolhidas devido à alta dinâmica de interação promovida por seus sistemas de comentários, o que possibilita uma superfície de contato ampliada para a coleta de dados. Ainda em relação à leitura imersiva, Santaella (2004) demonstra como se interpreta as informações a partir da conexão com a tela do computador.

Com o advento da era digital, da computação, e, posteriormente, da internet, torna-se evidente este tipo de leitura. É a leitura da multiplicidade de linguagens, da seleção/inter-relação das infinitas informações veiculadas pelos meios hipermidiáticos. É a leitura da tela do computador, que "navega" entre nós e conexões alineares pelas arquiteturas líquidas dos espaços virtuais (Santaella, 2004, p. 31).

Outra metodologia utilizada nesta pesquisa durante a coleta de dados nas redes sociais virtuais *X* e *Youtube* refere-se à etnografia virtual, a qual pode ser caracterizada como a constância da vivência do pesquisador no ambiente digital. Nessa abordagem, a mediação da tecnologia está presente durante todo o processo, tanto na participação observante quanto na observação participante. A observação participante, conforme descrita por Mercado (2012), diz respeito à forma como o pesquisador observa os comportamentos e interações no ciberespaço. Isso pode ocorrer por meio da inserção direta do pesquisador em comunidades virtuais, por meio de pesquisas e interações necessárias para a coleta de dados.

A participação observante igualmente foi realizada nesta pesquisa, uma vez que essa estratégia de investigação torna-se importante para compreender como esses grupos de ódio se organizam através das redes sociais virtuais. Neste caso, tentando atuar como parte desta comunidade investigada, uma observação acerca de como são realizados os comentários de ódio e como eles podem influenciar os massacres escolares. Isso foi realizado através do acompanhamento das publicações e de perfis que são atrelados com conteúdos de disseminação de ódio. Peruzzo (2017) cita que a participação observante contribui para que haja uma melhor compreensão acerca das dinâmicas de um grupo em específico.

Embora ambas as redes utilizadas sejam de acesso público e universal, todos os relatos coletados estarão devidamente protegidos quanto à identidade dos autores, preservando nomes e perfis. Serão analisados apenas os conteúdos das publicações, comentários ou relatos, com o objetivo de interpretar as manifestações desses sujeitos a partir de suas expressões e sociabilidades nas redes sociais virtuais. Para localizar as postagens na rede social *X*, será necessário o uso de hashtags, dado que é comum os usuários utilizarem hashtags específicas para categorizar o conteúdo de suas publicações.

Com base nos trabalhos citados, a coleta de publicações, comentários, respostas, número de curtidas e compartilhamentos será realizada por meio do *software Apify*. Essa ferramenta pode ser descrita como uma plataforma de automação e *web scraping*, composta por um conjunto de ferramentas de código aberto que auxiliam a operacionalização de serviços em diversas áreas, incluindo a pesquisa científica. Por

meio do *Apify*, é possível realizar buscas detalhadas com base em ano, mês, localização e palavras-chave, o que permite uma filtragem eficiente das informações relevantes ao contexto estudado.

Podemos perceber que a netnografia não se trata de uma transposição para virtual das formas de pesquisa presenciais e sim ela é um instrumental metodológico que permite estudos acurados das relações sociais virtuais e que, em muitos momentos, se confunde e complementa com os instrumentais tradicionais, tais como: a observação sistemática e participante, análise de conteúdo e de discurso, entrevistas, questionários etc. (Bernardes, 2021, p. 26).

Por fim, outra metodologia a ser considerada é a netnografia. Conforme descrito por Bernardes (2021), essa abordagem oferece múltiplas vantagens, especialmente ao permitir a análise do discurso com base na observação realizada por meio das redes sociais virtuais. A ciência geográfica pode aplicar essas metodologias, pensando nos estudos acerca de espaço e sociabilidades nas redes sociais virtuais, são caminhos metodológicos que tornam-se eficientes para pesquisas que envolvam o ciberespaço.

No primeiro quadro abaixo estão as Palavras-Chave que foram utilizadas durante a pesquisa bibliográfica. No segundo quadro estão expressos o número de artigos encontrados na área. A proposta dos quadros é demonstrar a quantidade de trabalhos realizados na área da Geografia acerca do tema pesquisado nesta dissertação de mestrado. As palavras escolares foram escolhidas a partir das palavras-chave desta pesquisa, assim como sua área de concentração, no caso a Geografia.

Quadro 1 - Palavras-chave utilizadas para pesquisa bibliográfica na Plataforma Google Acadêmico

Massacres Escolares e Geografia
Ciberespaço e Massacres Escolares
<i>Bullying</i> , <i>Cyberbullying</i> e Geografia
Ciberespaço, Massacres Escolares, <i>Bullying</i> , <i>Cyberbullying</i> e Geografia

Fonte: Google Acadêmico, elaborado por Naomi Barbosa, 2025.

Quadro 2 - Número de artigos encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Google Acadêmico

Palavra-Chave utilizada	Número de artigos encontrados
Massacres Escolares e Geografia	0
Ciberespaço e Massacres Escolares	276
<i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	1.220
Ciberespaço, Massacres Escolares, <i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	11

Fonte: Google Acadêmico, elaborado por Naomi Barbosa, 2025.

A escolha da plataforma Google Acadêmico justifica-se pelo seu amplo acervo e pela facilidade na busca de materiais relacionados às palavras-chave selecionadas. Foram considerados apenas os artigos publicados em língua portuguesa, uma vez que o objetivo desta pesquisa é investigar o tratamento do tema no contexto brasileiro. Por meio da pesquisa bibliográfica realizada, constatou-se a existência de trabalhos que abrangem todas as áreas envolvidas. No entanto, ao aplicar o filtro específico da Geografia, observou-se que há um número reduzido de produções na área, concentrando-se, em sua maioria, na última década. Ao colocarmos todas as palavras-chave na pesquisa, percebe-se que há apenas 11 artigos científicos na área, demonstrando que há poucos estudos que envolvam este tema. Desta forma, nota-se a importância da realização de trabalhos que contemplem esta área, principalmente falando da ciência geográfica.

Consecutivamente, foi realizada a mesma pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se as mesmas palavras-chave aplicadas na plataforma anterior. Inicialmente, a busca foi filtrada para contemplar exclusivamente publicações na área de Ciências Humanas e, posteriormente, restringida à área de Geografia. Ao abordar um tema que envolve diretamente as sociabilidades, o ciberespaço e o ambiente escolar, é necessário compreender que os trabalhos de caráter multidisciplinar são amplamente presentes, uma vez que as discussões sobre o ciberespaço, juventude, espaço escolar e sua relação com os massacres perpassam diversas áreas do conhecimento, para além da ciência geográfica.

Quadro 3 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES

Palavra-Chave utilizada	Número de artigos encontrados
Massacres Escolares e Geografia	0
Ciberespaço e Massacres Escolares	0
<i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	2
Ciberespaço, Massacres Escolares, <i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	0

Fonte: Portal Periódicos CAPES, elaborado por Naomi Barbosa, 2024.

Quadro 4 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de ciências humanas

Palavra-Chave utilizada	Número de artigos encontrados
Massacres Escolares	5
Ciberespaço e massacres escolares	0
Ciberespaço e Geografia	63
Ciberespaço, Geografia e Massacres Escolares	0

Fonte: Portal Periódicos CAPES elaborado por Naomi Barbosa, 2024.

Quadro 5 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de ciências humanas

Palavra-Chave utilizada	Número de artigos encontrados
Massacres Escolares e Geografia	5
Ciberespaço e Massacres Escolares	0
<i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	63
Ciberespaço, Massacres Escolares, <i>Bullying, Cyberbullying</i> e Geografia	0

Fonte: Portal Periódicos CAPES elaborado por Naomi Barbosa, 2024.

Quadro 6 - Número de artigos de 2014 a 2025 encontrados utilizando as palavras-chave para pesquisa bibliográfica na plataforma Portal Periódicos CAPES com o filtro de Geografia

Palavra-Chave utilizada	Número de artigos encontrados
Massacres Escolares	0
Ciberespaço e massacres escolares	0
Ciberespaço e Geografia	63
Ciberespaço, Geografia e Massacres Escolares	0

Fonte: Portal Periódicos CAPES elaborado por Naomi Barbosa, 2024.

Através da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível observar que não há trabalhos que envolvam massacres escolares no contexto do *bullying* e do *cyberbullying* na área da Geografia. No entanto, muitos desses estudos utilizam conceitos da Geografia como base teórica para explicar determinados fenômenos sociais e para descrever o espaço. A leitura dos materiais permitiu identificar uma presença significativa do conceito de espaço geográfico e de sua aplicação em outras áreas do conhecimento. Mesmo sendo um termo de origem geográfica, o espaço geográfico não possui uma única interpretação; ao contrário, apresenta múltiplas leituras, dependendo do uso e da ocupação do território.

Verificou-se também que há escassez de trabalhos que relacionem especificamente a Geografia ao fenômeno dos massacres escolares. Isso pode ser atribuído ao fato de que se trata de uma temática relativamente recente no campo das pesquisas científicas, bem como à própria categorização do ciberespaço enquanto objeto de estudo da Geografia, que também é recente.

O primeiro passo desta pesquisa foi a seleção de escolas nas quais ocorreram ataques ou massacres que tiveram ampla repercussão nas redes sociais virtuais. Considerando-se os aspectos logísticos, foram selecionadas três escolas localizadas no Estado de São Paulo, nos municípios de Suzano, São Paulo (capital) e Monte Mor. A proposta inicial consistia na inserção da pesquisadora em todas essas instituições para a realização da pesquisa de campo.

Entretanto, ao buscar contato direto com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e com as secretarias regionais de ensino, foi indicado que o contato fosse feito diretamente com as escolas. Apesar dos esforços realizados, por meio de ligações telefônicas e envio de e-mails explicando os objetivos da pesquisa, não houve retorno por parte de duas das três escolas. Diante da ausência de resposta após meses de tentativas, optou-se por excluir essas instituições da pesquisa. Contudo, foi possível estabelecer diálogo com uma das escolas que apresentou o mesmo perfil das demais: o ataque foi cometido por um ex-aluno e teve ampla repercussão nas redes sociais. A escola selecionada foi a Escola Estadual Professor Antonio Sproesser, localizada no município de Monte Mor, São Paulo.

Figura 7 - Reportagem sobre o atentado em Monte Mor



Fonte: Portal G1 (EPTV).⁴

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/02/13/o-que-se-sabe-sobre-o-atentado-em-escola-de-monte-mor.ghtml>, 2023.

Figura 8 - Reportagem sobre o atentado em Monte Mor



Fonte: CNN Notícias⁵.

Paralelamente a esse processo, o projeto foi adequado em conjunto com o(a) orientador(a) e submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), de modo a assegurar que os procedimentos envolvendo seres humanos estivessem de acordo com as exigências éticas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Após a realização das correções e adequações exigidas pelo CEP, foram iniciadas as etapas metodológicas previstas.

A metodologia foi organizada em duas partes: a primeira voltada à análise das redes sociais virtuais e a segunda referente à aplicação de questionários na escola selecionada. Para a etapa referente às redes sociais, foram adotadas duas metodologias qualitativas com foco na análise do ciberespaço: a etnografia virtual e a netnografia.

Ambas as metodologias foram escolhidas por permitirem a extração e a análise de dados provenientes das redes sociais virtuais, alinhando-se aos objetivos da pesquisa. A relação entre as redes sociais e o cotidiano dos sujeitos, especialmente dos jovens em idade escolar, evidencia mudanças significativas nas dinâmicas sociais que os envolvem.

⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovem-e-apreendido-com-simbolos-nazistas-apos-arremessar-bomba-caseira-em-escola-em-monte-mor-sp/>, 2023

Autores como Bernardes (2012) destacam que essas dinâmicas podem ser interpretadas, analisadas e sistematizadas de diversas formas.

Diante desse cenário, a netnografia é introduzida como a primeira metodologia. Trata-se de um procedimento qualitativo voltado à análise de publicações originadas em comunidades ou nichos virtuais. De acordo com Kozinets (2002), a netnografia é uma metodologia derivada da etnografia tradicional, adaptada às novas formas de interação promovidas pelas redes sociais virtuais:

A Netnografia é uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas (Kozinets, 2002, p. 61 e 62).

Para a aplicação da netnografia nesta pesquisa, tornou-se necessário definir critérios de seleção que permitissem uma avaliação capaz de contemplar as subjetividades dos sujeitos investigados, atendendo, assim, às demandas específicas do estudo. Com o objetivo de facilitar a execução dessa etapa, optou-se pela utilização de uma plataforma capaz de realizar buscas rápidas na rede social selecionada.

Para localizar as postagens na rede social X, utilizou-se o recurso das *hashtags*, considerando que é prática comum entre os usuários, especialmente os jovens que integram o ciberespaço, utilizar *hashtags* específicas conforme a temática abordada nas publicações. Com base nos trabalhos anteriormente citados, a coleta de publicações, comentários, respostas, interações, bem como o número de curtidas e compartilhamentos, será realizada por meio do *software Apify*.

O *Apify* pode ser descrito como uma plataforma de automação e *web scraping*, composta por um conjunto de ferramentas de código aberto que auxiliam na operacionalização de serviços em diversas áreas, inclusive na pesquisa científica. Com o uso do *Apify*, é possível realizar buscas detalhadas com base em filtros como ano, mês, localização e palavras-chave. As palavras-chave foram escolhidas a partir da verificação recorrente das mesmas nas publicações por meio da etnografia virtual, demonstrando ter

um índice recorrente de sua utilização nas publicações realizadas nas plataformas investigadas. A seguir, será apresentado um quadro com as palavras-chave utilizadas na pesquisa por meio da referida plataforma.

Quadro 7 - Palavras-chave utilizadas no *Apify*

Massacre na escola
Tiroteio na escola
Fazer um massacre
Escola
<i>Bullying</i>

Fonte: Própria Autora, 2024.

A netnografia, enquanto metodologia de pesquisa, permite o estudo dos comportamentos de determinadas comunidades inseridas no ciberespaço. Ela se adequa aos princípios da etnografia tradicional, trazendo a possibilidade de análise de fenômenos sociais mediados digitalmente, neste caso, por meio das redes sociais virtuais. Mesquita e Guimarães (Mesquita e Guimarães, 2022, p. 238) afirmam que “as ações e interações dos sujeitos no ambiente digital são o foco do método; entretanto, elementos contextuais são empregados para ampliar a compreensão do objeto.”. Segundo os autores, essa abordagem torna-se natural, pois proporciona ao pesquisador uma inserção contextualizada no ambiente social *online*.

Um dos desafios enfrentados refere-se ao excesso de informações, que pode comprometer a extração de dados, já que os conteúdos coletados pelo *software* não são filtrados automaticamente, essa etapa é realizada manualmente pelo pesquisador. No entanto, o *Apify* permite a aplicação de filtros que contemplam variáveis como data, localização e horário da publicação, o que facilita o processo de triagem dos dados relevantes.

Para a análise das publicações extraídas com o uso do *Apify*, foi empregada a Leitura Imersiva como ferramenta interpretativa das manifestações nas redes sociais virtuais. Esses ambientes digitais extrapolam a mera funcionalidade comunicativa e tornam-se espaços de pertencimento e reconhecimento simbólico para os sujeitos

envolvidos. A imersão do jovem em idade escolar, neste contexto, envolve experiências significativas em sua formação. Santaella (2004, p. 33) descreve esse sujeito como um “leitor implodido”, cuja subjetividade se materializa na “hipersubjetividade de infinitos textos num grande caleidoscópio tridimensional, onde cada nó e nexos podem conter uma grande rede numa outra dimensão”.

Essa navegação pode ocorrer por diferentes vias: som, imagem, texto ou interações entre sujeitos e não se restringe exclusivamente ao ciberespaço. No entanto, é inegável que este ocupa papel central nas novas possibilidades de comunicação e interpretação. A popularização das redes sociais virtuais transformou significativamente a forma como a leitura e a interpretação textual são realizadas, dando origem a novos elementos comunicacionais, como memes e emojis.

Essa revolução nos modos de leitura contribuiu para a formação de um leitor imersivo, capaz de se conectar com os outros por múltiplas vias, construindo um encontro de saberes entre sujeitos. Santaella (2004) argumenta que esse leitor é capaz de articular fragmentos de múltiplas naturezas, desenvolvendo uma leitura multisequencial. As interações sociais no ciberespaço moldam um sujeito com alto potencial de diálogo com os elementos que lhe são apresentados, independentemente de sua forma. Ainda segundo a autora, essas interações formam uma triangulação entre o sujeito, as conexões estabelecidas no ciberespaço e a própria navegação. Essa triangulação se expressa por meio dos sentidos corporais, físicos e mentais, pois o sujeito “navega pelo espaço”.

O leitor imersivo fundamenta-se em diversos textos que lhe são apresentados por meio da hipermídia, conceito proposto por Santaella (2004), a partir do qual se desenvolvem os demais sentidos. No ciberespaço, esse sujeito vai além do perfil virtual: ele é uma pessoa com interpretação própria, que articula objetos e signos em uma exposição única. Sua condição como leitor é também condição para a materialização do fragmento de linguagem verbal ou não verbal, conforme o contexto em que essa linguagem está inserida. Esse leitor imersivo, acima de tudo, é o sujeito que se insere no espaço, neste caso, no ciberespaço, criando conexões simbólicas com os objetos e conteúdos que consome.

Quando discutimos os jovens e a sensibilidade que carregam em função de experiências pessoais que afetam diretamente suas trajetórias, estamos falando da criação de espaços simbólicos moldados pelo imaginário, no qual imagens, memes ou áudios refletem e dão forma ao seu cotidiano. Uma publicação sobre violência escolar, por exemplo, não se restringe ao espaço físico da escola, mas carrega sentimentos e experiências que se manifestam por meio dessas novas linguagens digitais. Neste caso há uma nova configuração de linguagem, que irá atingir mais o público-alvo que irá consumir esse tipo de conteúdo, trazendo uma relação nova com as redes sociais virtuais e o ciberespaço. Há uma forma de se comunicar única, que contempla cada comunidade de maneira única, abrangendo suas especificidades de forma satisfatória.

Figura 9 - Meme acerca dos processos de *bullying*



Fonte: Na Imagem. (Reprodução/Internet), 2024.

Na figura apresentada, é possível compreender, por meio da imagem, qual é o real intuito do meme em questão. Para além da leitura das frases, a visualização do conteúdo visual contribui significativamente para sua interpretação. Neste caso, a mensagem do meme busca explorar o sentimento de revolta gerado pelas reações das escolas frente aos casos de *bullying*. A interpretação dessas imagens é fundamental para a leitura imersiva, à medida que a difusão desse conteúdo se dá entre sujeitos inseridos em

determinado nicho, neste caso, jovens em idade escolar. Ou seja, esse aluno compreende intuitivamente o objetivo comunicacional do meme.

Nesta pesquisa, a leitura imersiva apresenta-se como uma estratégia metodológica para interpretar os fenômenos ocorridos no ciberespaço, promovendo um sentimento de reconhecimento muito comum nas comunidades virtuais analisadas. A imersão desse sujeito é carregada de experiências significativas, apresentando uma “hipersubjetividade” expressa na organização e leitura dos textos, o que cria uma rede de significados em múltiplas dimensões (Santaella, 2004, p. 33). Assim, a navegação do leitor imersivo ocorre por meio da articulação entre imagem, som, texto e até mesmo linguagem de programação.

Para compor a fonte de dados sobre os ataques violentos, foram utilizadas reportagens jornalísticas com o objetivo de evidenciar os detalhes do ocorrido. Inicialmente, buscou-se contato com o Ministério Público do Estado de São Paulo e com a Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de obter acesso aos dados constantes no boletim de ocorrência e no processo judicial. Contudo, em resposta aos pedidos, os órgãos informaram que não seria possível fornecer tais informações, uma vez que o processo envolve menores de idade e tramita em segredo de Justiça. Posteriormente, ao entrar em contato com a assessoria de imprensa, foi esclarecido que as informações disponíveis poderiam ser obtidas por meio das declarações divulgadas pelos veículos de comunicação.

Os jornais em questão foram escolhidos com base no conteúdo das reportagens e nas informações coletadas, dando-se prioridade a jornais que possuem seções locais e que estejam próximos à cidade de Monte Mor. As reportagens foram coletadas por meio da plataforma Google, com a aplicação do filtro "notícias".

O último método qualitativo empregado nesta pesquisa foi a entrevista semiestruturada, com perguntas direcionadas ao corpo docente, ao corpo discente e à equipe pedagógica da escola selecionada. Essa abordagem qualitativa buscou analisar o espaço escolar como lugar de formação social, atribuindo significados às ações desenvolvidas nesse contexto. Tal escolha metodológica se justifica pela possibilidade de observação direta dos sujeitos investigados, neste caso, alunos e professores.

Ao adentrar o universo escolar, o pesquisador também se posiciona como sujeito, expressando sua própria subjetividade no processo investigativo. Essa aproximação deve ocorrer de modo que permita compreender, de forma profunda, os elementos que se deseja coletar do ambiente pesquisado, assim como Alencar (2000). As realidades vivenciadas no cotidiano escolar penetram o imaginário e viabilizam o aprofundamento da investigação, evitando uma análise rasa e centrada apenas na perspectiva do pesquisador. Sendo esta uma pesquisa no campo da Geografia, é fundamental contemplar o espaço geográfico em sua totalidade, considerando as subjetividades que o compõem.

O pesquisador deve familiarizar-se com o ambiente, estabelecer relações com os sujeitos, coletar dados e garantir a confiabilidade e validade das análises qualitativas. A escolha das técnicas de investigação qualitativa exige compreensão da necessidade de repetição e sistematização dos procedimentos, assegurando a capacidade de explicar as complexidades inerentes à pesquisa.

Dessa forma, ao trabalhar com o ciberespaço e, simultaneamente, com o ambiente físico, compreende-se que essas dimensões não são dissociadas ou realidades paralelas, mas sim componentes de uma única realidade vivida. É por meio da potencialidade do ciberespaço que a vivência do sujeito se expande para o contexto escolar, integrando-se ao seu ser.

Diante dessas considerações, optou-se por utilizar a técnica do questionário semiestruturado, concebido a partir da compreensão prática do espaço vivido, com características etnográficas e fenomenológicas. O questionário foi aplicado com os alunos e os professores da escola e que vivenciaram todo o processo da tentativa de massacre que ocorreu em suas dependências. A produção dos dados decorre, portanto, da possibilidade de formular perguntas que abranjam temas relacionados à violência escolar, bem como aos massacres em instituições de ensino.

A validade dessa metodologia é essencial para garantir a relevância da pesquisa no contexto investigado. No caso da aplicação de questionários, é possível que se manifestem relatos orais que expressam a subjetividade dos sujeitos participantes, o que enriquece o processo metodológico.

Os relatos orais, recentemente, vêm sendo revalorizados como técnica de coleta de dados e emergem como uma alternativa aos métodos quantitativos que reduzem os fatos sociais a dados numéricos, estes amplamente utilizados com o desenvolvimento de técnicas estatísticas - amostragem e questionário - que ressaltam a objetividade dos dados ante a subjetividade de outros tipos de coletas que apresentam aspecto subjetivo (Lima e Moreira, 2015, p. 48).

Ainda acerca da análise dos questionários aplicados, em um primeiro momento, foi utilizada a abordagem quantitativa para examinar o comportamento dos sujeitos pesquisados nas redes sociais virtuais. Posteriormente, realizou-se uma análise qualitativa do conteúdo relatado. A importância da análise qualitativa decorre da experiência dos sujeitos em relação ao tema pesquisado, bem como de sua percepção sobre a utilização das redes sociais virtuais.

Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia. Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material. Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou música) ou traços semelhantes de experiências ou interações (Gibbs, 2009, p. 08).

O contexto é fundamental para a compreensão das motivações que permeiam os massacres escolares, bem como para identificar o *bullying* como um elemento potencializador desses acontecimentos. Bogdan e Biklen (1994) apresentam, como possibilidade de análise dos dados, os códigos de definição da situação, cujo objetivo consiste em organizar um conjunto de informações que descrevem a maneira como os sujeitos definem a situação ou o tópico em estudo. Essa forma de análise, utilizada na presente pesquisa, tem como propósito principal evidenciar como os participantes percebem o mundo e qual é a sua compreensão acerca do *bullying* e de sua relação com os massacres escolares. Ressalta-se, ainda, a necessidade de reconhecer que cada participante possui características singulares, sendo a proposta desta investigação construir uma percepção consistente acerca da relação entre a violência, o *bullying* e os massacres escolares.

O objetivo desta metodologia é organizar o conjunto de dados que irão expor a forma com que os alunos e o corpo do docente da escola definiram a situação do ataque

violento que ocorreu. A escolha das turmas veio porque parte dos alunos estavam presentes no dia do atentado da escola e conheciam o autor, assim como seu cotidiano. A mesma questão ocorreu com o corpo docente e equipe pedagógica, uma vez que os mesmos igualmente se faziam presentes no dia do ocorrido. A percepção dos sujeitos que passaram por um evento traumático torna-se relevante neste trabalho, pois investiga como suas convicções influenciam em sua condição política, construindo possíveis categorias de codificação, alinhando com as perspectivas que são trazidas pelos sujeitos a partir da interpretação de dados que é apresentada.

Dessa forma, a coleta de dados torna-se efetiva para a construção de um espaço de relações que, de certo modo, contempla todas as propostas delineadas pela pesquisa. O alargamento dos relatos de experiência decorre não apenas dos questionários aplicados, mas também dos relatos orais, os quais surgem de forma voluntária por parte dos sujeitos pesquisados. Essas narrativas integram-se ao processo investigativo como fontes significativas e confiáveis para a obtenção de dados que, embora inseridos em um contexto coletivo, carregam aspectos particulares e subjetivos.

Entretanto, a utilização de múltiplos métodos implica maior demanda de tempo, necessidade de acompanhamento contínuo dos participantes e aprofundamento analítico, aspectos que muitas vezes não são plenamente atendidos apenas com a aplicação de questionários. É fundamental reconhecer que as subjetividades dos sujeitos pesquisados precisam estar evidenciadas nos trabalhos acadêmicos, pois é por meio delas que as discussões ganham densidade e relevância no campo da pesquisa científica.

4. A ESCOLA ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA EXPRESSÃO VIOLENTA: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO SPROESSER

No que tange à metodologia aplicada, foram escolhidas, a princípio, três escolas que presenciaram casos de massacres escolares nos últimos seis anos, sendo todas localizadas no estado de São Paulo. A escolha dessas escolas ocorreu devido à alta repercussão dos casos de ataques escolares nas redes sociais virtuais, além de apresentarem uma narrativa que se inclina para a questão do *bullying* como justificativa. Ao entrar em contato com as escolas em questão, houve um sério problema de comunicação: duas delas não retornaram ao contato feito para possibilitar a realização da pesquisa. O contato foi realizado através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que posteriormente intermediou o contato via telefone e e-mail com essas escolas.

Quando o primeiro contato com a escola foi realizado através de ligação, foi dito que era necessário agendar uma visita com a equipe pedagógica e que deveria ser encaminhada por e-mail. Entretanto, ao tentar esse contato, não obtivemos retorno por parte de duas escolas, o que nos remeteu a um receio de trabalhar com o tema em questão. A única escola que retornou o contato e se demonstrou mais receptiva para o estudo do tema, foi a Escola Estadual Antônio Sproesser. Após uma discussão, optamos por seguir com a pesquisa na escola que respondeu ao nosso contato, localizada no estado de São Paulo, na cidade de Monte Mor.

No ano de 2023, o prédio da Escola Estadual Prof. Antonio Sproesser, que divide suas instalações com a Escola Municipal Vista Alegre, foi atacado por um ex-aluno desta última. Segundo o site de notícias G1, no dia 13 de fevereiro de 2023, um adolescente de 17 anos realizou um atentado à escola. Ele carregava uma suástica no braço, vestia roupas pretas e estava munido de uma machadinha, garrafas com gasolina utilizadas como bombas caseiras e pregos. Também portava uma arma de calibre 32 e uma réplica de fuzil, ambos apreendidos com o jovem.

No momento do ataque, o adolescente ainda estava em idade escolar, mas não frequentava mais a instituição atacada, e sim outra escola. Em depoimento à Polícia Civil, o autor do atentado afirmou que sofria *bullying* e que buscou, na *deep web* e em redes

sociais (não divulgadas), orientações para realizar o ataque. Seu plano foi arquitetado ao longo de três anos, como forma de vingança contra o local onde teria sofrido as agressões. O jovem agiu sozinho, e as imagens viralizaram rapidamente nas redes sociais virtuais. Ao ser apreendido, foi conduzido à Fundação CASA, na cidade de Campinas (SP), localizada próxima ao município onde ocorreu o atentado. As informações foram obtidas por meio de reportagens veiculadas nos meios de comunicação; neste caso, a matéria pertence ao portal de notícias G1 (Grupo Globo). Ressalta-se que, como o evento envolveu o autor e a maioria das vítimas menores de idade, não foi possível obter o inquérito policial nem o processo, pois ambos tramitam em segredo de justiça.

Ao compreendermos a escola como palco dessas violências, é preciso refletir sobre como ela, enquanto instituição, é percebida por esse autor do massacre. De acordo com Andrade e Gonçalves (2024), os efeitos dos massacres e a influência da cultura escolar, bem como das diversas expressões de violência dirigidas a esse sujeito, devem ser considerados.

Com efeito, massacres alimentam-se de uma cultura escolar que (re)produz outras expressões de violência: incivilidades, bullying, ódio às diferenças de gênero, orientação sexual, religião, capacitismo, racismo, extremismo, misoginia e “lacunas de sentido ético com sua própria vida” (Brasil, 2023, p.24). Essa cultura é decisiva, pois, enquanto massacres são episódicos (até por sua força paroxística), boa parte da vida escolar é diariamente permeada por essas práticas de exclusão, seja entre pares ou entre educadores e educandos (De Andrade e Gonçalves, 2024, p. 330)

Essas práticas de ódio fomentam no aluno um sentimento profundo de ódio, que se manifesta por meio da violência expressa nas agressões ocorridas no espaço escolar. Portanto, a escola torna-se palco para a efetivação de uma vingança motivada pelo sofrimento vivenciado por esse aluno. A escola é um espaço onde se impõem e se exigem todos os códigos sociais, sendo, por isso, também cenário das violências descritas. A violência, nesse contexto, torna-se constantemente o combustível que impulsiona o autor do atentado, que enxerga nos massacres e ataques a única forma de justiça possível segundo sua perspectiva.

A escola é vista como alvo porque representa, para esse sujeito, o simbolismo de um espaço de opressão. No entanto, nem sempre os massacres estão diretamente

relacionados ao *bullying*. A escola é palco dessas violências por ser parte do cotidiano desses sujeitos e pode ser compreendida como um espaço de expressão cultural, fundamentado em códigos e esquemas sociais. Apesar dos massacres escolares não poderem ser reduzidos a um único fator, é visível que uma das motivações mais recorrentes seja o *bullying*. Carvalho (2012) afirma que a escola reproduz condições violentas que se apoiam em elementos culturais, perpetuando tanto a violência quanto às condições de poder, que são legitimadas pela força e estabelecem relações de dominação.

Foi o que ocorreu na Escola Estadual Prof. Antônio Sproesser, onde um ex-aluno causou pânico em mais de 300 pessoas, entre alunos e funcionários, demonstrando seu ódio por meio da violência. Em nota à imprensa divulgada no site da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), relatou-se que “a bomba chegou a explodir no vaso sanitário, mas não houve feridos. Com ele, foi apreendida uma machadinha e, em sua residência, uma arma de *airsoft* e material alusivo ao nazismo. O computador do menor também foi apreendido para perícia”. Ao compreender o contexto em que esse jovem declarou ter utilizado as redes sociais virtuais como ferramenta de instrução para a realização do massacre, percebe-se a influência efetiva dessas plataformas, como ‘X’ e ‘Discord’ na execução de ataques escolares no Brasil.

Para ingressar no espaço físico da escola, foi necessário adotar uma série de cuidados, dado que a pesquisa trata de um acontecimento real e recente. O primeiro passo foi entrar em contato com a gestão escolar para viabilizar a realização da pesquisa, incluindo entrevistas com os envolvidos. Inicialmente, o contato foi feito com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que encaminhou a solicitação à Diretoria de Ensino de Capivari (responsável pela escola estadual). Assim, foi possível estabelecer comunicação com a gestão da escola para conduzir a pesquisa. Destaca-se que esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2023 e 2024, antes da lei da proibição do uso do dos celulares nas escolas entrar em vigor (Lei nº 15.100/2025). Desta forma, os relatos contidos aqui denotam uma realidade anterior à aplicação desta lei, contendo contextos que precedem a exclusão do celular em sala de aula.

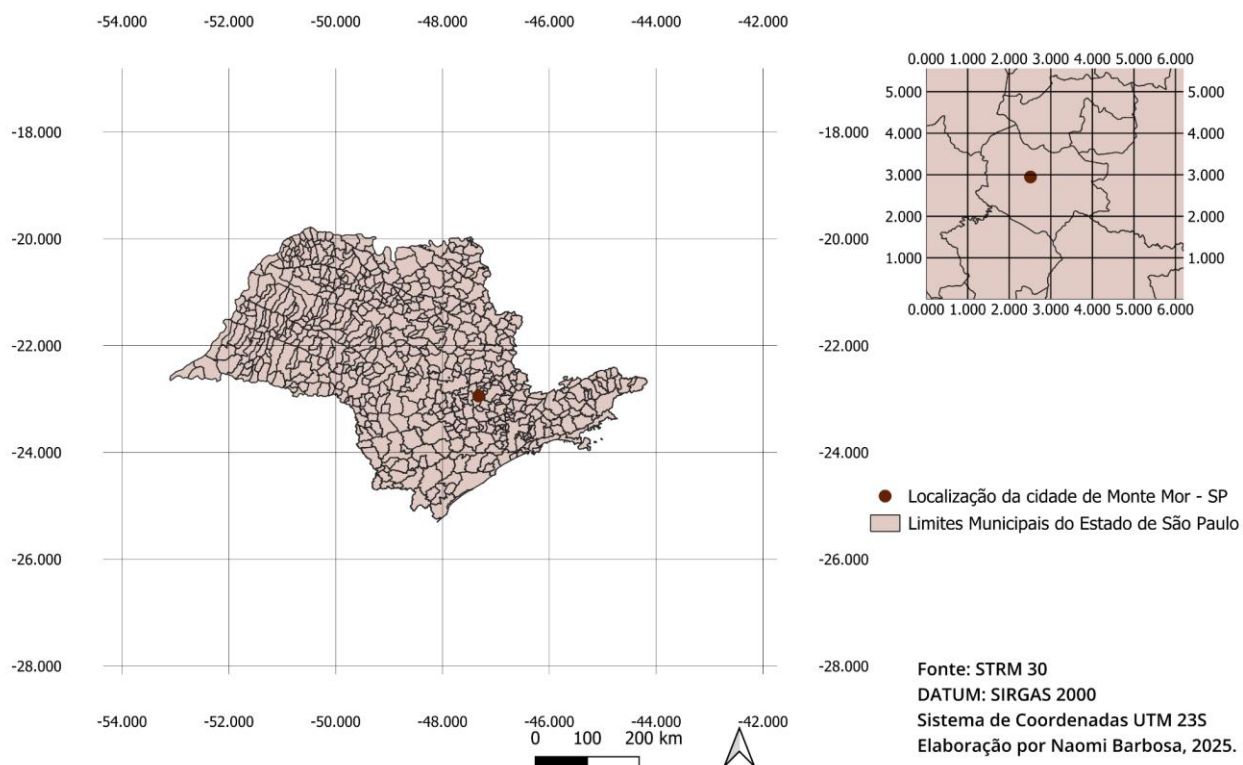
Após obtida a autorização institucional, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar), considerando

que a metodologia envolve sujeitos menores de idade e em idade escolar. Com a aprovação, a pesquisadora passou a frequentar efetivamente o espaço escolar e a coletar entrevistas com os participantes.

Monte Mor é uma das cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas (RMC), obteve sua emancipação político-administrativa em 24 de março de 1871. Localiza-se no principal entroncamento intermodal do Estado de São Paulo, às margens da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP-101), próxima às rodovias dos Bandeirantes, Anhanguera e Santos Dumont, a 17 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos e a outros 17 quilômetros da ferrovia, no município de Sumaré.

O município possui área territorial de 240,41 km², uma das maiores em extensão da RMC, e conta com população estimada em 64.662 habitantes, segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A cidade possui uma população estimada de cerca de 68.000 habitantes (IBGE, 2025) e um IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal de 0,733 (IBGE, 2010). Sua economia é diversificada, entretanto destaca-se a localização de fábricas e empresas, segundo a prefeitura, no último levantamento realizado em 2016 o município possuía cerca de 1.900 empresas. A cidade é próxima de outros municípios importantes da região, como Sumaré, Hortolândia e Indaiatuba. A cidade se localiza a 122 km da cidade de São Paulo.

Figura 10 - Mapa de localização da cidade de Monte Mor - SP
LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE MONTE MOR NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: STRM 30, elaborado por Naomi Barbosa, 2025.

A Escola Estadual Prof. Antônio Sproesser, localizada na cidade de Monte Mor, no estado Estado de São Paulo, é mantida pelo Poder Público Estadual e administrada pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com os dispositivos constitucionais vigentes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, respeitando as normas regimentais. A escola foi criada pelo Decreto nº 34.609, de 03/02/1992, e autorizada a funcionar pela Resolução S.E. nº 95, de 04/03/1992, ministrando cursos regulares do Ensino Fundamental – Ciclo II, Ensino Médio e Suplência de Ensino Médio.

Sua localização fica no bairro Jardim Vista Alegre, situando-se perto de uma das entradas da cidade, juntamente com a SP-101. O bairro pertence à área central do município; a escola encontra-se próxima ao centro de Monte Mor e a uma das principais vias da cidade, a Avenida Jânio Quadros, onde se situam diversos comércios e serviços de atendimento à população, como hospitais. Há um fluxo constante de pessoas nessa

avenida, que fica a poucos metros da escola. No entanto, ao redor da instituição, percebe-se que se trata de um bairro predominantemente residencial, com pouco movimento além dos horários de entrada e saída dos alunos. Em frente à escola localiza-se um condomínio residencial, contudo sua entrada não fica na mesma rua da escola.

Atualmente, a escola compartilha o prédio com a Escola Municipal Vista Alegre. A escola municipal funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, enquanto a escola estadual oferece o Ensino Médio regular no período noturno. É comum que alunos que estudaram no período da manhã no Ensino Fundamental passem a frequentar o mesmo prédio à noite no Ensino Médio.

As visitas à escola iniciaram-se ainda no primeiro semestre de 2024, cerca de um ano após o atentado. Ao adentrar o espaço e conhecê-lo pessoalmente, foi possível perceber uma segurança significativamente reforçada, além de certa resistência por parte da equipe escolar em abordar o tema, dado o caráter sensível do ocorrido para todos os funcionários, equipe pedagógica e alunos. A sensibilidade dos entrevistados ao falar sobre o assunto é algo que esteve presente em todos os momentos da pesquisa, demonstrando o evidente abalo emocional devido ao ocorrido.

Houve, de início, uma resistência por parte da equipe escolar, contudo, após as devidas apresentações, o projeto passou a se desenvolver conforme o planejado, contando com o apoio da equipe pedagógica em todas as etapas. Para o início da pesquisa, foi necessário definir uma metodologia adequada à coleta de dados. Optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado, específico para o corpo discente, docente e equipe pedagógica. As perguntas abordaram a relação entre ataques escolares e o ciberespaço, bem como suas reações diante do atentado ocorrido na escola, oferecendo outras perspectivas de compreensão sobre vivências diretas com essa realidade.

Há uma questão latente acerca do reforço de certos códigos sociais presentes na escola. Esses esquemas são, muitas vezes, implantados de maneira que perpetuam formas de violência. A partir dessas ideologias, a cultura do ódio se converte em ações concretas de violência, o que constitui uma construção cultural que redefine a realidade vivida no espaço escolar. O processo de constituição da identidade está diretamente

ligado à interação social gerada pelas ações que ocorrem nesse ambiente. As tensões e a busca pela ascensão social frente ao seu grupo acentuam e perpetuam uma esfera simbólica ocupada pela escola, evidenciando que a violência é, nesse contexto, uma expressão de busca por poder. Esses códigos de violência estão, portanto, presentes no espaço escolar.

De um lado, é preciso considerar o fato de que a fomentação desse ambiente polarizado e persecutório [da cultura do ódio] contribui diretamente para a reabertura de situações originárias marcadas por traumas vividos com figuras abusadoras (no sentido amplo do termo). De outro lado, é possível imaginar o quanto essa reabertura coloca em xeque, para determinados indivíduos, o frágil equilíbrio mantido pela recusa estrutural contra a alteridade e, nesse sentido, o quanto se torna necessário reforçar essa recusa. Ora, o discurso do ódio se encaixa aí como uma luva, pois permite reativar e reforçar os traços de personalidade e os ideais ligados à identificação ao agressor que sustenta a recusa estrutural. [...] Um cenário que, funcionando como mito-simbólico e como imaginário social, vem ativar e reforçar identificações e ideais que servem para fortalecer a recusa estrutural, baseada na identificação ao agressor. [...] essa ameaça [da pulsão sexual de morte], que dá o tom da alteridade interna, se encontra na base não apenas dos delírios persecutórios, mas também da adesão cega e fervorosa ao discurso do ódio e às teorias conspiratórias que o sustentam, que envolve a identificação ao agressor e a inversão da passividade em atividade, por meio da qual, segundo Laplanche, o sujeito acredita se colocar como protagonista daquilo a que foi submetido (Tarelho, 2024, p.153-154).

O ambiente escolar, atualmente polarizado, carrega simbolismos que dialogam com a violência e influenciam o imaginário social. A construção da identidade é moldada por códigos sociais. Os discursos de ódio reproduzidos nesse ambiente são utilizados como ferramentas de justificativa para atos violentos por parte do agressor.

Ao abordar os massacres escolares, Maia (2025) expõe que há um padrão nesses eventos, o qual pode incluir, além da alienação social, um acúmulo de frustração social, moldado principalmente por uma distorção da imagem do agressor enquanto “herói”, aspecto que perpassa sua própria identidade. Essa percepção da realidade reflete-se no espaço escolar, onde esses sujeitos manifestam suas espacialidades. Observa-se, assim, uma prática juvenil que se expressa nesse contexto, trazendo à tona os efeitos da violência no cotidiano escolar e construindo vivências a partir de suas práticas espaciais.

Os processos educacionais, assim como os processos sociais de reprodução, estão profundamente interligados, uma vez que as formas de dominação estrutural e de hierarquização se manifestam por meio de subordinações violentamente impostas às

escolas (Silva, 2025, p. 65). Esses processos sociais de reprodução estão enraizados na cultura brasileira de exploração, originada desde a colonização do território, conforme aponta Silva (2025). Entretanto, é necessário destacar que tais processos sociais, na atualidade, também se fazem presentes nas redes sociais, uma vez que a interação ocorre por meio das comunidades virtuais. Essa busca por dominância, muitas vezes mediada pela violência, manifesta-se nas redes sociais e repercute no espaço escolar, por meio de expressões físicas dessa mesma violência, como nos massacres.

A juventude presente no espaço escolar e produtora de suas espacialidades constitui-se como agente do espaço. Cavalcanti (2012) demonstra que esses sujeitos são de fundamental importância nos processos de re(produção) do espaço, atuando não apenas nas espacialidades, mas também na construção e manutenção das práticas sociais na escola e nas redes sociais. Suas subjetividades e corporeidades moldam dimensões imprescindíveis para a compreensão da manifestação da violência por meio dos fenômenos que brutalizam o cotidiano (Silva, 2025, p. 71). O *bullying* e o *cyberbullying* podem ser interpretados a partir dessa brutalização, pois se configuram como formas de violência presentes no espaço, causando vivências de sofrimento ao sujeito. Dessa forma, ocorre a reprodução dessa violência manifesta, exemplificada pelos massacres escolares, que perpetuam um ciclo de vivências hostis no espaço escolar.

4.1. A construção dos agentes do espaço, os alunos enquanto sujeitos de uma ação violenta e suas percepções

O ataque à escola ocorreu durante o período letivo, com a presença de alunos, professores e funcionários, além de moradores que cercavam o local. Para compreender todos esses processos, é necessária a inclusão desses sujeitos na pesquisa, pois, por meio de suas narrativas, torna-se possível dimensionar como tais eventos são, de fato, danosos. A aplicação do questionário foi utilizada como ferramenta para compreender os acontecimentos em questão, proporcionando uma visão íntima não apenas sobre o massacre, mas também sobre a percepção individual do fenômeno.

Para a aplicação do referido questionário, foi necessário realizar uma pesquisa sobre o fato ocorrido na escola e sobre o depoimento do autor. Um dos aspectos que

chamou atenção durante a investigação sobre o atentado foi a facilidade de encontrar informações sobre como realizar um ataque. Essas inspirações não são encontradas apenas em plataformas de língua portuguesa, mas também na *deep web*, no *Discord* e em sites específicos. O culto ao ódio e o avanço da acessibilidade para temas que contenham teor violento tornam-se instrumentos fundamentais para que esses sujeitos se organizem e planejem massacres ou atentados em ambiente escolar. A busca por essa dominância perpassa esse impulso de cometer um crime, especialmente em um espaço com o qual esse jovem em idade escolar, de certa forma, está familiarizado, não apenas por ser excluído da socialização e da interação nesse ambiente.

O próprio conceito de comunidade também se manifesta na escola entre os alunos, que, ao buscarem formas de se relacionar e, por diversas vezes, serem aceitos socialmente, recorrem a outras possibilidades, facilmente encontradas nas Redes Sociais Virtuais. Esses não são sujeitos com predisposição ao isolamento social; ao contrário, são propositalmente isolados e impedidos de acessar o espaço escolar em sua plenitude. A sensação de conforto e pertencimento atravessa seus valores e ideologias, enraizando ainda mais a busca por dominância, que pode se concretizar por meio de uma possível vingança motivada por todo o sentimento negativo que os envolve e pelo culto ao ódio.

Esse conforto provém de espaços onde há uma percepção de aceitação — como o celular, que, por ser uma tecnologia móvel, permite que o aluno se veja envolto em possibilidades de acessar um espaço de acolhimento, mesmo quando está fisicamente na escola. Compreender essas questões foi o que possibilitou a elaboração de perguntas pertinentes aos alunos que frequentam a escola e vivenciam suas primeiras experiências nesse ambiente.

São esses alunos que constroem o espaço geográfico; são eles que moldam o espaço escolar e o transformam de um espaço físico em um espaço simbólico. Ao questionar a percepção que esses sujeitos têm da escola, conseguimos aprofundar uma temática que, atualmente, é extremamente latente em nossa sociedade. Ao analisarmos os processos de violência escolar como um problema recorrente, que pode se manifestar para além do espaço físico da escola, compreendemos que esse problema exige um cuidado específico ao lidar com as subjetividades dos sujeitos em idade escolar.

Ao nos inserirmos como pesquisadores, é essencial compreender que se trata de uma visão multifacetada de um problema profundamente enraizado nesses espaços. A dialética de acolhimento/opressão pode ser estudada sob diversas perspectivas, considerando que envolve não apenas questões de aprendizagem, mas também a participação efetiva do sujeito no sistema educativo, que atua como organizador prescritivo dos espaços escolares.

É por meio do pleno desenvolvimento desse sujeito e de suas questões enquanto agente do espaço que se torna possível enfrentar e compreender as problemáticas que envolvem os massacres escolares. Mattos (2012) reforça essa ideia ao afirmar que as teorias do fracasso escolar são apresentadas como formas de exclusão, mas as práticas excludentes nas escolas vão além disso, e tendem a se transformar ao longo do tempo, como é o caso do *bullying*. Para o executor do atentado na Escola Estadual Antonio Sproesser, o *bullying* foi a principal motivação para que ele cometesse o ataque.

É necessário um cuidado ainda maior ao adentrar um espaço que já vivenciou um incidente traumático como o atentado ocorrido na escola. Os alunos presenciaram toda a ação e vivenciaram uma experiência profundamente traumática. Para aplicar o questionário, foi necessário, além de uma conversa prévia com todo o corpo discente e docente, um cuidado específico na formulação das perguntas. Alguns dos alunos que responderam ao questionário alunos do primeiro ano do Ensino Médio no ano letivo de 2024 frequentavam, no ano anterior, o 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Vista Alegre. Por terem acompanhado toda a ação e compartilhado o mesmo espaço com o autor do atentado, suas percepções sobre os processos de acolhimento e violência e massacres escolares foram significativamente impactadas.

As questões que circundam esta pesquisa demonstram que, quando ocorre um massacre, não estamos lidando apenas com as vítimas diretas, mas também com aqueles que foram indiretamente atingidos. As causas dos ataques violentos são diversas e, por isso, não é possível estabelecer uma métrica exata. Com base nisso, elaboramos perguntas para os alunos que não tratassem diretamente do atentado, mas de suas interpretações sobre a relação entre as Redes Sociais Virtuais e os massacres escolares.

Ao formularmos essas perguntas, consideramos que os espaços de convivência não se moldam apenas no ambiente controlado da escola, mas também se expandem

por meio de grupos ou perfis nas Redes Sociais Virtuais. Os desdobramentos do ciberespaço promovem uma imersão que não pode ser simplificada ou reduzida a uma descrição objetiva; ela exige aprofundamento para contemplar diversas questões que impactam o aluno enquanto sujeito.

Partindo dessa percepção, as perguntas realizadas aos alunos abordaram o uso das Redes Sociais Virtuais como ferramenta para expressar vivências relacionadas à escola. Também discutimos as sociabilidades construídas no ciberespaço, assim como a influência dessas redes no cotidiano desses sujeitos. Questionamos o uso das plataformas analisadas nesta pesquisa, especialmente no que diz respeito à realização de relatos sobre a rotina escolar. Uma das perguntas centrais tratou do *cyberbullying*; optamos por utilizar o termo “constrangimento”, considerando que, em muitos casos, uma agressão pode ser interpretada de maneiras diferentes, conforme a percepção de cada aluno. Outra pergunta abordou a visualização de comentários de ódio ou ameaças direcionadas à escola. Por fim, a última questão tratou da percepção e da vivência de atos de *cyberbullying* nas redes sociais virtuais.

Ao todo, foram selecionadas três (3) turmas do primeiro ano para a realização inicial do preenchimento do formulário, totalizando 82 alunos, que haviam recém saído do turno da manhã, que foi o turno onde ocorreu o ataque à escola . Ao aplicarmos o questionário, observamos, em um primeiro momento, certa resistência por parte dos alunos em preenchê-lo, o que pode ter sido causado por diversos fatores. Ao receber as respostas, buscamos analisar subjetivamente cada ponto abordado, considerando a complexidade das perguntas formuladas.

Uma questão latente neste contexto foi, inicialmente, a dificuldade de estabelecer contato com os alunos, uma vez que o tema ainda era sensível para ser tratado diretamente nas perguntas. Neste trecho, abordaremos a visão geral, bem como algumas respostas que se destacaram, demonstrando o nível de compreensão dos alunos frente às questões levantadas.

Durante a explicação da pesquisa em sala de aula, observamos que muitos alunos utilizavam o celular, o que demonstra que o uso do aparelho faz parte de seu cotidiano. Não há um perfil específico de quem utiliza o celular, mas isso evidencia que, atualmente, as experiências digitais não se restringem a um único espaço, atravessando os diferentes

ambientes vivenciados por esse jovem em idade escolar. Após a apresentação e a explicação do objetivo da pesquisa, os alunos se mostraram mais receptivos, fazendo perguntas tanto sobre o estudo quanto sobre as questões do questionário.

É importante ressaltar que diversas visitas foram realizadas ao longo do ano, o que permitiu uma maior integração com os alunos, professores e equipe pedagógica. A aplicação do questionário durou cerca de 20 minutos por turma e, à medida que os alunos concluíam suas respostas, começaram a comentar sobre as perguntas e a compartilhar suas percepções sobre o ciberespaço. É fundamental que se tenha cuidado ao tratar de temas tão sensíveis, pois, de determinada forma, isso pode impactar emocional e psicologicamente os sujeitos envolvidos, provocando sentimentos de pânico e terror.

A juventude é marcada por múltiplas percepções de mundo, bem como pela descoberta de experiências adquiridas nas redes sociais virtuais, que podem ser intensificadas no ambiente escolar. A exploração desses conteúdos, sobretudo nas redes sociais, evidencia o quanto esses temas estão presentes no cotidiano desses sujeitos, especialmente em uma escola que vivenciou uma tentativa de massacre escolar.

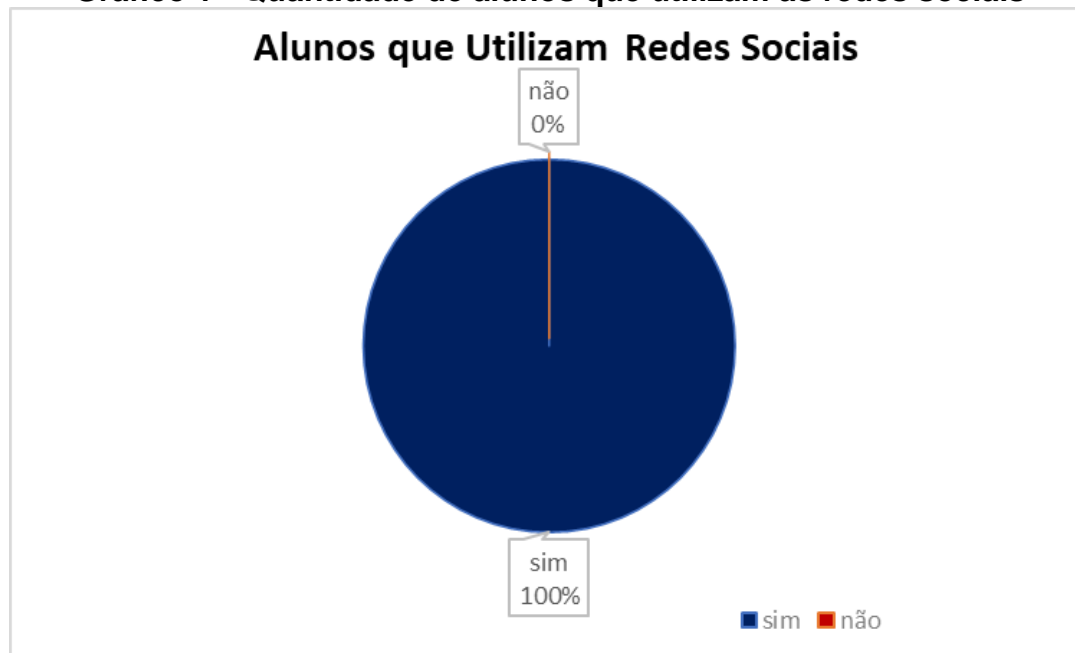
Durante a aplicação do questionário, um dos alunos relatou que o autor do atentado possuía um perfil na rede social X, no qual fazia comentários ofensivos contra diversas populações minoritárias. Segundo o aluno, o perfil foi banido da plataforma por conta de seu conteúdo extremista. Contudo, não foi possível localizar o perfil pelo nome de usuário, indicando que a conta havia sido suspensa. O atentado que ocorreu na escola teve grande repercussão na mídia nacional e, sobretudo, nessas plataformas.

A violência utilizada nesse contexto representa uma instrumentalização do poder, neste caso impulsionada por um sentimento de vingança concretizado através do atentado. O culto ao ódio está cada vez mais presente nesses espaços virtuais, sendo alimentado por falsas narrativas de liberdade de expressão promovidas por essas plataformas. Ao analisarmos as respostas dos alunos, identificamos certa padronização nos relatos, o que reforça a proposta de discutir os conteúdos fornecidos, elencando os pontos que confirmam a hipótese formulada.

Realizamos a leitura das respostas obtidas pelos alunos para cada pergunta do questionário aplicado. Ao analisarmos as respostas referentes à primeira pergunta, observamos uma quase unanimidade entre os participantes: a maioria relatou utilizar as

Redes Sociais com frequência, indicando um resultado amplamente positivo. Esses relatos demonstram que as Redes Sociais Virtuais possuem múltiplas funções que vão além da simples interação, como, por exemplo, a exploração de diversos conteúdos que circulam nesses espaços.

Gráfico 1 - Quantidade de alunos que utilizam as redes sociais



Fonte: Própria Autora, 2024.

O autor do massacre, segundo depoimento prestado à Polícia Civil (portal de notícias G1), afirmou que realizava pesquisas e visualizava relatos por meio das Redes Sociais e da *deep web*. Isso nos leva a refletir sobre o ambiente virtual não apenas como espaço de interação direta, mas como campo de diversas formas de interatividade social, incluindo curtidas e compartilhamentos. A pesquisa por palavras-chave ou hashtags específicas mostra que interações significativas podem ocorrer mesmo sem participação em comunidades explícitas.

Nesse contexto, a solidão assume outro significado, pois, mesmo em sala de aula, o aluno pode estar conectado, pesquisando e interagindo por meio do celular, o que também constitui um tipo de conectividade. Wong e McLellan (2023) apontam que o cenário digital em que esses jovens estão inseridos está profundamente ligado ao próprio desenvolvimento da adolescência. As respostas indicam que o uso constante do celular

é percebido como uma necessidade, mesmo quando há possibilidades de interação física. As Redes Sociais Virtuais tornam-se, então, espaços para a expressão de gostos, preferências e experiências sociais

Essa necessidade de exposição de informações pessoais se manifesta em publicações voltadas para as Redes Sociais. Na segunda pergunta, que abordava o uso dessas redes para relatar o cotidiano, a maioria dos alunos respondeu afirmativamente. Uma resposta, em particular, se destacou: um dos comentários deixados no questionário “*é o único momento que eu tenho para desabafar sobre tudo o que acontece aqui*” (Aluno 1). Esse relato revela que, para alguns jovens, as Redes Sociais representam um espaço seguro de expressão, livre de julgamentos.

Mesmo sem sabermos se o aluno em questão sofria *bullying* ou outras formas de violência, sua fala aponta para uma opressão simbólica e para uma inclusão possível por meio do ciberespaço. Somos seres sociais e, com a ampliação das formas de interação, o ambiente virtual oferece possibilidades que ultrapassam os limites físicos e controlados da escola. Contudo, é essencial lembrar que o ciberespaço é subjetivo: pode servir como refúgio emocional, mas também como ferramenta de opressão e violência.

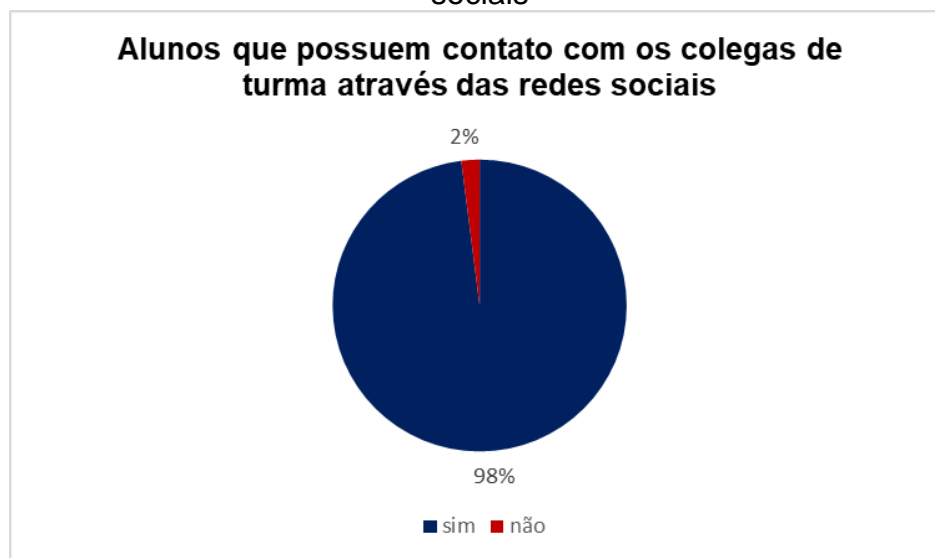
É impossível pensar nas juventudes contemporâneas sem considerar as redes sociais virtuais. Esses jovens são sujeitos singulares, com vivências particulares, mas também influenciados por sua realidade e pelos conteúdos que consomem. Lévy (1996) define o espaço virtual como um espaço real construído pela experiência, formado pelos usos cotidianos de ferramentas, Internet e tecnologias. Para o autor, o virtual possibilita sentir, ver e ouvir por meio da mediação tecnológica, como no caso do aluno que encontra nas redes sociais o único espaço para relatar sua rotina escolar. O ciberespaço, entretanto, deve ser compreendido como um espaço geográfico, no qual esses alunos podem desenvolver suas espacialidades de forma plena, tanto na escola quanto nas redes sociais virtuais, que atravessam as vivências juvenis e estudantis, contribuindo para a construção de sua identidade.

A terceira pergunta investigou a utilização das redes sociais entre colegas de turma. A análise das respostas confirma essa ideia: uma aluna relatou, ao entregar o questionário durante o momento de interação entre a pesquisadora e os alunos, que existe essa forma de comunicação. Em sua fala, destacou: “*temos o grupo do WhatsApp*

para conversas sérias e outro grupo para conversas em geral, e cada grupinho também tem o seu” (Aluno 2). Esse relato revela que os grupos virtuais são compreendidos como prolongamentos da sala de aula, proporcionando interação constante, durante as 24 horas do dia.

Neste momento, igualmente houve uma fala de um aluno do primeiro ano que afirmou: “Sim, temos o grupo da sala, é bem normal.” (Aluno 3). Tal percepção de normalidade reforça a naturalização do ciberespaço no cotidiano desses jovens. Não necessariamente esses estudantes afirmam utilizar o grupo para fins acadêmicos, mas indicam que, atualmente, a interação virtual permeia suas rotinas diárias. Isso evidencia o que foi discutido anteriormente: a simultaneidade entre a navegação no ciberespaço e a interação em outros ambientes não ocorre de forma dissociada.

Gráfico 2 - Alunos que possuem contato com os colegas de turma através das redes sociais



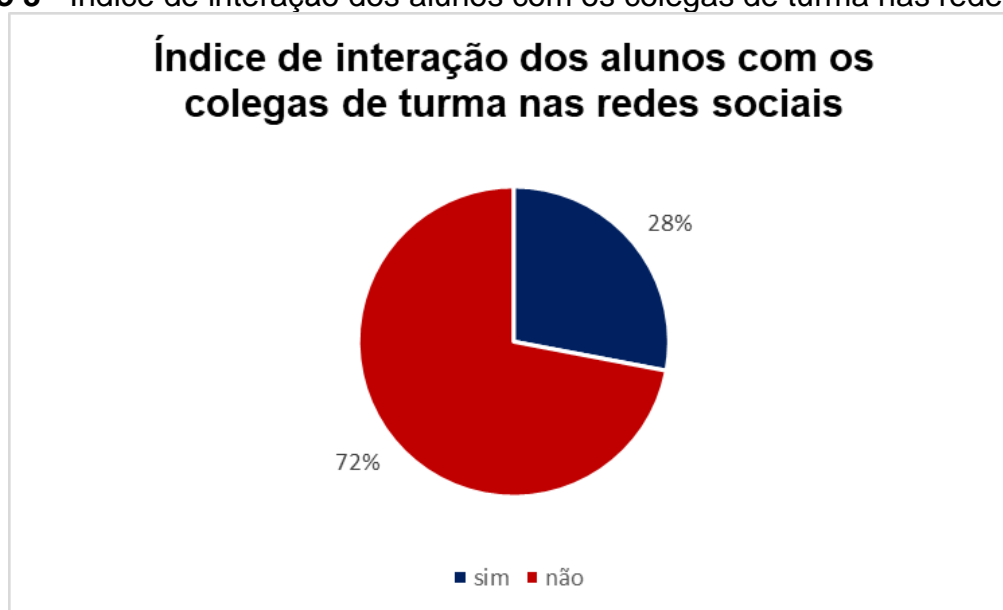
Fonte: Própria Autora, 2024.

As interações com colegas ocorrem de formas múltiplas, e isso demonstra um desejo de manter vínculos estabelecidos presencialmente. No entanto, o ciberespaço também pode ser um canal de rejeição, como nos casos de *cyberbullying*. Quando sujeitos vivenciam rejeição ou violência nesse meio, esses sentimentos não se limitam à escola, mas invadem outros espaços, como o lar, perpetuando o sentimento de não

pertencimento. Essa dor, por vezes, pode se transformar em ódio e levar o jovem a consumir conteúdos perigosos, que incentivam condutas violentas.

A quarta pergunta abordava como os alunos reagem à interação com colegas pelas redes, prolongando o vínculo para além do horário escolar. O celular, por ser uma ferramenta móvel, torna-se um recurso importante para a socialização, sendo também uma exigência da contemporaneidade. Uma aluna relatou: *“Acho que sim, de maneira geral não preciso esperar chegar o horário da aula para falar com minhas amigas, posso fazer isso pelo WhatsApp”* (Aluno 1). Essa fala evidencia o quanto as novas tecnologias tornam a comunicação instantânea e contínua e fazem parte do cotidiano dos alunos através das novas possibilidades de interação possíveis pelo uso dessas plataformas.

Gráfico 3 - Índice de interação dos alunos com os colegas de turma nas redes sociais



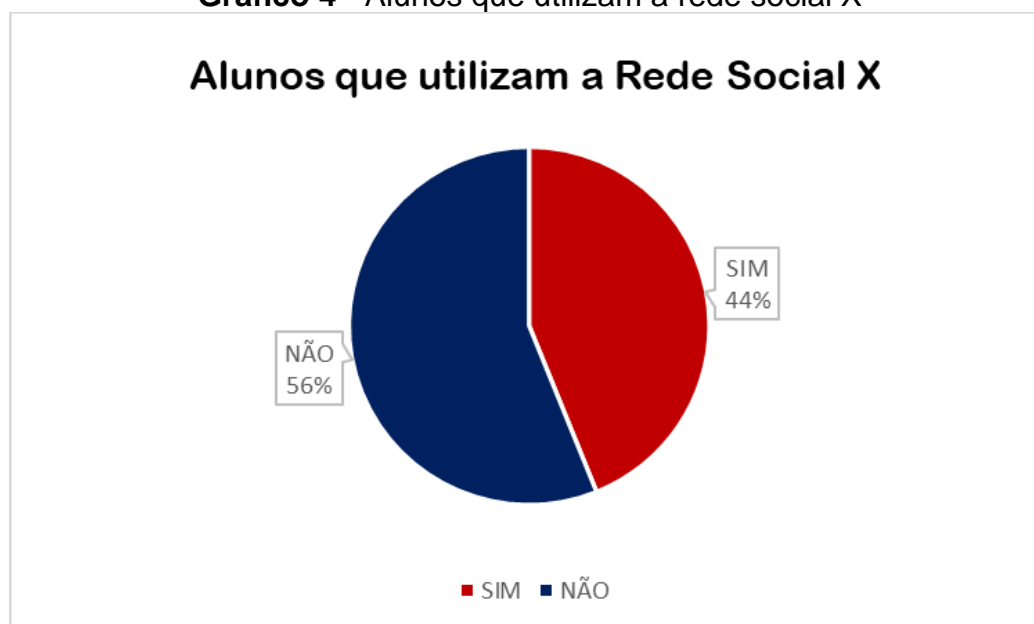
Fonte: Própria Autora, 2024.

De forma geral, a maioria das respostas foi positiva, o que mostra que as redes influenciam diretamente o cotidiano escolar. Em outra resposta dada através do questionário, um aluno afirmou: *“Sim, falo com eles através do celular e também na escola.”* (Aluno 4). Isso nos leva a refletir sobre como essas articulações virtuais também se manifestam no ambiente escolar, com impactos diretos nas práticas e experiências dos estudantes.

Mas, a partir do momento em que nós podemos emitir livremente, nos conectar aos outros, nós conseguimos reconfigurar a cultura, a sociedade, a política. [...] Essa produção só faz sentido se um tiver conectado a outro, porque não é produzir para mim mesmo, e sempre que uma sociedade dá vez às pessoas, as pessoas podem falar, as pessoas podem se agregar para fazer coisas, isso tem uma potência gigantesca de transformação social, política e cultural (Lemos, 2005, p. 142).

A quinta pergunta buscou justificar o uso da rede social X como foco da pesquisa. Optamos por incluí-la no questionário por ser uma plataforma onde se encontram diversos relatos sobre temas relevantes. A análise das respostas evidenciou que uma parcela significativa dos alunos afirmou utilizá-la, conforme foi demonstrado adiante no gráfico.

Gráfico 4 - Alunos que utilizam a rede social X



Fonte: Própria Autora, 2024.

É notório que a produção de conteúdos voltados para a Rede Social X é significativa e mais visível do que nas demais plataformas. Contudo, é importante frisar que a organização dessas comunidades não ocorre necessariamente nessa rede, sendo ela utilizada apenas como uma vitrine superficial. Trata-se apenas de uma parcela do processo de articulação desses grupos, cujas estratégias são moldadas em plataformas menos visíveis, como o *Discord* e grupos na *deep web*.

Os discursos de ódio produzidos nas mídias sociais justificam a pertinência da pergunta formulada no questionário. As respostas dos alunos, nesta questão, foram majoritariamente monossilábicas limitando-se a “sim” ou “não”. No entanto, ao analisarmos os dados relacionados ao uso das redes sociais virtuais, deduzimos que esses alunos têm acesso aos conteúdos que veiculam e reforçam discursos de ódio nessas plataformas.

O contato com esse tipo de discurso, amplamente disseminado por meio de conteúdos expostos na rede social X, pode se tornar mais um fator que leva o jovem a rebelar-se. Nesse processo, constroi-se uma forma de existência, uma identidade forjada a partir da caracterização de uma identidade negativa como aponta Butler (2021).

Uma pessoa não está simplesmente restrita ao nome pelo qual é chamada. Mas o nome oferece outra possibilidade: ao ser insultada, a pessoa também adquire, paradoxalmente, certa possibilidade de existência social [...]. Portanto, o chamamento injurioso pode parecer restringir ou paralisar aquele ao qual é dirigido, mas também pode produzir uma resposta inesperada e que oferece possibilidades. Se ser chamado é ser interpelado, a denominação ofensiva tem o risco de introduzir no discurso um sujeito que utilizará a linguagem para rebater a denominação ofensiva (Butler, 2021, p. 13).

A pergunta seguinte foi elaborada com o objetivo de fomentar uma discussão sobre a interação entre colegas de turma por meio da utilização da rede social X. As espacialidades possibilitadas por essa construção social, moldada pelo uso da plataforma, são fundamentais para legitimar tais interações. Ao analisar as respostas obtidas, observou-se que uma parcela significativa dos participantes relatou interagir com, pelo menos, alguns colegas por meio da rede, acompanhando suas publicações na linha do tempo.

No entanto, ao examinar os relatos, verificou-se que, embora houvesse menções ao cotidiano escolar, essas postagens nem sempre apresentavam conotações negativas. Frequentemente, os relatos não citavam o nome da escola nem identificavam os alunos diretamente, o que contribui para a preservação da identidade dos envolvidos. Especificamente no X, notou-se que muitos desses estudantes já haviam estudado juntos anteriormente, o que fortaleceu os vínculos de confiança entre eles.

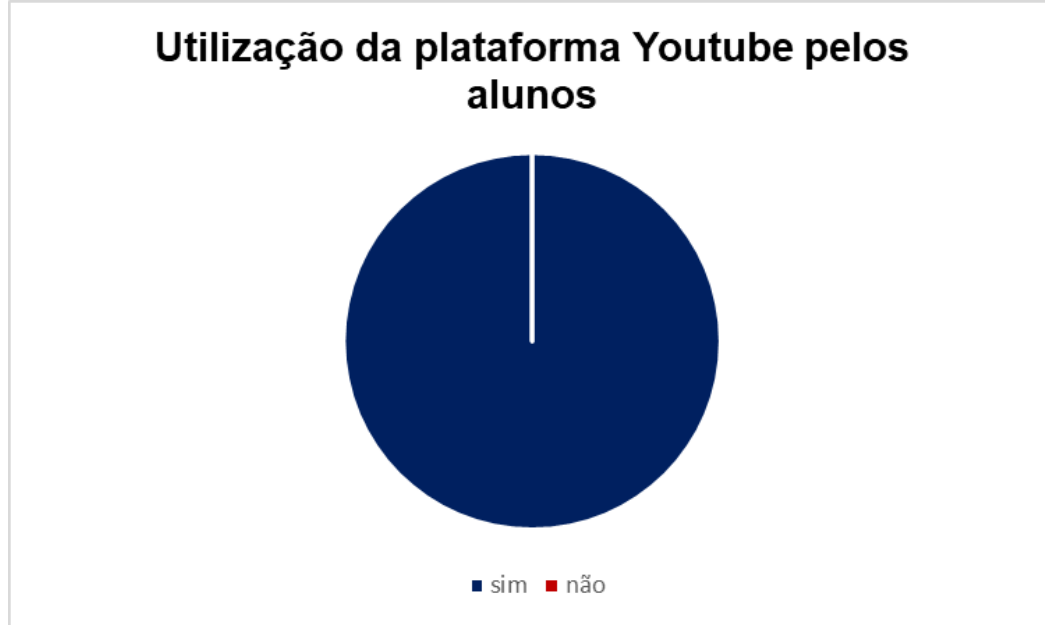
Há, contudo, uma dificuldade em localizar corretamente os perfis mencionados. Isso revela uma possível necessidade de anonimato ou ocultamento, talvez como forma de proteção e segurança. Ao expor determinados relatos, o aluno pode não querer que a situação narrada seja imediatamente associada a ele, já que nem sempre o conteúdo está relacionado diretamente a experiências escolares. Pode tratar-se de uma insatisfação comum, decorrente de situações corriqueiras do ambiente escolar. Há uma questão latente quando se pensa na ideia de um espaço de conforto: um local onde o aluno possa se expressar sem a vigilância constante do ambiente escolar controlado.

“[...] a normatização de um espaço enunciativo informatizado incide sobre a formulação e circulação dos discursos, produzindo um efeito de homogeneização e apagando a contradição constitutiva dos discursos que aí se re(produzem)”. Nessa medida, a replicação do enunciado possibilita a produção de um efeito de unanimidade para o discurso veiculado (Silveira, 2020, p.03).

A necessidade do relato emerge desse ponto, sendo possível que, nesse contexto, haja identificação entre colegas de turma que tenham vivenciado situações semelhantes. Todavia, essa mesma situação pode resultar em episódios de violência, decorrentes da reprodução de discursos de ódio gerados por um ou mais colegas.

A pergunta seguinte abordou a utilização da rede social *YouTube*, contemplando também a interatividade dos alunos com essa plataforma. A vasta gama de vídeos com conteúdos diversos faz do *YouTube* uma ferramenta potencial para diferentes finalidades. Ao serem questionados, 100% dos alunos responderam afirmativamente que utilizam a plataforma para visualizar vídeos. Um ponto que chamou a atenção foi o fato de que a maioria mencionou não realizar comentários nos vídeos assistidos.

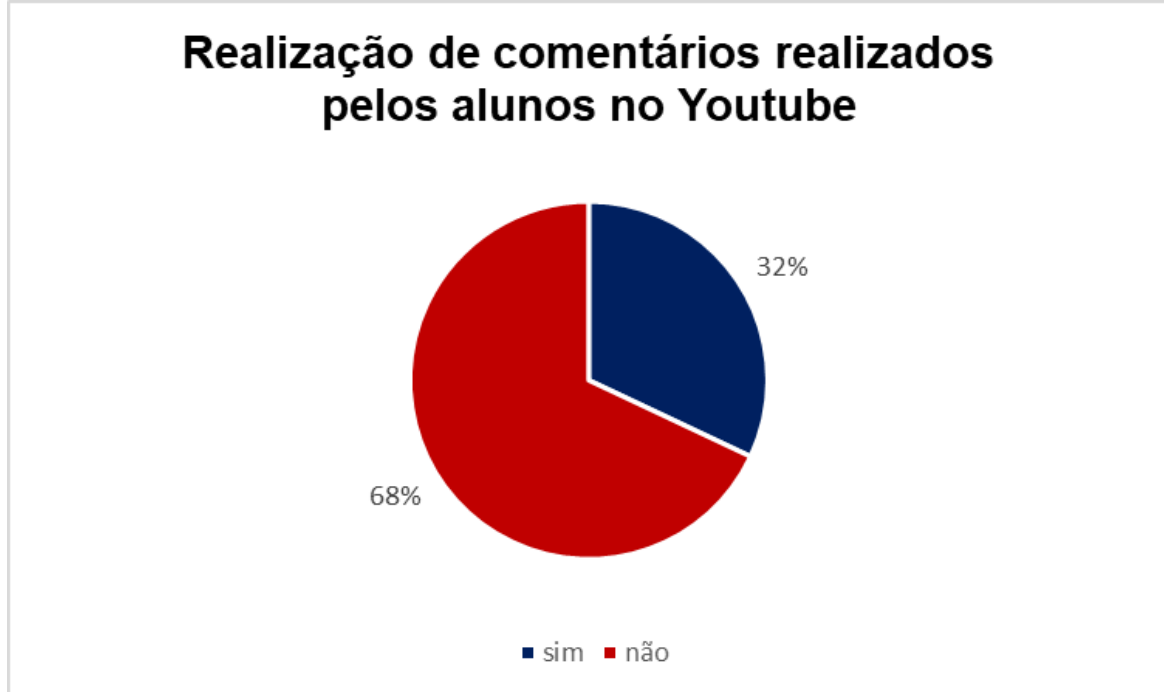
Gráfico 5 - Utilização da plataforma Youtube pelos alunos



Fonte: Própria Autora, 2024.

Apesar da conectividade presente, o *YouTube* não requer necessariamente interações diretas como a plataforma *X*. Dessa forma, não foi possível coletar relatos que indicassem trocas de experiências na plataforma. Portanto, não se realizou uma análise aprofundada sobre o *YouTube*, mesmo diante da existência de vídeos que abordam *bullying*, *cyberbullying* e massacres escolares. Ao questionarmos acerca da interação através dos comentários do *YouTube*, houve uma resposta negativa, no sentido de que esses alunos não fazem comentários através das plataformas do *YouTube*. Eles utilizam a plataforma somente para ver os vídeos, demonstrando que a mesma para eles não é um canal de comunicação que é utilizado enquanto ferramenta para expandir as redes de sociabilidades. Essas interações acabam ocorrendo com maior intensidade em outras redes sociais virtuais, que favorecem uma interação mais direta, viabilizando a criação de novas espacialidades.

Gráfico 6 - Realização de comentários realizados pelos alunos no Youtube



Fonte: Própria Autora, 2024.

A pergunta subsequente investigou a visualização de ameaças explícitas à escola ou de comentários de ódio direcionados a ela. É importante destacar que os alunos não foram restringidos a mencionar apenas uma ou duas redes sociais, podendo relatar qualquer experiência, independentemente da plataforma. O ciberespaço, especialmente como meio de mediação das redes sociais virtuais, tem ampliado a disseminação desses discursos, que nem sempre se manifestam por meio de postagens públicas, mas também por contas privadas ou interações em grupos. A maioria dos alunos respondeu que não observa comentários de ódio direcionados à escola ou ameaças que são proferidas através das redes sociais; entretanto, alguns relataram perceber reclamações acerca do cotidiano escolar, sobretudo em relação à falta de acolhimento no ambiente.

Ao observarmos os comportamentos descritos, torna-se possível discutir se esse tipo de discurso configura uma prática normalizada nesses ambientes de convivência. A democratização do ciberespaço é o que proporciona liberdade de expressão, resultando em um sentimento de pertencimento que pode impulsionar a disseminação de discursos de ódio.

Gráfico 7 - Visualização de ameaças e comentários de ódio à escola



Fonte: Própria Autora, 2024

As mídias sociais, de forma geral, influenciam nesse processo. Han (2018) afirma que essas mídias estão se transformando em panóptico digitais, funcionando como ferramentas de vigilância e controle. Contudo, são invisíveis a ponto de exercerem controle por meio da observação e da exploração impiedosa das necessidades sociais transformadas em violências comercializáveis e fomentadas pelo engajamento que geram. Esse engajamento pode ser promovido por curtidas, comentários ou pelo apoio explícito de colegas; em todos os casos, a violência é monetizada.

O ambiente escolar não deve ser compreendido como um espaço isolado, pois todos os valores socioculturais dos sujeitos em idade escolar se manifestam nesse ambiente. Quando há um aluno em situação de opressão ou exclusão por parte de seus colegas, o espaço escolar pode funcionar como um gatilho, incorporando experiências que alimentam o ódio em relação à escola.

A análise desses relatos permite observar uma normalização crescente dos discursos de ódio, amplamente propagados pelas redes sociais virtuais e pelo fácil acesso a conteúdos de teor extremista. Observa-se um crescimento exponencial do ultraconservadorismo e do extremismo, diretamente relacionado com a naturalização desses comentários. Esses posicionamentos extremados se manifestam em práticas de

bullying e *cyberbullying*, nas quais os agressores não visam apenas a instituição escolar, mas também seus alunos intensificando os ataques por meio de discursos violentos nas plataformas digitais. Quando há uma intenção concreta de cometer um massacre ou atentado escolar, a busca por apoio não ocorre nas redes mais populares, mas sim em comunidades camufladas e de difícil acesso.

Em algumas plataformas circulam conteúdos ilegais, como é o caso da deepweb (internet profunda, em tradução livre), um termo utilizado para descrever plataformas de conteúdo que, por várias razões técnicas, não são indexadas pelos mecanismos de pesquisa. Essas plataformas ficam escondidas e não podem ser acessadas pelos buscadores comuns de internet (Chrome, Firefox, Edge). Para navegar nesses conteúdos, é necessário um endereço e aplicativo próprios, no entanto, o acesso à deep web está se tornando cada vez mais fácil, embora ainda pouco rastreado [...] No entanto, o discurso de ódio não está restrito apenas a esse submundo da internet. Por meio de mensagens que aparentam ser engraçadas e inocentes, os jovens são cada vez mais expostos a conteúdos extremistas em plataformas comuns, como Discord, Twitter, Instagram, TikTok, Facebook, Telegram, WhatsApp e chats de jogos online, que circulam nas telas de crianças e jovens sem praticamente nenhum controle. Não há regulamentação ou monitoramento dessas atividades devido aos interesses econômicos por trás dessa decisão não tomada (Toquetão e Chaia, 2024, p. 65 e 66).

A próxima pergunta refere-se ao constrangimento *online* e busca identificar se os alunos possuem relatos sobre terem vivenciado esse tipo de situação. Muitos jovens já passaram por experiências de opressão, tanto no ciberespaço quanto no próprio ambiente escolar. Discutir o *bullying* não é algo novo diante das inúmeras abordagens já realizadas sobre o tema; contudo, é importante destacar que, enquanto espaço de poder, a escola pode, mesmo que involuntariamente, endossar situações de violência, ainda que seja considerada um ambiente controlado. Vinha *et al.* (2024) apontam que os grupos e comunidades *online* possuem um forte poder de acolhimento e pertencimento, podendo, assim, fomentar sentimentos de bem-estar ou de ódio.

De acordo com o relatório da equipe de transição do governo 2022/2023, existem diversas formas de cooptação, tais como o uso de humor, recursos estéticos, linguagem violenta e trollagem, jogos, imagens de ataques e compartilhamento de manifestos de atiradores como métodos de propaganda (Toquetão e Chaia, 2024, p. 66).

Ao nos depararmos com alguns comentários expressos por meio do questionário, obtivemos algumas afirmações e poucos relatos relacionados à temática apresentada aos alunos, os quais relataram situações vexatórias vivenciadas no ambiente virtual. Em um desses relatos, um aluno afirmou: *“Já fizeram um perfil fake meu, espalharam várias mentiras sobre mim.”* (Aluno 5). Embora não haja mais detalhes sobre o ocorrido, é possível interpretar esse caso como uma prática de *cyberbullying*.

Situações de *cyberbullying* estão se tornando cada vez mais comuns, especialmente no que se refere à sua popularização e normalização. Mesmo quando vistas como brincadeiras inofensivas, tais ações podem ser extremamente danosas para esses sujeitos, expondo-os de forma vexatória perante seus colegas. Lévy (1999) afirma que, diante das novas gerações, forma-se um ambiente no qual os jovens encontram-se cada vez mais imersos no mundo digital. Suas demandas, em um tempo marcado pela contemporaneidade, os provocam a manterem-se conectados de maneira intensa, o que o autor define como uma “interconexão exagerada” (Lévy, 1999, p. 118).

Em outro relato obtido por meio do questionário, uma aluna descreve a seguinte situação: *“Já tiveram algumas fofocas sobre mim, algumas pessoas não gostam de mim aqui e acabam falando mal.”* (Aluno 6). Ao analisar esse relato, observa-se que essa aluna conhece e tem consciência de quem são os autores desses atos. No entanto, nota-se uma certa naturalização em sua fala. A escola, para essa estudante, passa a representar mais do que um espaço de aprendizagem e socialização: transforma-se em um ambiente de opressão, cuja violência ultrapassa os limites físicos e estende-se ao ciberespaço.

Diante do *cyberbullying*, especialmente quando relacionado diretamente ao espaço escolar, é inviável dissociar um do outro. Ainda persiste uma lógica de perversidade e violência que engloba essas situações, demonstrando que, de certa forma, esses sujeitos tornam-se reféns de um sistema que perpetua tais práticas.

Enfrentar essas situações coloca o aluno em posição de vulnerabilidade, podendo levá-lo a buscar acolhimento nas próprias Redes Sociais. Nesse processo, pode ocorrer sua integração a comunidades de ódio, o que favorece uma relação que tende a evoluir de forma sistemática. O jovem é um sujeito em constante formação seja educacional, ideológica ou emocional. A partir de suas próprias buscas ou ao se deparar com espaços

que incitam a violência como forma de retaliação ao *bullying* ou *cyberbullying*, compreende-se que o ciberespaço apresenta-se como um local ambíguo: pode representar tanto um espaço de inclusão quanto um ambiente de exclusão ampliada. A violência, portanto, não é uma condição exclusiva da juventude, mas manifesta-se com frequência nesse contexto, já que esse jovem foi criança e será um adulto, transitando por diversos espaços ao longo da vida.

A última pergunta foi formulada como uma oportunidade para que os alunos expressassem sua opinião. Por serem estudantes de uma escola que vivenciou um ataque direto, há uma possibilidade concreta de compreender como, após um evento traumático, eles percebem as questões que envolvem o *bullying* e o *cyberbullying*. As relações interpessoais, muitas vezes, são moldadas por situações de maus-tratos que se prolongam por meio das redes sociais virtuais, gerando um sentimento de não pertencimento ao espaço escolar, espaço este que, por direito, deveria acolhê-los.

Alguns relatos coletados evidenciam essa problemática. Um aluno, por exemplo, afirmou: “*Já vi acontecer vários, transfobia, racismo, é terrível.*” (Aluno 7). Na escola mencionada, há alunos trans, gays, lésbicas e negros, o que revela uma diversidade crescente que precisa ser debatida e respeitada. Ao analisar essa questão, observa-se que o aluno ocupa, nesse caso, o papel de espectador do ato de violência, tal como apontam Gonçalves e Vaz (2021):

No dualismo relacional de vítima e agressor surge uma terceira personagem, as chamadas testemunhas que perante as vítimas podem vir a tornar-se num eixo de apoio ou de indiferença e são sujeitos que também são afetados pela agressividade [...] Autores como Amado & Freire (2002) aludem que os observadores/testemunhas perante os episódios de agressão presenciados e nos quais revelam impotência para intervir mantêm inicialmente uma atitude impávida e condescendente que, futuramente, se refletirá no seu desenvolvimento social e moral, valores como a solidariedade e cooperação serão praticamente extintos ou pouco evidentes nestas crianças. No entanto, não se pode proceder a uma generalização, pois existem observadores que, pela sua sensibilidade, apresentam sintomas de sofrimento e incompreensão acerca deste fenômeno (Gonçalves e Vaz, 2021, p. 202).

A escola é um espaço que acolhe sujeitos múltiplos em suas hipersubjetividades. Rose (1993) apresenta uma interpretação alternativa do espaço, trazendo a ideia da dualidade e de sua oposicionalidade. A autora descreve que esses sujeitos ocupam,

simultaneamente, polos centrais ou marginais nas relações de poder. Nessas possibilidades espaciais, a posição a partir da qual o sujeito observa e interpreta o fenômeno é alterada. Um aluno que se encontra na marginalidade dessas situações de poder, por exemplo, demonstra que suas vivências escolares são marcadas pela rejeição social em seu cotidiano. Esse mesmo aluno pode, entretanto, encontrar nas redes sociais uma familiaridade que lhe permite interagir por meio de domínios e táticas próprias da comunidade virtual na qual se insere, ressignificando, assim, o papel da escola em suas vivências.

É esse constrangimento que transforma a escola em um espaço violento, trazendo para dentro desse ambiente uma hostilidade que impede uma vivência saudável. O aluno encontra-se isolado de uma possível convivência que, atualmente, não depende apenas de um espaço físico, mas também pode ocorrer em um ambiente virtual. A perda desse direito de ocupação do espaço transforma-se conforme sua relação com o meio em que está inserido, variando conforme o contato que esse sujeito tem com os demais ambientes.

Abaixo, apresentamos um relato fornecido por uma das alunas que se dispôs a participar da pesquisa. O depoimento foi transcrito, preservando a privacidade da estudante.

Quando aconteceu aquilo (o ataque violento) aqui na escola, disseram que ele tinha um perfil com muitos conteúdos de ódio, neonazistas e tudo mais. Eu gosto de usar as Redes Sociais, acho que todo mundo gosta, mas acabo não vendo muitas coisas assim. Eu acho que as Redes Sociais influenciam nisso, você tem acesso a muitas coisas através delas, é muito mais fácil conseguir gente para te ajudar ou procurar sozinho também (Aluna 8, 2025).

Quando questionada sobre as atividades que realiza e se já havia presenciado alguma situação envolvendo casos de *bullying*, a aluna respondeu:

Eu acho que todo mundo já viu alguma coisa assim, não é tão difícil. Eu estava aqui no dia que aconteceu tudo, não conversava com ele e não conhecia ele, mas não duvido que ele realmente tenha sofrido bullying e a escola não faz nada. Eu gosto de conversar com as minhas amigas daqui e da outra escola também, gosto de ver vídeos e tudo mais (Aluna 8, 2025).

A partir desse relato, é possível perceber que, para os alunos, a existência e a perpetuação do *bullying* em algumas situações são evidentes. O aspecto mais preocupante, entretanto, é a presença de diversos obstáculos para lidar com esses acontecimentos, como a omissão das figuras de autoridade na escola, sejam professores, coordenadores ou diretores. Esses estudantes são, muitas vezes, negligenciados tanto pelo núcleo familiar quanto pelo sistema escolar, e a reação diante dessa negligência pode se manifestar em atos de violência, que tendem a se agravar. Não é possível prever de forma precisa os resultados dessas situações, uma vez que cada sujeito vivencia tais experiências de maneira particular, marcada por sua subjetividade.

É importante destacar que a maioria das respostas fornecidas pelos alunos foi monossilábica, restrita a “sim” ou “não”. Em razão disso, o questionário não possibilitou o aprofundamento necessário. No entanto, durante o momento de aplicação, realizado em sala de aula, os alunos se manifestaram mais verbalmente, e suas falas foram incorporadas a este capítulo, de modo a ampliar a análise e possibilitar diferentes interpretações.

5. A MULTIPLICIDADE DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR, UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DO OLHAR DOCENTE

O *bullying*, enquanto questão social, não se restringe a afetar apenas os alunos, mas também revela sua perversidade nos espaços de enfrentamento vivenciados por docentes e discentes. Há uma importância significativa em trazer a visão das principais figuras de autoridade da escola, que neste caso são representadas pelos professores e pela equipe pedagógica, uma vez que esses profissionais ressignificam o espaço escolar. Dessa forma, um questionário semiestruturado foi aplicado aos professores, assim como foi feito com os alunos, com o objetivo de compreender como eles percebem os casos de violência escolar e os massacres.

É importante ressaltar que, por se tratar de uma escola que sofreu diretamente um ataque, há uma visível fragilidade ao se trabalhar com temas como *bullying*, *cyberbullying* e sua possível relação com massacres escolares. Essa dificuldade decorre do sentimento de insegurança que se intensifica nesses espaços, além do receio de não se conseguir estabelecer um diálogo efetivo sobre esse fenômeno presente no cotidiano escolar. Lanzillotti e Korman (2018) reforçam essa afirmação ao reiterar que existe uma barreira consistente que faz com que os professores se sintam despreparados e inseguros para lidar com o tema.

Para contemplar de forma mais significativa a percepção docente, elaboramos perguntas que abordam questões pertinentes, de modo a compreender com eficácia como o corpo docente e a equipe pedagógica lidam com essas informações. As perguntas tratam do tempo em que os professores atuam em sala de aula, das disciplinas que ministram, da observação comportamental dos alunos e de como reagem diante de situações adversas. Aos professores, perguntamos diretamente sobre o acontecimento na escola, com o intuito de direcionar a análise para os impactos dessa ação. As demais perguntas possuem caráter pessoal, com o objetivo de extrair opiniões variadas que revelam a subjetividade de cada docente.

Os relatos coletados por meio do questionário forneceram dados relevantes para a compreensão do fenômeno, não apenas no que se refere ao crescimento dos discursos de ódio, mas também aos ataques escolares, que ocorrem em um contexto de aumento

exponencial. Cerca de 15 professores responderam ao questionário; todos lecionam no período noturno na Escola Estadual Antonio Sproesser, e a maioria já atuava na instituição à época do atentado, incluindo docentes que ministraram aulas para o autor do ataque.

A primeira pergunta dizia respeito ao tempo de atuação dos professores em sala de aula, considerando que o ambiente escolar vem se adaptando cada vez mais às novas tecnologias, exigindo um letramento digital por parte dos educadores frente a essas mudanças significativas. Ao obtermos as respostas, observamos que a maioria dos professores leciona há cerca de cinco anos ou mais, acumulando experiência com as dinâmicas próprias da sala de aula. Essas vivências moldam, de certa forma, uma percepção mais aprofundada sobre os processos de socialização que ocorrem nesse espaço, oferecendo um novo panorama sobre os dinamismos sociais juvenis.

A segunda pergunta realizada refere-se às disciplinas que os professores ministram. É importante destacar novamente que, no prédio onde funciona a Escola Estadual Antonio Sproesser, também está localizada a Escola Municipal Vista Alegre, e alguns professores atuam em ambas, sendo funcionários do Município de Monte Mor e do Estado de São Paulo. Outro ponto relevante ao tratarmos das disciplinas é que o Estado de São Paulo aderiu à Reforma do Ensino Médio, o que resultou na redução da carga horária de algumas disciplinas. Como consequência, professores passaram a lecionar outras matérias além de suas áreas de formação. Assim, um mesmo docente não se limita a ministrar apenas uma disciplina, muitas vezes atuando em áreas correlatas ou distintas da sua formação, o que contribui para a diminuição do número de professores especializados em sala de aula.

Ao recolhermos essa resposta, observamos que até mesmo membros da equipe pedagógica lecionam. O diretor da instituição, por exemplo, já atuou como professor na escola antes de assumir a gestão. Essa pergunta foi essencial para identificarmos as necessidades docentes que atravessam essas questões, que não se restringem somente aos alunos, mas também impactam diretamente o cotidiano dos professores.

A terceira pergunta aborda a observação do uso de celulares e das Redes Sociais em sala de aula. A percepção dos professores e da equipe pedagógica é fundamental para avaliar o uso desses recursos tecnológicos além de seu propósito didático. Essa

constatação reforça a hipótese de que, mesmo em um ambiente controlado como o escolar, muitos alunos utilizam seus celulares durante as explicações, possivelmente imersos nas redes sociais virtuais. Um dos docentes respondeu: *“Sim, e é um problema recorrente, eles se distraem durante a aula, que já é curta.”* (Professor 1). Essa resposta evidencia a insatisfação dos professores com relação ao uso dos celulares em sala de aula. Observa-se que as Redes Sociais desempenham papel relevante nas interações desses jovens em idade escolar. Portanto, é possível afirmar que o uso do celular se tornou vital para as relações interpessoais desses sujeitos, ainda que represente um desafio no ambiente educativo.

As quarta e quinta perguntas tratam, respectivamente, da influência das redes sociais virtuais no ataque ocorrido na escola e das medidas tomadas posteriormente ao acontecimento. É importante ressaltar que muitos professores se mostraram emocionalmente abalados ao relatar o ocorrido durante o preenchimento do questionário. Tal reação pode decorrer de traumas originados no episódio, considerando que, além de protegerem a si mesmos, os professores também tiveram que zelar pela integridade física de seus alunos, o que acarretou uma sobrecarga significativa.

Ao responderem à pergunta, foi unânime entre os docentes o entendimento de que há, sim, uma relação direta entre o uso das redes sociais virtuais e o ataque ocorrido. Em um dos relatos, um professor afirmou: *“Sim, ele mesmo disse que realizou as pesquisas nessas comunidades virtuais, o que é um risco para nós. Precisamos entender como eles utilizam essas redes.”* (Professor 2). Essa fala revela, à primeira vista, uma dificuldade por parte do professor em compreender a forma como os jovens navegam no ciberespaço, o qual oferece inúmeras possibilidades e caminhos de interação.

Com relação às medidas adotadas pela escola, duas ações se destacaram, ambas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. A primeira diz respeito ao “botão do pânico”, que pode ser acionado virtualmente em caso de ataques escolares, permitindo uma resposta imediata por parte da Polícia Militar. Segundo informações disponíveis no site da própria Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, esse recurso é descrito como:

Botão do Pânico: funcionalidade disponível na ferramenta “Diário de Classe” do professor, que possibilita o acionamento mais rápido da Polícia Militar (PM). Deve ser utilizado pelo professor e/ou por membros da gestão escolar sempre que houver situação (em andamento ou iminente) que seja atentatória contra a vida e/ou integridade física. O Botão do Pânico aciona os policiais militares sem fornecer nenhum detalhe da situação em andamento, por esse motivo é necessário que o uso se restrinja APENAS aos casos que exijam rapidez para evitar vítimas, de forma que a patrulha mais próxima da escola possa realizar o atendimento (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2025 s/p).

Outra medida adotada foram palestras ministradas por um psicopedagogo e um psicólogo, disponibilizados temporariamente. Ao relatar essa ação, um professor descreveu: *“Vieram alguns profissionais darem algumas palestras sobre como agir nessas situações, mas foram cerca de 2 ou 3.”* (Professor 3). Quando se trata de traumas, há a necessidade de um acompanhamento contínuo, que, em muitos casos, não será suprido com poucas sessões coletivas. O atendimento individual torna-se primordial para lidar com todo o trauma associado a um ataque escolar.

[...] os eventos traumáticos em si não são determinantes isolados ou exclusivos do desenvolvimento de transtornos psiquiátricos. Experiências potencialmente intensas e devastadoras possuem efeitos variáveis. Estudos revelam um grau de variedade interindividual no processamento da memória de eventos de vida e das emoções básicas (Peres, Mercante e Nascello 2005, p. 01).

Um dos professores ao mencionar a quinta pergunta, acerca das medidas tomadas pela secretaria de estado de educação e as medidas tomadas após o ataque cita acerca do trauma que sofreu, assim como a ineficácia das medidas aplicadas.

Reunião pedagógica, orientações para a equipe escolar sobre observações de alunos, portas, diálogos, comportamentos, etc. Reunião com o responsável pelo CONVIVA-SP (Programa de melhoria da convivência e proteção escolar), que gerou revolta na equipe de professores, pais e responsáveis. Pois a responsável pelo CONVIVA na época, foi infeliz, ao dizer que a culpa do ataque na unidade escolar teria sido dos professores, que “não”, e/ou falharam no processo enquanto educadores, (neste dia, teve professores que choraram, saíram da sala e discutiram com a responsável pelo CONVIVA). Essa reunião do CONVIVA ocorreu dias após o ataque na escola, quando a comunidade escolar ainda estava em pânico e com traumas. Criou-se um botão de emergência direto com a Polícia Militar, disponível na SED (Secretaria Escolar Digital) - “Acionar a Polícia”. Assim como, a criação do POC (Professor Orientador de Convivência). Disponibilizou-se um profissional de Psicologia na escola (de 15 em 15 dias) para atendimento em grupo com os alunos (Professor 1, 2025).

Observa-se um descaso por parte do poder público em relação aos professores

que, além do trauma sofrido, continuam enfrentando situações constrangedoras em seu ambiente de trabalho. Tal contexto evidencia um despreparo no cuidado e no acolhimento que deveriam ter sido oferecidos à equipe pedagógica após a tragédia.

O emudecer do professor frente à realidade que estava posta na escola levava à individualização dos problemas, transformando o docente no único responsável pelo desempenho de seus alunos, sem uma análise do contexto como um todo. O silêncio dos professores acobertou sentimentos de não se sentirem reconhecidos pelos alunos e pela sociedade como gostariam (Paschoalino, 2022, p. 107).

Os relatos obtidos por meio do questionário evidenciam esse desamparo, demonstrando que o impacto do ataque não se restringe apenas aos alunos, mas também repercute entre os professores e demais profissionais da escola. Essas marcas revelam não apenas as dificuldades inerentes à docência no Brasil, mas também o abandono e a insuficiência de políticas públicas de apoio aos professores. O episódio relatado pelos docentes após o ataque evidencia que a saúde mental dos profissionais da educação não foi, em nenhum momento, considerada, o que gera sentimentos de frustração e revolta, conforme apontado nas falas transcritas.

Ao abordarmos a sexta pergunta, que trata da eficácia das medidas disponibilizadas, os relatos coincidem com a hipótese levantada anteriormente, demonstrando que o tratamento temporário não foi capaz de suprir a necessidade de acolhimento, a qual se mostra potencialmente importante diante de um evento traumático. Esse tratamento deve ser contínuo e contemplar todas as questões pessoais que envolvem esse professor, sendo que sessões grupais não se mostram eficazes nesse sentido. É necessário pensar nesse sujeito de forma a considerar todas as suas especificidades e proporcionar um atendimento capaz de atender suas demandas emocionais. Um dos professores cita *“Até o momento não se mostrou efetivo na prática escolar, não há nenhum projeto prático e diário nas escolas realizado pelo CONVIVA-SP.”* (Professor 1).

A sétima pergunta refere-se à utilização das redes sociais virtuais pelos professores e se eles as utilizam para comentar sobre assuntos relacionados ao cotidiano. A maioria relatou que não utiliza as redes sociais para falar de trabalho ou que raramente realiza algum comentário, reforçando que essa prática não é comum no seu

cotidiano. Isso demonstra que o docente também está inserido na mesma lógica que inclui o sujeito nesses espaços de sociabilidade construídos através do ciberespaço, por meio das redes sociais virtuais. Não é um espaço restrito à lógica juvenil; sua acessibilidade está disponível a todos os que se inserem nesse contexto, talvez com uma visão diferente, mas ainda assim pertencentes ao mesmo espaço.

Ao serem questionados sobre situações envolvendo o *cyberbullying*, a equipe pedagógica informou que lida com casos e denúncias feitas pelos próprios alunos da escola. Ao relatar as questões relacionadas aos comentários depreciativos, questionamos sobre os protocolos adotados. Foi mencionado que, após o ataque, as discussões sobre o tema se intensificaram de maneira significativa, evidenciando uma relação direta com o ocorrido. Isso demonstra que, para os professores e a equipe pedagógica, há sim uma ligação entre o *bullying*, o *cyberbullying* e os ataques escolares. Em uma das visitas realizadas à escola para o recolhimento dos questionários, deparei-me com uma atividade interdisciplinar envolvendo a disciplina de Geografia, cujo tema abordava as Fake News e a cultura do ódio, reforçando a abordagem pedagógica do tema dos ataques escolares. Nota-se, portanto, o esforço de professores e alunos em contemplar o assunto de forma efetiva no espaço escolar.

Quando questionados sobre a influência do espaço escolar nas redes sociais virtuais e se existe uma relação direta entre ambos, os professores responderam afirmativamente, destacando principalmente o uso do celular como justificativa para essas interações. Uma professora respondeu *“Totalmente! Tanto que essas “tretas” das redes sociais acabam “explodindo” no ambiente escolar com agressões físicas.”* (Professora 1). Para os docentes, é evidente que há uma relação intensa entre esses espaços, construindo uma narrativa que enfatiza a necessidade de interação efetiva entre eles. É preciso pensar o espaço para além do físico, considerando todas as possibilidades que o compõem como uma única forma de percepção desse lugar. Lévy (1999), em sua obra *Cibercultura*, define o ciberespaço como “um espaço não físico ou territorial, composto por um conjunto de redes de computadores pelas quais todas as informações (...) circulam”. Ao citar acerca das sociabilidades no ciberespaço, o professor relata acerca de como visualiza essas novas relações.

Sim. As relações sociais dos alunos no século XXI são híbridas, o online e o offline estão hiperconectados, tudo o que acontece no offline é levado para o online e vice-versa. A maioria dos alunos/as dialogam com seus celulares em mãos, fazendo referência ao universo online, o tempo todo. Os diálogos são conectados com músicas, fotos, memes, frases, fake news, vídeos e etc. O espaço escolar transformou-se em um lugar dinâmico, hiperconectado e híbrido, onde as relações sociais acontecem de forma complexa, agressiva e harmoniosa, tendo ápices conflituosos, porém sem causar desequilíbrio permanente na instituição (Professor 1).

Observamos que essas dinâmicas são percebidas pelos professores, principalmente porque eles vivenciam esse espaço da mesma forma, demonstrando o atravessamento do exercício à sua profissão frente às sociabilidades *online*. Ao citarmos o exemplo do relato do professor sobre como ele visualiza essas novas dinâmicas escolares, conseguimos compreender essas complexidades impactam diretamente em sua percepção do ciberespaço.

Em relação aos relatos sobre possíveis situações de ameaça vivenciadas pelos professores, uma questão se destacou: um dos docentes, ao ler a pergunta, entrou em contato solicitando acesso ao material da pesquisa em andamento. Ao fazê-lo, demonstrou-se entusiasta da abordagem do tema e ressaltou a importância de lidar com a cultura do ódio de maneira que contemple todas as subjetividades envolvidas. Desta forma, após entrar em contato comigo através do e-mail, eu encaminhei alguns materiais que foram utilizados ao decorrer desta dissertação. Ao responder, ele agradeceu e disse que percebe em sala de aula um grande crescimento de comentários violentos, mas igualmente de questões que o atingem diretamente.

Concomitantemente, nota-se uma preocupação entre os professores quanto ao crescimento contínuo dos casos envolvendo grupos extremistas que se organizam em comunidades virtuais. Há igualmente uma preocupação com a culpabilização que recai nesses docentes e sobre uma pressão não apenas do poder público, mas da comunidade pela responsabilização dos mesmos pelos acontecimentos. Podemos incluir que essa questão está diretamente relacionada à forma que o trabalhador docente é visualizado pelo Estado, não levando em consideração todas as questões que perpassam seu cotidiano, o responsabilizando sistematicamente por todas as questões escolares.

[...] Trata-se de uma educação cada vez mais instrumentalista e fetichizada cujo objetivo é adequar o trabalhador às necessidades da produção ampliada. Um

cidadão produtivo que faz bem feito o que se lhes pede e que "não se mete" no que não lhe cabe: discutir os rumos da economia, a política e seus interesses. Um cidadão mínimo (Frigotto, 2004, p. 15).

Ao analisarmos essas questões através dos relatos dos professores, observamos que para muitos, o virtual não é um espaço seguro, mas sim um espaço que envolve relações de violência e do estabelecimento de conexões, entre essa relação entre o “eu” e o “outro” (Nunes, 2025). É evidente que as questões que envolvem os docentes são carregadas de subjetividades que revelam diferentes formas de observar o comportamento juvenil. No entanto, essas observações são extremamente necessárias para que ações efetivas sejam implementadas no cotidiano desses sujeitos em idade escolar. O espaço escolar é mais do que o chão da escola; ele representa uma complexa rede de compreensões frente aos desafios que, hoje, se mostram ainda mais intensos.

6. AS REDES SOCIAIS ENQUANTO AGENTES ATIVOS

A primeira investigação realizada foi constituída a partir da netnografia, que, nesta pesquisa, tem como objetivo investigar as comunidades virtuais, com foco principal nos sujeitos jovens em idade escolar. Após a inserção das palavras-chave no *software Apify*, foi possível realizar a extração de publicações que fazem parte dos processos de sociabilidade no espaço escolar. Ressalta-se que os perfis mencionados ao longo desta discussão não serão identificados. Ainda que se tratem de postagens públicas, optou-se por preservar os nomes dos internautas e os nomes das contas, expondo, por vezes, apenas a imagem do perfil quando esta se refere a personagens fictícios ou figuras públicas.

É importante destacar que, neste caso, as publicações analisadas não se limitam às escolas diretamente abordadas nesta pesquisa, abrangendo conteúdos oriundos de diversas regiões e estados do Brasil. Isso se deve ao fato de que o filtro de busca foi direcionado para todas as publicações em língua portuguesa realizadas em território nacional. Frequentemente, essas vivências violentas ocorrem de forma semelhante em diferentes contextos, resultando em narrativas que se assemelham, independentemente da localização geográfica.

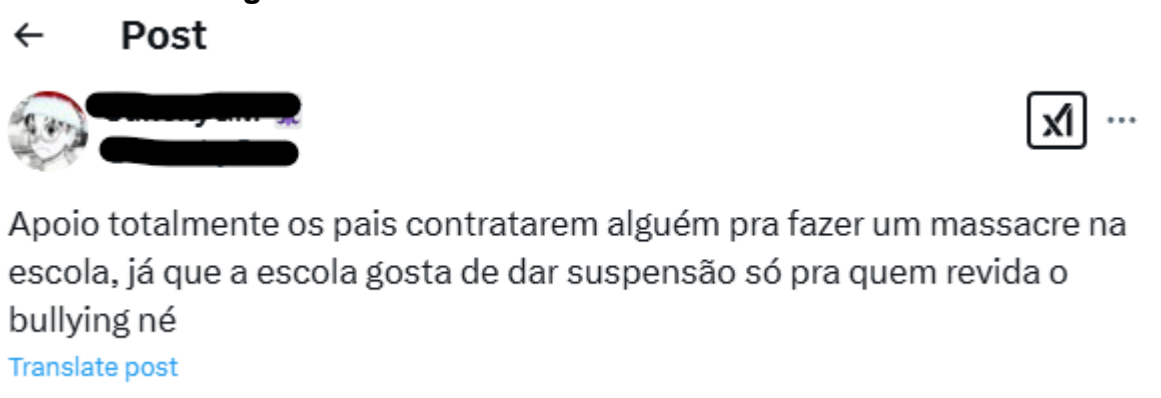
A primeira plataforma analisada foi a rede social X (anteriormente conhecida como Twitter). Segundo Lozano-Blasco, Mira-Aladrén e Gil-Lamata (2023), o Twitter (atualmente X) pode ser considerado, por excelência, uma rede de informação e comunicação, funcionando como um termômetro para as preocupações sociais. Trata-se de uma plataforma que permite a visualização de questões em tempo real, criando “bolhas sociais” que dialogam com os diversos interesses da juventude contemporânea. No cenário atual, um tema recorrente nas discussões é o discurso em torno da liberdade de expressão, frequentemente associado à utilização das redes sociais virtuais. Esse discurso tem ganhado cada vez mais notoriedade, influenciando as postagens realizadas pelos sujeitos que participam ativamente desses espaços.

A busca por segurança também se manifesta no ciberespaço. Bauman (2003) aborda tais especificidades ao afirmar que a individualidade de um sujeito pode ser sobreposta pelas exigências e influências da comunidade. Essa busca por representação

e pertencimento, cada vez mais presente na realidade cotidiana, invade o espaço escolar e se expressa por meio das publicações feitas nas redes sociais. A construção da identidade é parte essencial do desenvolvimento desses sujeitos, mas, muitas vezes, não é respeitada pelos pares que também ocupam o ciberespaço.

A promessa de acolhimento e proteção nesse ambiente digital nem sempre se concretiza. Quando um jovem em idade escolar adentra esse espaço, pode encontrar hostilidade não apenas por parte dos colegas, mas, por vezes, por meio de atitudes perversas do próprio sujeito. A análise de determinadas postagens revela que nem sempre esses alunos se encontram em situação de vulnerabilidade, mas que algumas ações específicas podem atuar como gatilhos para impulsioná-los a cometer ataques contra o ambiente escolar.

Figura 11 - Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Ao analisarmos esse relato, identificamos uma questão diretamente relacionada ao *bullying*, considerando o teor da publicação em questão. Nela, observa-se uma conotação de indignação dirigida à instituição escolar, no sentido de que o sujeito jovem, inserido no ambiente educacional, não recebe a devida atenção ao relatar episódios de *bullying*. A publicação sugere que a única forma encontrada por esse sujeito para lidar com o tratamento hostil é por meio da violência.

Couto (2005) questiona se as modernidades impactarão diretamente o processo e o impulso das mudanças corporais. O autor prossegue, afirmando que o corpo e os sujeitos estão constantemente dispostos a aumentar seus níveis performáticos, em função das exigências de novos padrões, os quais se expandem para todos os espaços

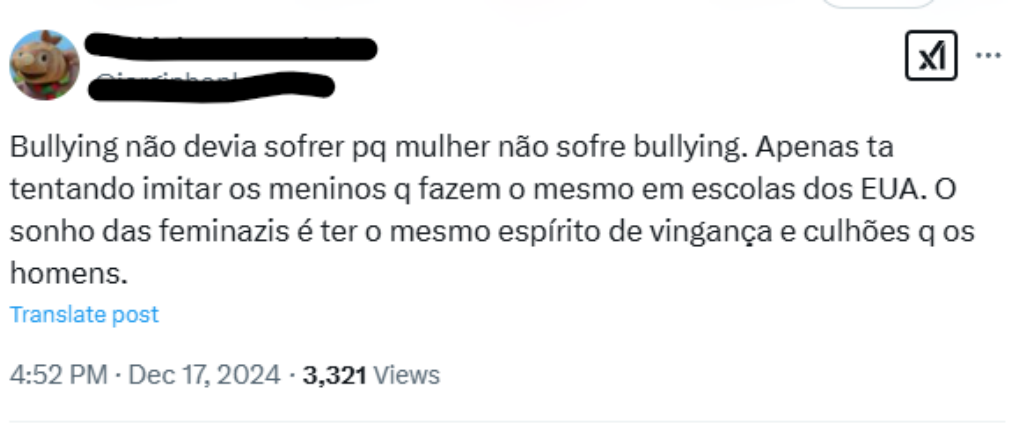
de sociabilidade, incluindo a escola. A padronização e a necessidade de se encaixar em uma normatividade fazem com que aqueles que não possuem características consideradas desejáveis dentro de um padrão esperado sejam mais suscetíveis a ataques, inclusive nas redes sociais virtuais.

Há uma diretriz dessa cultura ao ódio, onde os meios de comunicação possuem um papel de amedrontamento sobre os corpos que não seguem a padronização dos mesmos. O consumo de conteúdos que envolvem corpos perfeitos e a ascensão da cultura ao ódio, faz com que essas agressões se proliferem no espaço, causando uma disseminação de comentários odiosos que se expandem para outros ambientes de convivência, como o caso da escola. Nunes (2024) descreve que o virtual é perverso e que a objetificação desses corpos está cada vez mais presente nos espaços virtuais. O autor prossegue descrevendo que é através desse sentido que a vivência do corpo e as espacialidades são produtos de suas relações.

Rodrigues (2012) afirma que o sujeito agredido frequentemente percebe o mundo ao seu redor como mais difícil e ressalta que a escola, em grande parte das vezes, não dispõe de mecanismos adequados para lidar com disputas de poder. Essa deficiência institucional, segundo o autor, pode desencadear reações extremas por parte do sujeito que sofre *bullying*.

As redes sociais virtuais tornam-se, nesse contexto, um canal de expressão para esse jovem, que utiliza tais plataformas para demonstrar sua insatisfação com o sistema escolar. É por meio dessas publicações que se observa, de forma preocupante, uma certa normalização dos massacres escolares. A indignação que se manifesta nesses espaços digitais decorre justamente da percepção de abandono, de ausência de acolhimento e o único refúgio parece ser encontrado nas redes sociais virtuais.

Figura 12 - Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Em outra discussão iniciada na plataforma 'X', observa-se uma publicação com forte teor misógino. Em dezembro de 2024, houve uma tentativa de massacre por parte de uma estudante de 19 anos, ocorrida em uma escola no estado do Rio Grande do Norte. Segundo o portal de notícias *G1*, a aluna portava um revólver, livros sobre *serial killers* e algumas facas. Ao entrar na escola, disparou contra um aluno, o tiro o atingiu de raspão e tentou atirar contra uma professora, mas a arma falhou.

Na publicação analisada, o perfil menciona o ocorrido, utilizando uma narrativa marcada por preconceitos e misoginia. É possível identificar, no conteúdo do relato, a exaltação de atiradores estadunidenses e, além disso, um discurso impregnado de ódio contra mulheres. O fato de o autor sentir-se seguro para expressar tal opinião indica que o culto ao ódio está presente em cada vez mais ambientes, incluindo o ciberespaço. O virtual tornou-se um facilitador dessas socializações que são mediadas através de aparatos tecnológicos, ao mesmo tempo em que nos coloca em situações de opressão nos espaços físicos, como na escola, assim como aponta Nunes (2024). O ambiente escolar, já hostil para muitos sujeitos, torna-se, simbolicamente, um território onde até mesmo mulheres que compartilham ideais violentos são alvo de rejeição.

Ao nos depararmos com uma tentativa de massacre frustrada, é alarmante perceber a desaprovação vinda de sujeitos que, paradoxalmente, manifestam simpatia por massacres. No comentário em questão, evidencia-se que, para esse sujeito, mulheres não são reprimidas com a mesma severidade e não possuem, segundo seu ponto de vista, a capacidade de êxito em ações violentas simplesmente por serem

mulheres. A familiarização com esses discursos, por vezes, não parte de uma comunidade organizada, mas de uma identificação individual com outros sujeitos que realizaram atos semelhantes.

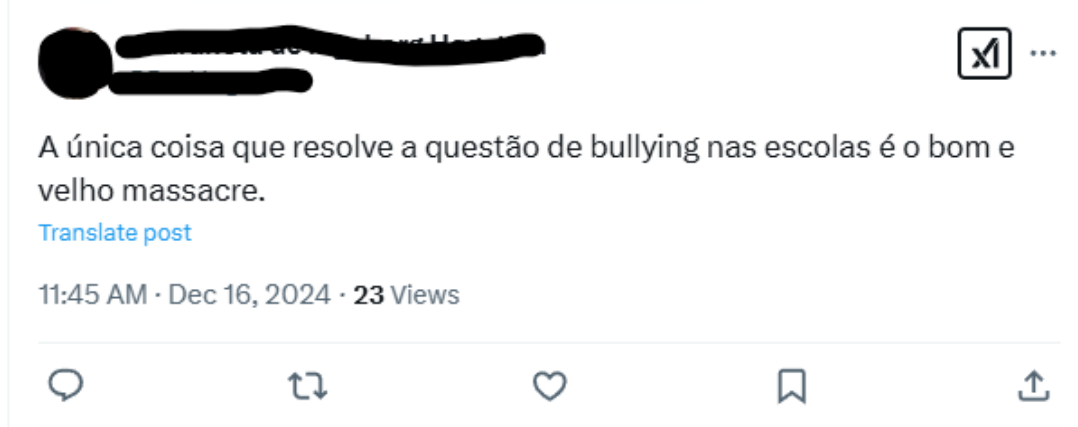
Essa identificação constitui uma possibilidade de que esse sujeito encontre conforto e até mesmo instruções por meio de relatos livremente divulgados nas redes sociais virtuais. As expressões de violência, portanto, não se restringem a um único local ou forma; muitas vezes, elas representam um sofrimento que atravessa todas as esferas da vida desses alunos.

O espaço escolar pode se transformar em um espaço de opressão, no qual os sujeitos reproduzem a própria violência simbólica, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2016), especialmente ao tratar da dominação masculina. Tal perspectiva pode ser identificada na publicação citada, evidenciando as múltiplas camadas que a violência pode assumir. O autor afirma que essa forma de violência é “suave”, exercida de forma simbólica por meio da comunicação, do desconhecimento ou do reconhecimento de certos discursos Bourdieu (2016). A escola torna-se, assim, palco de todos esses simbolismos e manifestações de violência, funcionando como território de reprodução e expressão do descontentamento juvenil.

Fica, então, evidente, por esse esquema narrativo, que o código da violência estabelece dualidades como “submeter/ser submetido”, “matar/ser morto”, “abater/ser abatido” e, nessas polaridades, legítima, em nome da autopreservação, o uso intencional da força (de qualquer natureza) para aniquilar ou neutralizar o outro que ameaça a autossuficiência subjacente à autonomia. [...]

Isso implica em práticas culturais que se prestam como código de poder para resolver conflitos e submeter a alteridade à condição de responsável (moral, inclusive) pela ameaça de extermínio da identidade (De Andrade e Gonçalves, 2024, p. 335).

Figura 13 - Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Os processos de violência escolar evidenciam a existência de uma articulação bem delineada por parte dos sujeitos que vivenciam essas experiências. Embora a popularização dos massacres escolares tenha ocorrido nos Estados Unidos, observa-se que as escolas brasileiras importam, em grande medida, a mesma narrativa. A justificativa, frequentemente utilizada, parte da ideia de que o *bullying* legitima a prática de atos violentos, ou seja, o aluno, ao sofrer agressões constantes, passa a enxergar a violência extrema como a única forma possível de interromper o ciclo de opressão.

Essa violência é cultural. Não se pode ignorar que, nos Estados Unidos, o fácil acesso a armas de fogo facilita a ocorrência de massacres escolares. No contexto brasileiro, embora o acesso a armamentos de fogo seja mais restrito, isso não impede a ocorrência desses atos, uma vez que outros meios como o uso de bombas ou armas brancas são comumente utilizados.

O contexto de violência e barbárie norte-americanos, retratado por Moore através do fácil acesso a armas e a escalada de uma cultura de medo e violência, são sinais que se perpetuam, inclusive em nosso contexto brasileiro, conforme veremos adiante. Ademais, independentemente da intenção de Moore ao documentar e criticar o poder constituído na época através de seu documentário, temos um produto da Indústria Cultural que não só torna onipresente os estereótipos e se manifesta enquanto diversão para aqueles que consomem. Sendo mais claro: o mesmo sangue e corpos caídos em Columbine chocam apenas parte da humanidade, aos consumidores do discurso de ódio trata-se de um delicioso manjar (Maia, 2025, p. 43).

Para além da expressão espontânea de sentimentos, as redes sociais virtuais têm sido utilizadas como verdadeiras ferramentas de aprendizado. Diversos estilos de publicações são possíveis nessas plataformas, como é o caso da reprodução de *trends*, a exemplo da que ocorreu em abril de 2023. Os discursos de ódio têm se expandido consideravelmente, e a incitação à concretização de massacres está presente em múltiplos espaços digitais. Para determinados grupos, a violência é vista como a única forma eficaz de combater a opressão sofrida.

Bozza *et al.* (2023) demonstram que a escola, sendo percebida como um local de sofrimento, adquire um significado negativo para muitos jovens em contexto escolar, tornando-se, assim, o palco ideal para a execução de possíveis vinganças. O ciberespaço amplia ainda mais essa percepção, o que pode parecer paradoxal: se, por um lado, ele atua como um espaço de amplificação do *bullying*, por outro, é também interpretado por alguns sujeitos como um espaço de acolhimento.

A análise das publicações realizadas vieram a partir de postagens que tornaram-se virais (com um grande número de interações) ou da busca de palavras-chave em questão. Ao analisarmos publicações que relatam acerca dos massacres escolares, observamos que há uma relação direta com o *bullying*, demonstrando que em diversos casos de ataques escolares, o *bullying* está diretamente relacionado com o ocorrido.



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

A prática do *bullying* adquiriu novas dimensões com a popularização das redes sociais virtuais. Ao analisar o relato mencionado, compreende-se que a violência tem sido normalizada como instrumento de silenciamento. A insalubridade do ambiente escolar gera, segundo o autor da publicação, uma espécie de “efeito reverso”, em que a prática da violência, de maneira mais enfática, resulta no afastamento da vítima da escola. As formas de reação a esse tipo de situação adquirem novas perspectivas a partir do momento em que o jovem passa a ter acesso facilitado a conteúdos que sugerem ideias e estratégias de vingança contra seus agressores. Tais conteúdos, pesquisas, comunidades, relatos e trocas de experiências, circulam pelo ciberespaço, que se constitui, por diversas vezes, não apenas como um ambiente de conforto, mas também como um espaço de aprendizado. Isso possibilita o surgimento de novas perspectivas com base nas vivências e percepções do sujeito.

Midgette (2023) ressalta que a experiência estudantil vivida por esse sujeito é composta por múltiplas dimensões e que o clima escolar pode intensificar a vitimização, especialmente em situações de omissão institucional. No entanto, estar em casa não significa, necessariamente, que o aluno estará em um ambiente totalmente seguro. O *cyberbullying*, enquanto manifestação de violência, atinge esse aluno em diferentes contextos, incluindo o ambiente familiar e pessoal. O ciberespaço revela-se, assim, como um espaço ambíguo, onde coexistem um espaço de acolhimento e um espaço de violências promovendo experiências diversas que moldam esse jovem enquanto agente social.

As ações da vítima não podem ser avaliadas sob uma única ótica ou solução. A intensificação da violência pode, inclusive, resultar na omissão de uma possível reação, ao invés de sua contenção. Sob a perspectiva do agressor, a dominação é frequentemente exercida por meio da perseguição constante. Bock (2008) destaca que a agressividade está ligada a pensamentos, imaginações e ações, que podem se manifestar tanto de forma verbal quanto não verbal. Esse impulso destrutivo permeia a conduta do agressor, que frequentemente expressa sua hostilidade contra sujeitos que compartilham o mesmo espaço, como, por exemplo, o ambiente escolar.

Ainda sob a ótica do agressor, alguns fatores favorecem a prevalência do *bullying*, como a normalização da agressão verbal. Outro ponto a ser destacado é o que Santos (2007) aponta ao afirmar que, entre os agressores, há uma predominância masculina, sendo a virilidade expressa muitas vezes por meio de comportamentos agressivos. A análise de diversas publicações evidencia a naturalização do *bullying* e da violência, frequentemente expressas por perfis masculinos, o que reforça essa perspectiva. Tal processo cultural, ao se infiltrar nos espaços de convivência, promove distinções entre as práticas de sociabilidade e violência de homens e mulheres. É evidente, portanto, que a questão de gênero atravessa as manifestações de *bullying*, oferecendo novas possibilidades de interpretação do fenômeno.

Maia (2025) aborda que a cultura do *bullying* produz um tipo de etiqueta social, onde esses sujeitos irão participar de uma classificação conforme padrões que são estabelecidos através de uma vitrine estética.

Parece-nos que a cultura que etiqueta os sujeitos, classificando-os segundo critérios superiores pré-estabelecidos, tornando-os peças mais ou menos dóceis ao consumo e reprodução de anti-criticidade, perpetua o fenômeno que nos propusemos a analisar (Maia, 2025, p. 27).

As espacialidades virtuais, em determinadas instâncias, configuram-se como questões de performatividade, especialmente quando se analisa a construção das masculinidades. Os processos de construção das masculinidades são moldados e expressos a partir da lógica dos rótulos, em uma sociedade patriarcal na qual a superioridade é atribuída ao homem. Diversos perfis reforçam e endossam essa supremacia masculina, repercutindo em outros perfis e formando uma rede de seguidores que compartilham das mesmas perspectivas. Esse fenômeno manifesta-se por meio dos corpos masculinos e da necessidade constante de reafirmação de sua posição social.

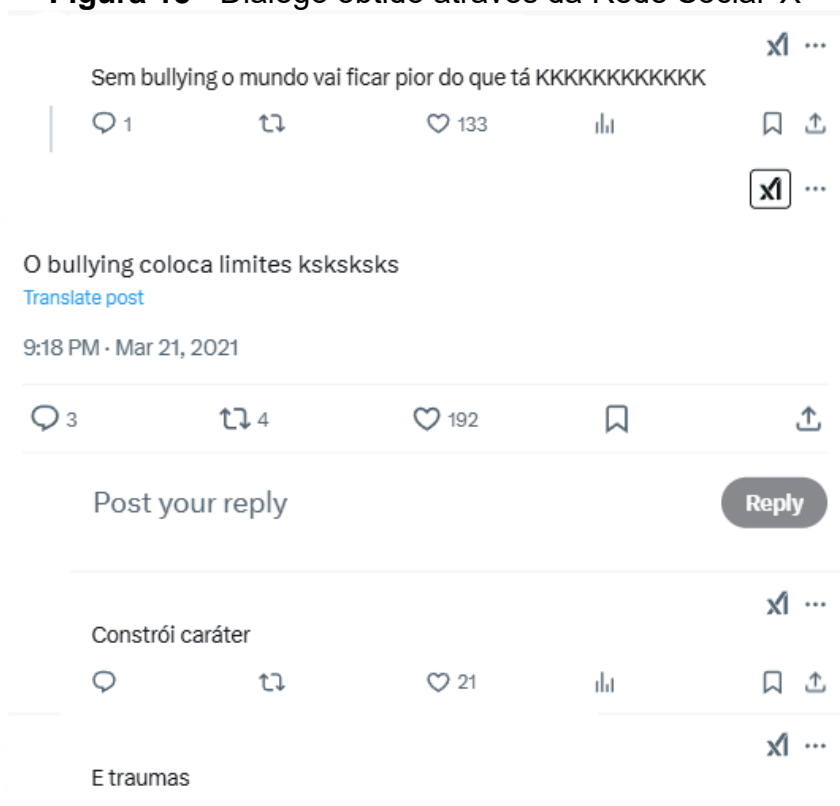
As redes sociais funcionam como mecanismos de amplificação e engajamento dessas publicações, estando diretamente vinculadas às corporeidades. Ao tratar das masculinidades e da materialização dos corpos, Butler (2003, p. 200) afirma que “embora existam corpos individuais que encenam essas significações, estilizando-se em forma de gênero, essa ‘ação’ é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequência. Ainda considerando o

perfil dos autores de massacres escolares, é possível encontrar um determinado padrão dos autores desses ataques violentos.

Os perpetradores são geralmente homens jovens, com dificuldade de inserção social, ressentimento em relação à sociedade e acesso a armas. Antes dos ataques, muitas vezes, fazem postagens públicas que antecipam suas ações, buscando reconhecimento (Maia, 2025, p. 47).

As frustrações desses sujeitos são expressas nas redes sociais, mas no espaço escolar também, onde talvez por uma crise de masculinidade e como prova para demonstrar sua virilidade, o primeiro pensamento surge através da efetivação de ataques violentos. Esse ato produz espacialidades condicionando o corpo masculino a um possível padrão de busca por dominância através da violência. Há uma exaltação de atos violentos e eles ganham cada vez mais força dentro dos espaços virtuais, que hoje se apoia na cultura da extrema violência que se propaga pelo mundo inteiro.

Figura 15 - Diálogo obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

A publicação apresentada ilustra a discussão anteriormente iniciada, por meio das percepções de dois homens e uma mulher. O contexto da postagem decorre da menção a um vídeo compartilhado por um desses sujeitos, no qual os dois primeiros comentários dialogam sobre a suposta necessidade da prática do *bullying*. A quantidade de curtidas revela que a maioria dos usuários concorda com as mensagens expressas nos comentários.

O último comentário destacado, de autoria de uma mulher, apresenta-se claramente em oposição à ideia de normalização do *bullying*, ao mencionar os traumas gerados por essa prática. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada em 2019, demonstra que aproximadamente 26,5% das estudantes entrevistadas afirmaram já terem sido vítimas de ofensas no ambiente escolar em duas ou mais ocasiões.

O espaço escolar também deve ser compreendido a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que determinadas ações e comportamentos são socialmente impostos conforme o gênero atribuído à pessoa. A escola, portanto, não se exime dessa problemática, funcionando muitas vezes como reprodutora de estereótipos e violências de gênero. Há uma forma de hostilidade social que é reproduzida na escola, no sentido de funcionar de maneira repetitiva e de certa forma sistemática, assim como Maia (2025) aborda. O autor prossegue expressando que a escola ainda traz consigo que a escola é rodeada por uma “educação autoritária e conservadora” (MAIA, 2025, p.66). Pode ser caracterizado enquanto uma repulsa ao outro, à diferente frente às diversidades e aos corpos que ocupam aquele espaço.

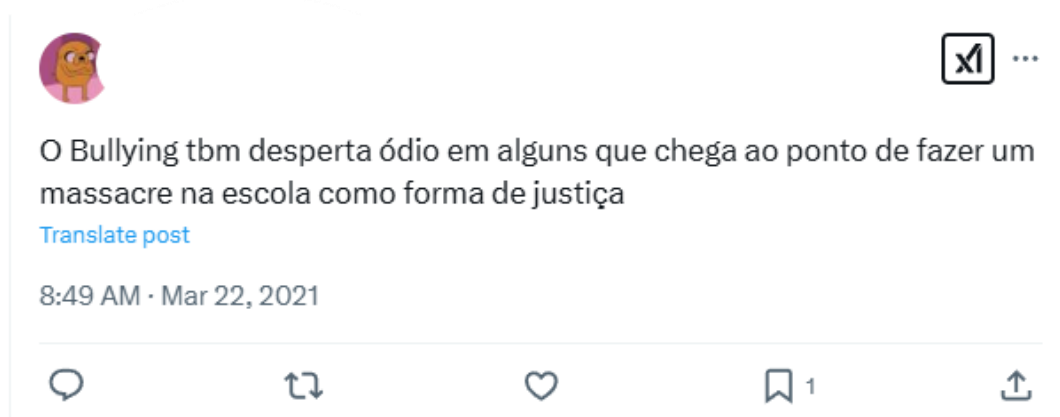
A recusa sistemática às diferenças, sejam elas de sexualidade, orientação sexual, etnia, cultura, gênero, corporais ou estéticas, é o que caracteriza o *bullying*. Essas diferenças são frequentemente utilizadas como disparadoras da agressividade e violência e são fundamentadas pelos inúmeros preconceitos construídos a partir de uma cultura que esvazia os sujeitos e suas individualidades, em detrimento de um modelo de vida em que todos são iguais para consumir, produzir e viver um individualismo, em que o melhor do mundo sou eu e aquilo que possuo (Maia, 2025, p. 69).

Há uma hierarquização no ciberespaço e nas plataformas sociais, conforme afirma Nunes (2024). Nesse contexto, os preconceitos tornam-se ainda mais evidentes para as mulheres, uma vez que, segundo a autora, tais preconceitos “moldam silenciosamente

as estruturas em diferentes contextos culturais, sociais e econômicos” (Nunes, 2024, p. 67).

Verifica-se a perpetuação de um sistema que exige submissão feminina, no qual as violências de gênero continuam a ser reproduzidas a partir de uma lógica da violência. Essa lógica reforça a ideia de que as mulheres devem permanecer na posição de sujeitos subjugados, considerados inferiores e incapazes de superar os homens. Jimenez (2020) acrescenta que todo estigma constitui uma forma de controle social, produzindo seletividade com base em convicções que variam desde aspectos políticos até morais.

Figura 16 - Diálogo obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Na mesma publicação, há um comentário que aborda a temática do ódio e sua relação com os massacres escolares. Para realizar uma interpretação adequada, é necessário compreender que esse comentário está vinculado à publicação previamente analisada. O sentimento de revolta expresso remete à expectativa de comportamentos distintos entre homens e mulheres. No entanto, como foi demonstrado no caso anteriormente citado, mulheres também podem ser protagonistas de ataques a escolas. O despertar da violência ocorre de formas diversas, considerando quem é o sujeito e como ele reage frente às situações vivenciadas.

O *bullying* não se restringe ao espaço escolar, podendo manifestar-se em diversos outros contextos, como o ambiente familiar ou outros espaços de convivência social. Ao tratar do *bullying* nas escolas, Felipe e Guizzo (2004) discutem como as instituições escolares continuam preocupadas em uniformizar os alunos, numa tentativa ineficaz de

controlar ações discriminatórias motivadas por diferenças percebidas por potenciais agressores. Essa tentativa revela-se falha, pois é inviável uniformizar sujeitos tão diversos e singulares.

Quando o sentimento de revolta se transforma em desejo de vingança, a reação tende a ser violenta, com ataques que não se limitam aos agressores diretos, mas se estendem à comunidade escolar como um todo. Para o sujeito que comete o ato, a escola torna-se um espaço conivente com as agressões sofridas.

É plausível afirmar que os atiradores em potencial compartilham determinadas características e que tais características, de certo modo, se conectam ao ciberespaço. É por meio dessa caracterização que se estabelece a relação entre o ciberespaço e os massacres escolares. A visão deturpada do mundo desses sujeitos posiciona a escola como o palco simbólico da violência, materializada em ações que geram reações ainda mais destrutivas.

O plano de matar, organizado e às vezes anunciado em redes sociais, é executado por jovens, em geral do gênero masculino, adolescentes, estudantes e ex-estudantes das mesmas escolas atingidas, para as quais retornam com o objetivo de vingarem-se ou expressarem ressentimento de modo a também se celebrizarem pela glorificação da violência armada e ritualizada (De Andrade e Gonçalves, 2024, p. 329).

As masculinidades estão presentes nesses ambientes por meio das comunidades virtuais. Observa-se uma questão latente nesse contexto: o aumento do número de subgrupos que propagam conteúdos com teor altamente misógeno. Há uma cultura de ódio às minorias sociais, endossada majoritariamente por homens, na qual é visível a aversão à existência dessas pessoas, que, em sua maioria, são mulheres.

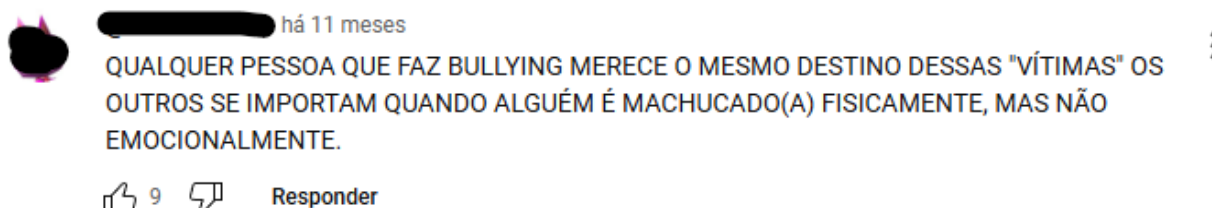
Apesar de distintas, as masculinidades dos subgrupos possuem alguns elementos de aglutinação, com destaque para a “extrema misoginia”, pois são “conectados pela mesma ideologia antifeminista subjacente” (Sugiura, 2021, p. 17, tradução nossa⁴). Suas estratégias de ação e argumentação incluem determinismo biológico, narrativas de perseguição, exclusão e vitimização, além da sustentação da perda de direitos.

Entre as formas de ataque estão publicações ofensivas, práticas de doxing e hacking, com especial “propensão para ataques pessoais”. Estes ataques podem se direcionar a quaisquer pessoas, mas são destinados especialmente para personalidades com proeminência no debate público, como políticas, ativistas e jornalistas, por exemplo.

Na intersecção de opressões, os subgrupos também convergem em outras formas de violência, especialmente o racismo e a xenofobia, já que “a manosphere tem se desenvolvido na medida em que os grupos de pressão fascistas e ultraconservadores têm conseguido influenciar o contexto político mundial; [...] expandindo o racismo, o nacionalismo, o capacitismo e o antifeminismo” (Bernárdez Rodal; Franco, 2023, p. 11-12, tradução nossa ⁵). (Silva, Nascimento e Bertasso, 2025, p. 05).

Há a participação de mulheres na premeditação de ataques violentos; entretanto, observa-se a predominância do gênero masculino, o que evidencia tratar-se também de um problema de gênero. Segundo pesquisa realizada pelo *Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais*, identificou-se a existência de, ao menos, 137 canais que, somados, possuem 3,9 bilhões de visualizações, com conteúdos voltados ao ódio contra mulheres. Esses mesmos canais têm como objetivo promover o estímulo às masculinidades e à predominância masculina. Há uma sistematização desses conteúdos, influenciando os homens que os consomem a reproduzirem tais discursos em seu meio social. É por meio dessa promoção do ódio que ocorre o endossamento de possíveis ataques violentos, pois essa prática surge como a única alternativa apresentada para lidar com o *bullying* ou para demonstrar superioridade nesses espaços.

Figura 17 - Relato obtido através da plataforma de vídeos ‘Youtube’

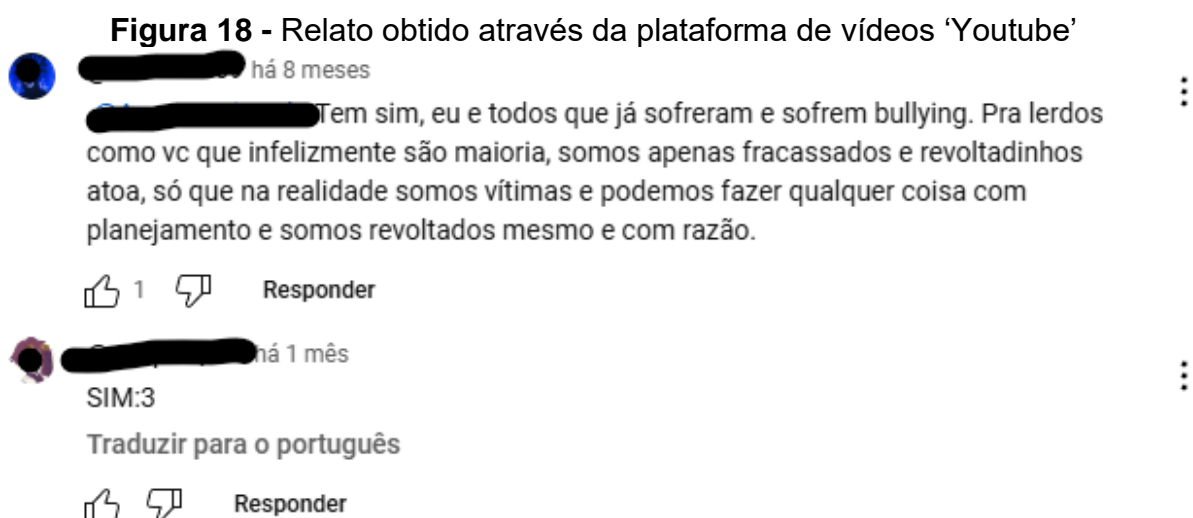


Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Ao pesquisar vídeos relacionados a casos de massacres ocorridos no Brasil, foi selecionado um vídeo que alertava sobre o massacre de Suzano, ocorrido em 2019, quando um ex-aluno da Escola Estadual Raul Brasil, acompanhado de dois cúmplices, adentrou a instituição e efetuou disparos contra alunos, professores e funcionários, resultando em mortos e feridos. Em um comentário publicado em 2024, sob esse vídeo originalmente postado em 2020, um usuário alegou que a sociedade não se importa

verdadeiramente com o bem-estar dos jovens e afirmou que as vítimas do massacre “mereceram o que ocorreu”.

A publicação sugere que todas os sujeitos que foram omissos diante de possíveis situações de *bullying* seriam, de certa forma, merecedoras da morte como uma forma de reação à convivência com as agressões sofridas. Tal argumento evidencia a distorção moral e o extremismo presentes em determinados discursos virtuais, os quais encontram nas redes sociais um ambiente propício à sua disseminação. Esses discursos de extremismo se apresentam nessas plataformas, através do consumo de conteúdos que reforçam os ataques violentos.



Fonte: 'X', Próprio Autor, 2025.

Ao responder a um comentário sobre uma possível vítima, mesmo por meio de palavras, é possível perceber o ódio que emana da mensagem publicada. Com um tom evidentemente ameaçador, o autor menciona ações violentas que poderiam ser executadas, revelando uma perspectiva de justiça pautada em ainda mais violência. A seguir, apresenta-se um comentário deixado há cerca de um mês, o qual reforça que esse pensamento não é isolado, mas compartilhado por outros sujeitos, sustentando a ideia de que, para eles, a única forma de justiça seria através da violência extrema.

Há alguns aspectos importantes a considerar na análise desses comentários. O primeiro refere-se ao uso de fotos de personagens fictícios, bem como de nomes que ocultam a verdadeira identidade dos usuários. Outro ponto é que, para esses sujeitos, a

Internet transforma-se em um espaço seguro para manifestar o ódio que alimenta pensamentos violentos. É justamente por meio do anonimato que esses sujeitos garantem sua segurança, sobretudo quando fazem parte de uma comunidade.

É dentro dessas subcomunidades do ódio que tais sujeitos se articulam para planejar e executar ataques em escolas, sentindo-se compelidos à organização como uma espécie de missão. Ainda que atuem de forma isolada, o conteúdo e as pesquisas que acessam frequentemente provêm dessas comunidades. Trata-se de uma característica inerente à violência: a necessidade de reafirmação e imposição de pensamentos que se estruturam no ódio e na radicalização, fenômeno que tem crescido no ambiente escolar, nos perfis dos alunos ou até mesmo na manifestação de comentários como o citado anteriormente. Isso demonstra não apenas a propagação desse discurso, mas também a ausência de receio quanto a punições que poderiam ser impostas pelas plataformas virtuais.

Mas o *cyberbullying* aparece nesses momentos, enquanto uma possibilidade real de violência. O comportamento antissocial conforme descrito por Wang et al. (2019) demonstra que o *cyberbullying* possui múltiplas características que perpassam pela adolescência e a fase jovem-adulta, geralmente esses sujeitos encontram-se na idade escolar. Não é apenas o *bullying* na escola que pode contribuir para a incidência de massacres escolares, o próprio *cyberbullying* é um fator condicionante para que essa situação se agrave. Por diversas vezes, há um alimento de seus padrões morais, quando os mesmos não ocorrem, há uma diferença exposta de forma imoral através de seu caráter, que irá atingir o código de moralidade dessa pessoa, conforme Wang et al (2016) aborda. Essa dissociação com a moralidade desse sujeito irá causar uma reação nos próprios atos violentos dos mesmos, onde possa ser que a prática de agressão, por diversas vezes seja passiva-agressiva, denotando micro agressões, como por exemplo um aluno ser excluído de um contexto de socialização virtual, como um grupo de sala.

Essas agressões virtuais fazem com que uma relação em cadeia ocorra, onde o seu resultado final pode ser o próprio massacre. Analisando profundamente essa questão, esse espaço de opressão através das redes sociais virtuais, vira um espaço de inclusão, onde esse sujeito transforma o seu sentimento de rejeição em impulso para a realização de um massacre. Simmel (1986, p.17) demonstra que a convivência, assim

como as ações conjuntas podem exercer uma forte influência sobre as comunidades. Essa influência pode se estender para as próprias comunidades virtuais.

O lugar das grandes desigualdades não está expresso somente no espaço físico da escola, mas igualmente nas redes sociais virtuais a partir dos próprios atos de opressão e violência escolar. O próprio espaço escolar pode ser composto dessa forma, uma vez em que ele se apresenta de diferentes formas aos sujeitos que o representam.

Na contemporaneidade, o desenvolvimento social dessa criança ou jovem em idade escolar não é influenciado somente pelos espaços de sociabilidades offline, mas igualmente perpassa pelas vivências que ocorrem através das virtualidades. Bozza e Vinha (2023) abarcam que a convivência *online* impacta na convivência desses jovens, podendo agravar situações que já se encontram em um cunho de exclusão no ambiente escolar. As autoras ainda citam que com a pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo da convivência através de ambientes *online*:

Considerando essa intensificação da participação de crianças e adolescentes nos ambientes on-line, sobretudo nas redes sociais, enfatizamos alguns pontos que merecem atenção dos educadores. Inúmeros são os problemas e desafios advindos das relações virtuais e das possibilidades que esse meio oferece, tais como: cyberbullying e outras formas de violência on-line, acesso a conteúdos impróprios para a idade, o contato com comportamentos nocivos, os riscos e a vulnerabilidade que este espaço proporciona; bem como a influência dos meios digitais na constituição da identidade das crianças e jovens. Ainda que qualquer pessoa esteja exposta a esses problemas, este artigo visa focar os impactos do uso da Internet e redes sociais na vida das crianças e adolescentes e o papel da escola diante desse cenário, uma vez que essa população está em desenvolvimento tanto cognitivo quanto afetivo e moral e que, portanto, necessita de limites, acompanhamento e formação para compreender e enfrentar os diversos problemas e desafios on-line, bem como pautar suas ações na internet em valores éticos (Bozza e Vinha, 2023, p. 03).

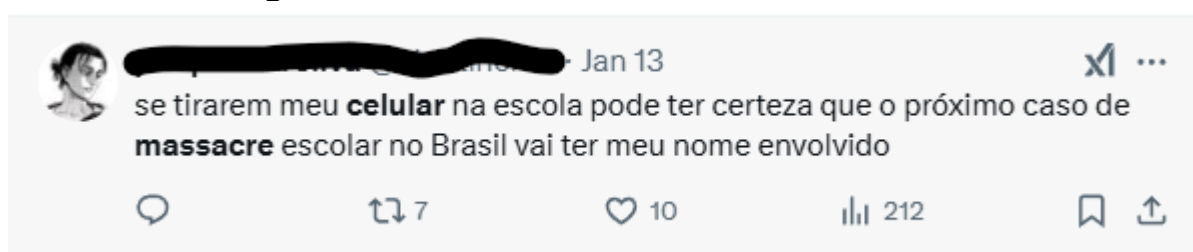
Elencando o trecho publicado acima, é notório que as redes sociais virtuais possuem uma grande influência no cotidiano desses sujeitos jovens em idade escolar. É perceptível que hoje, há uma necessidade de urgência em utilizar o celular em todos os ambientes, como na própria sala de aula, causando um efeito de dependência nos espaços, entretanto essa necessidade não é mais atendida, fazendo com que esses alunos procurem outros espaços para a utilização do celular. A exposição a conteúdos extremistas, por exemplo, pode despertar neste aluno diversos sentimentos, que atrelados com um senso deturpado de justiça, pode desencadear um ataque escolar. Os

comportamentos nocivos, por diversas vezes podem estar atrelados com a influência que essas comunidades virtuais exercem nesse jovem, uma vez que a aceitação vem desse lugar, que torna-se um lugar seguro para ele. Esse *safe place*⁶, é mais do que apenas um grupo, torna-se parte da própria essência desse sujeito, onde ele se adequa às normas desse grupo, se sente próximo e principalmente, adquire os hábitos dos demais.

No ano de 2025, uma Lei Federal foi implementada no Brasil, onde ficaria proibida a utilização de celulares em sala de aula, exceto em ocasiões especiais previamente determinadas. A lei 15.100/2025 restringe a utilização irrestrita do celular em sala de aula. No site do MEC (Ministério da Educação do Brasil), a secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt (2025) reconhece como os celulares e as virtualidades hoje são encaradas enquanto necessidades, em entrevista, a mesma cita que “Nós sabemos que o mundo digital é importante e o quanto a educação digital é também uma dimensão fundamental, que, inclusive, tem sido trabalhada nos últimos anos”.

Assim que a lei foi anunciada, houve uma revolta nas Redes Sociais por parte dos alunos que sentiram lesados pela Lei, causando uma grande discussão acerca da necessidade da proibição do uso do celular em sala de aula. Mesmo o aluno não podendo utilizar o celular na escola, ainda permanece o contato do mesmo através das redes sociais, ainda permanece a necessidade de contato com as virtualidades. Essa interação irá ocorrer em outros ambientes. As sociabilidades virtuais ainda se fazem presentes, pois são parte das vivências e da construção das personalidades desses sujeitos.

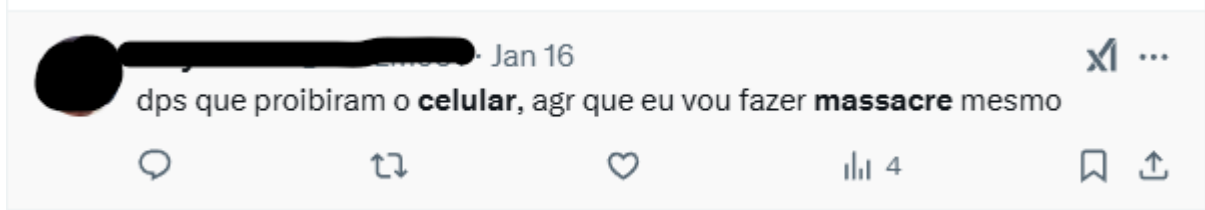
Figura 19 - Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

⁶ Refere-se a um espaço de conforto, em sua tradução literal do inglês para o português, significa porto-seguro/espaco-seguro. O termo é comumente utilizado na Internet para se referir a um espaço onde o usuário sintase seguro com sua personalidade e que faça o que gosta.

Figura 20 - Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: 'X', Própria Autora, 2025.

Os comentários acima refletem uma outra realidade de quando tratamos acerca das inúmeras ameaças ou relatos que são coletados através das Redes Sociais e retratam uma outra questão que advém do próprio ciberespaço. A Rede Social torna-se tão confortável, a ponto de obter uma normalização acerca de alguns assuntos que são tratados. É notório que nem todas as ameaças que são realizadas através das Redes Sociais Virtuais são realizadas de maneira séria, entretanto, há uma questão que merece destaque, que se refere à normalização dos dizeres. O lugar seguro desse jovem em idade escolar é o que transmite uma sensação de segurança que por diversas vezes permite que nos manifestamos das mais variadas formas, como por exemplo, exprimir acerca de assuntos que são delicados com normalidade, como os dois casos apresentados acima.

Esse ambiente possibilita que esses alunos expressem espontaneamente todos os seus pensamentos. Uma questão interessante a ser considerada, é acerca da popularização da utilização dos massacres escolares como solução para inúmeros problemas que envolvem o espaço escolar. É pela possibilidade de não revelar sua identidade, de muitas vezes não possuir uma rede de contato de colegas e professores nesses perfis, que vem a segurança de publicar pensamentos como os demonstrados nas figuras acima.

Nesse cenário, o anonimato digital aparece como obstáculo central à responsabilização de autores de publicações potencialmente lesivas, frustrando o equilíbrio entre liberdade de expressão e integridade informacional (Roverso Musso, 2025, p. 03).

Desta forma, ele vai se esconder em fotos de personagens, por emojis ou pseudônimos de forma que garantam que todas as suas falas proferidas não sejam vinculadas com sua identidade. Essa busca por segurança faz com que a utilização das

publicações tenham cada vez mais um outro tom, que pode ser confundido enquanto brincadeira ou assunto sério. Como identificar quando um massacre pode ocorrer ou não? Como identificar os autores dessas ameaças constantes? Para a escola não é fácil, e torna-se ainda mais impossível identificar o autor das mensagens com um simples aviso, o que torna as coisas ainda mais difíceis para que esse tipo de publicação não seja mais realizada.

Uma questão acerca da busca por segurança através do anonimato, é que essa segurança não se refere a somente um ambiente seguro e livre de perigos. A busca por segurança é sobre a certeza de se sentir livre para comentar sobre qualquer coisa a partir de uma comodidade gerada. É sobre compreender que existem sujeitos que compartilham das mesmas ideias que você, por mais que elas sejam extremamente deturpadas ou potencialmente perigosas à segurança física de várias pessoas. Através de algumas imagens que foram elencadas neste trabalho, visualizamos que essa segurança pode ser apresentada através de curtidas, compartilhamentos ou comentários que o incentivem ou auxiliem com suas ideias, opiniões, fomentando um culto ao ódio que irá se apresentar perversamente de várias maneiras no ciberespaço e no espaço físico dos lugares, como a própria escola.

A modernidade moldou o sujeito de diferentes formas, ressignificando o nosso próprio conceito de sociabilidade e interação. Essa nova relação digitalizada faz com que todos esses processos não se limitem ao perímetro da escola e se estenda para todos os espaços que esse jovem em idade escolar ocupa. O espaço geográfico nesse contexto trata-se de uma apropriação que irá influenciar nessa dinâmica de sociabilidades. Urge a necessidade de compreensão de que ambos não se desassociam, eles tecem experiências e vivências subjetivas a cada sujeito que os ocupam.

Com o crescente aumento dos crimes de ódio nas redes sociais virtuais, intensifica-se o debate acerca da regulamentação dessas plataformas no Brasil. Para além da discussão sobre a proibição do uso de aparelhos celulares nas escolas brasileiras, evidencia-se uma preocupação latente com os conteúdos de ódio disseminados por meio das redes sociais. Nesse contexto, observa-se uma movimentação do Governo Federal em direção à regulamentação das chamadas *Big*

*Techs*⁷ no país. Atualmente, a atuação das redes sociais no Brasil é regida pelo Marco Civil da Internet. No que se refere à responsabilização por crimes de ódio, a legislação prevê sanções apenas em casos de descumprimento de ordem judicial que determine a remoção de conteúdo (Brasil, 2014). Contudo, persiste um problema prático: as próprias plataformas decidem, em grande medida, se irão ou não remover os conteúdos de suas redes.

A ideia de uma nova lei de regulamentação das redes sociais, segundo o STF (Supremo Tribunal Federal) é criar procedimentos em que essas empresas sejam responsabilizadas de forma direta pelos conteúdos que são divulgados através de suas plataformas. Tal tema tem sido discutido pelos Ministros do STF de forma recorrente e sobre como torna-se necessário haver uma regulamentação para a responsabilização das redes sociais por crimes. Segundo o site do Senado Federal

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 3, que o artigo do Marco Civil da Internet que trata de responsabilidade das redes sociais é parcialmente inconstitucional. Isso significa que as redes sociais deverão ser responsabilizadas por postagens criminosas ou ofensivas de seus usuários. O tribunal entendeu que as regras vigentes hoje — remoção só com decisão judicial — não são suficientes para preservar a dignidade das pessoas. O STF também definiu a tese para a aplicação desse entendimento. Ou seja, o tribunal estabeleceu como se dará essa responsabilização das redes. Uma das principais mudanças daqui para frente é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular. Se, após essa notificação, a rede não retirar a postagem e a Justiça considerar, mais adiante, que a postagem era irregular, a rede será punida. [...]

É por isso que o governo brasileiro acionou o Supremo buscando medidas urgentes para responsabilizar quem deve ser responsabilizado, que são as plataformas que impulsionam, que moderam, que recomendam conteúdos ilícitos dentro do território nacional. Não se trata de censura, trata-se de proteger a vida, a segurança e a própria democracia brasileira (Pincer, 2025, s/p).

Com o tema sobre a importância das plataformas digitais em cada vez mais evidência no Brasil, o Governo Federal, através do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) divulgou no ano de 2025 um documento com dez princípios para a regulação das plataformas de redes sociais. O CGI.br é uma estrutura caracterizada como multisetorial que envolve representantes do Governo Federal, empresas do terceiro setor e o setor

⁷ "Big Techs" podem ser caracterizadas como grandes empresas de tecnologia com dominância global, poder econômico extraordinário e influência societal, como Google, Amazon, Apple, X, Meta e Microsoft.

empresarial. Tendo como responsabilidade a coordenação de iniciativas voltadas para a integração da atividade do uso da Internet no Brasil de forma democrática. Através da realização de uma consulta aberta, houve a divulgação dos princípios para a regulação das redes sociais no Brasil, sendo eles:

Quadro 8 - 10 princípios que pautam a regulação das Redes Sociais

1. Estado Democrático de Direito, soberania e jurisdição nacional
2. Direitos humanos, liberdade de expressão e privacidade
3. Autodeterminação informacional
4. Integridade da informação
5. Inovação e desenvolvimento socioeconômico
6. Transparência e prestação de contas
7. Interoperabilidade e portabilidade
8. Prevenção e responsabilidade
9. Proporcionalidade regulatória
10. Ambiente regulatório e governança multissetorial

Fonte: CGI.br (2025), elaboração por Naomi Barbosa (2025)

Diante dessa necessidade latente, a presente discussão se faz necessária, uma vez que a legislação vigente não contempla uma responsabilização efetiva dos autores de ataques violentos e crimes de ódio. Esses sujeitos organizam-se de forma estratégica, driblando a responsabilização por meio do anonimato e da invocação do direito à liberdade de expressão, frequentemente endossada pelas próprias plataformas digitais, que acabam sendo utilizadas como instrumentos para a prática de ataques.

No dia 17 de setembro de 2025, o Presidente da República sancionou o Projeto de Lei nº 2628/2022, denominado “ECA Digital” (Estatuto da Criança e do Adolescente Digital). A nova legislação estabelece obrigações para aplicativos, jogos, redes sociais e serviços digitais, incluindo medidas preventivas desde a fase de concepção (“prevenção por desenho”), verificação de idade confiável (como o uso de documentos de identificação), ferramentas de supervisão familiar, resposta ágil a conteúdos ilícitos, além

de regras para o tratamento de dados e para a publicidade direcionada a menores de idade (Brasil, 2025). Ressalta-se que tais discussões ganharam maior visibilidade em decorrência de uma ampla comoção pública, após um influenciador digital publicar um vídeo denunciando a exploração de crianças e adolescentes nas redes sociais.

É nas redes sociais que essas dinâmicas se materializam. É por meio das múltiplas possibilidades oferecidas que o mundo adquire significado aos olhos de cada sujeito. É também nesse ambiente que as articulações se desenvolvem, que a organização ganha forma, que esses sujeitos se encontram e que a cultura do ódio é continuamente fomentada. O espaço é a materialização dessas relações sociais ocorrem, são as reproduções das relações sociais.

Não se pode ignorar que as vivências escolares não se limitam ao espaço físico da instituição, tampouco configuram um problema restrito ao ambiente escolar. O universo digital constitui um espaço de encontros e experiências que, em sua forma digitalizada, proporcionam sensações e sentimentos legítimos, ampliando as relações sociais e influenciando diretamente a formação integral dos sujeitos.

7. UMA CONCLUSÃO INCONCLUSIVA

Esta pesquisa buscou compreender a relação entre as sociabilidades no ciberespaço, o *bullying* e o *cyberbullying* e se eles influenciam de forma direta os ataques escolares, investigando se há uma conexão direta entre esses fenômenos. O objetivo foi analisar como as interações nas redes sociais virtuais podem estar associadas a casos de violência escolar, além de explorar o papel dessas plataformas como mecanismos de comunicação e organização entre jovens em idade escolar.

A investigação partiu da hipótese de que as redes sociais virtuais, embora sejam espaços de diálogo e pertencimento para muitos jovens, também podem ser utilizadas como ferramentas para a disseminação do ódio, ameaças e até mesmo para a organização de ataques violentos. Nesse sentido, buscou-se entender como as expressões e interações no ciberespaço refletem e influenciam comportamentos no espaço físico, especialmente no ambiente escolar.

Ao refletir sobre a pesquisa em escolas que passaram por ataques violentos, o objetivo foi compreender como essa relação poderia ser observada na prática, considerando a escola e o ciberespaço como espaços de sociabilidade. Partimos do princípio de que o foco desta pesquisa é o ciberespaço, entendido a partir dos sentimentos, sensações e significados que ele proporciona por meio de nossas espacialidades.

A experiência juvenil e escolar é repleta de nuances que compõem as subjetividades dos sujeitos que nela se inserem, trazendo opiniões e percepções espaciais únicas àquela realidade. A escola atual não é a mesma de outrora; carrega outras percepções, novos significados e cumpre papéis distintos em uma realidade que, por inúmeras vezes, é permeada pela hostilidade, seja por currículos que não valorizam as subjetividades e as experiências, seja pelo esvaziamento dos sentimentos ou pela manutenção de um espaço violento. Ao longo das pesquisas de campo realizadas, tornou-se evidente como essas relações se manifestavam, marcadas pelo medo e pela recusa em abordar um tema que fazia parte do cotidiano daquele ambiente. Revisitar memórias mostrou-se semelhante a abrir uma ferida em processo de cicatrização: falar sobre essas experiências, assim como sobre seus fatores motivadores, significa retomar

a sensação de perigo. A recusa das escolas em abordar o tema chamou nossa atenção, revelando a dificuldade em tratar desses assuntos, o que talvez se manifeste de forma ainda mais acentuada em instituições públicas, como as três escolas investigadas.

A hostilidade social, na contemporaneidade, manifesta-se nas redes sociais, mas também na escola, integrando o cotidiano escolar. A organização desses ataques, muitas vezes, decorre da insatisfação com o ambiente escolar, do *bullying*, do *cyberbullying* e de outras formas de violência nesse espaço; contudo, tais fatores não constituem, isoladamente, determinantes para sua ocorrência. Ao analisar reportagens sobre os massacres, observa-se que as redes sociais também desempenham o papel de instrução, orientando sobre como estruturar e efetivar esses ataques.

Ao aprofundar a análise do caso da Escola Estadual Antonio Sproesser, observou-se, a partir de depoimento prestado à Polícia Civil, que o autor buscou informações sobre a confecção dos materiais e sobre como realizar o ataque em fóruns e comunidades *online*. Portanto, é possível afirmar que há uma potencialidade das redes sociais no auxílio à efetivação de ataques escolares. Durante a escrita dos capítulos e a reflexão acerca da relação entre espaço, juventude e violência, percebeu-se que tal articulação integra diversas experiências que atravessam as subjetividades desses sujeitos. O autor do ataque não apresentou apenas um motivo isolado, mas sim uma série de fatores que contribuíram para o desencadeamento do ocorrido. Por se tratar de um menor de idade, e considerando que as vítimas também eram menores, não houve acesso ao processo, tampouco a possibilidade de contato direto com o mesmo.

As redes sociais virtuais surgem como ambientes de múltiplas possibilidades, onde os jovens encontram espaços de convívio, segurança e conforto, muitas vezes inexistentes no contexto escolar tradicional. Essas plataformas permitem a construção de identidades coletivas e o fortalecimento de laços sociais, criando uma sensação de pertencimento. No entanto, esse mesmo sentimento pode ser canalizado para ações negativas, como a propagação de discursos de ódio e a organização de atos violentos.

Durante a pesquisa, observou-se que as comunidades virtuais não se limitam ao ambiente digital, mas influenciam diretamente as relações e comportamentos no espaço físico. Os simbolismos e subjetividades construídos no ciberespaço são transportados para o mundo real, moldando as interações sociais e as dinâmicas escolares. Em alguns

casos, essas comunidades permanecem ativas mesmo após eventos traumáticos, perpetuando narrativas e comportamentos que podem levar a novos episódios de violência.

A análise dos dados coletados evidenciou que os jovens em idade escolar, em fase de construção social e identitária, são particularmente vulneráveis à influência das redes sociais virtuais. Essas plataformas, ao facilitarem o acesso a conteúdos extremistas e a informações sobre massacres escolares, podem contribuir para a normalização da violência e do discurso de ódio. Apesar de nem todos os relatos nas redes sociais representarem ameaças reais, a banalização desses temas e a falta de regulação nas plataformas são preocupantes.

Os relatos contidos nessas redes sociais demonstram que esses meios de comunicação, utilizados por esses sujeitos, são eficazes na construção de espaços de diálogo que não são possíveis no contexto do espaço escolar, criando uma rede de comunicação que se expande e traz novas possibilidades de contato. A questão elencada é que, por meio das múltiplas possibilidades proporcionadas pelas redes sociais virtuais, esses sujeitos podem utilizá-las como ferramenta de organização de ataques, bem como para a disseminação de ódio ou ameaças. Neste caso, comprova-se que as redes sociais virtuais possuem uma relação direta com os casos de ataques violentos em escolas.

Na análise do questionário aplicado aos alunos da escola, é importante destacar que muitos deles estavam presentes no dia do ataque e conheciam o autor, ex-aluno da instituição. Ao examinar as dez perguntas realizadas, verificou-se que a maioria das respostas estava limitada a “sim” ou “não”, o que introduziu um caráter de binariedade à pesquisa e levou à utilização do método quantitativo, ainda que esse não fosse o propósito inicial do estudo. Entretanto, é relevante ressaltar que, a partir dos dados coletados, algumas hipóteses foram confirmadas, como a utilização das redes sociais por todos os alunos e os significados atribuídos a elas. Durante a aplicação do questionário, surgiram comentários que auxiliaram na interpretação dos dados, especialmente em relação às experiências vinculadas ao ataque ocorrido no ano anterior (2023). Observe-se, assim, a construção de espacialidades juvenis e escolares que revelam uma realidade instigadora, a qual convida à reflexão sobre como as redes sociais afetam os cotidianos juvenis.

Na aplicação do questionário com o corpo docente, evidenciou-se uma realidade mais profunda: o medo, a falta de assistência e o receio de que novos ataques possam ocorrer. Nas perguntas e nos diálogos realizados durante o trabalho de campo, observou-se que as redes sociais constituem um tema que exige extremo cuidado por parte dos professores, uma vez que fazem parte da realidade escolar contemporânea. As reclamações apontam para a plataformização da educação e para a forma como o ambiente online hoje integra o currículo escolar, sobretudo por meio de propostas governamentais. Ao expressarem suas opiniões, os docentes relataram que os ambientes virtuais são propícios à cooptação dos alunos e influenciam diretamente no planejamento e na efetivação de ataques escolares. A gestão escolar, por sua vez, reconhece que a hostilidade presente nas redes sociais atravessa as vivências dos estudantes, manifestando uma cultura de ódio em diferentes espaços. Além disso, foram relatados ataques violentos nas redes sociais direcionados aos professores, o que reforça a percepção de que tais plataformas funcionam como meios de difusão da violência.

A violência e a busca por poder, presentes tanto no ciberespaço quanto no ambiente escolar, refletem a fragilidade dos jovens e a complexidade dos desafios enfrentados pelas instituições de ensino. Relatos de alunos e professores de escolas onde ocorreram massacres revelam um cenário de insegurança e abandono, no qual a escola deixa de ser um espaço de diversidade e proteção para se tornar um local associado à violência e ao medo.

É importante destacar que a escola, sozinha, não consegue lidar com essas demandas. A falta de apoio do poder público e a ausência de políticas eficazes para tratar dessas questões deixam professores e equipes pedagógicas sobrecarregados e despreparados para enfrentar situações tão complexas. Medidas paliativas não são suficientes; é necessária uma abordagem multidisciplinar e integrada, envolvendo a comunidade escolar, as famílias e o Estado.

Aqui falamos que essa violência igualmente possui um recorte social e um recorte de gênero. Das três escolas que nos propusemos a pesquisar, todas eram da Rede Pública de Ensino e os três autores eram homens, o que nos abre possibilidades para pensar que essa violência possui características que são recorrentes em múltiplos casos.

A falta de amparo do poder público foi um discurso habitual dos professores, demonstrando que essa questão igualmente possui uma relevância central para se pensar nesses ataques, nessa violência e principalmente em como isso se reflete nesses atos.

Se um paralelo com uma escola pública brasileira nos for possível aqui, parece-nos que o administrador escolar, sufocado que está pela real burocracia 38 imensa do Estado, cuida mais destas burocracias e pouco consegue se dedicar a um problema tão urgente (Maia, 2025, p. 37 e 38).

O *bullying* configura-se hoje como um problema latente no espaço escolar, pois atravessa as vivências dos sujeitos de forma intensa, influenciando sua percepção acerca do ambiente. Diversas vezes, é apontado como questão central como uma das motivações para ataques, representando a exposição de “feridas” e de uma realidade que não está distante. Estudar e compreender essas sociabilidades no espaço implica deparar-se com questões que, quando verbalizadas e materializadas também por meio das redes sociais, revelam a produção desse espaço como lugar de violência e hostilidade.

Este estudo buscou compreender como as redes sociais virtuais e o *bullying* podem atuar como elementos motivadores dos ataques escolares. Observou-se que a cultura do ódio e sua disseminação por meio das redes sociais alcançam o ambiente escolar, transformando-o, assim como suas relações. A premissa de que a escola é um ambiente “acolhedor” não se sustenta, uma vez que ela não está imune à violência nem aos mecanismos utilizados para a manutenção da barbárie. Essas experiências escolares também se manifestam nas redes sociais, evidenciando que, embora o *bullying* não seja um fator determinante, ele se faz presente.

A violência não se limita ao espaço físico: ela assume diferentes formatos, adequa-se, moderniza-se e reinventa-se. Essa marca violenta incide sobre o sujeito, transformando-o e conduzindo-o a espaços ainda mais brutais, em que a ideia se converte em efetividade. Mas há um outro lado, um lado onde as redes sociais são um ambiente de acolhimento, um ambiente de segurança, assim como Bauman (2001) cita, pois somos seres sociais e por demasiadas vezes, essa segurança pode ser adquirida através das virtualidades. São dois lados de uma mesma moeda, são duas formas de

enxergar o mesmo lugar e cada experiência é que molda nossa percepção, nossas sensações.

O espaço é um produto das nossas inter-relações, é uma esfera das inúmeras possibilidades das nossas existências através das nossas multiplicidades (MASSEY, 2008). Essas multiplicidades estão na escola, estão nas redes sociais, pois o ciberespaço é o que é, não é uma extensão do espaço geográfico, não é algo além, ele é o espaço.

O mexer das mãos, das pernas e dos olhos para interagir por meios eletrônicos não é só um revelar do corpo e da corporeidade que somos, mas também é o revelar do mundo por meio de uma das suas possibilidades de desvelar-se pelas relações sociais virtuais (Aguiar, Bernardes e Pacheco Junior, 2023, p. 507).

Tais relações sociais fomentam o anseio por um aprofundamento contínuo dos laços comunitários, demonstrando o seu papel fundamental na tessitura das realidades cotidianas. Na condição de educadores, sujeitos que ocupam e transformam os espaços sociais, impõe-se a reflexão sobre o vínculo intrínseco entre a escola e esse fenômeno, bem como a constatação de que essa é uma realidade incontornável do tempo presente.

Vivencia-se, atualmente, uma profusão de projetos de lei e debates concerning a utilização de redes sociais por crianças e adolescentes, frequentemente compreendidos como jovens em idade escolar. É precisamente essa realidade que nos interpela, na medida em que o acesso irrestrito a tais plataformas tem sido associado à motivação de ataques violentos e a outras mazelas contemporâneas.

Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de compreender o impacto dos discursos de cunho preconceituoso e da cultura digital contemporânea na normalização da violência e no culto ao ódio. As redes sociais virtuais, embora ofereçam oportunidades de conexão e expressão, também representam um terreno fértil para a radicalização de ideias e a organização de ações violentas. Portanto, é urgente repensar o papel dessas plataformas e implementar estratégias efetivas para prevenir a violência escolar, garantindo um ambiente em que a segurança seja a principal condição para o convívio.

As expressões por meio das redes sociais virtuais podem ser um mecanismo de comunicação altamente viável para que a cultura juvenil em determinados contextos, se organize. Essa organização chega ao espaço escolar por diversas perspectivas e formas, nem sempre por meio de ataques diretos, mas por outras manifestações de violência que

se fazem presentes. Não há uma fórmula mágica para lidar com a violência e os massacres escolares; torna-se necessário compreender as subjetividades envolvidas ao tratarmos desses eventos, abrangendo todas as questões e anseios dos sujeitos que vivenciam diariamente a realidade escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Debate: violência, mediação e convivência na escola. **Debate: violência, mediação e convivência na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação/TV Escola, p. 3-10, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 25-36, dez. 1997. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2025.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARENDDT, Hannah et al. A crise na educação. **Entre o passado e o futuro**, v. 5, p. 221-247, 2000.

ARENDDT, Hannah. **On Violence**. New York: Harcourt, Brace & World, 1970. 106 p.

ARENDDT, Hannah. Reflections on violence. **Journal of International Affairs**, 1969.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3ª ed. Tradução de André de Macedo Duarte. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Ataques em série reforçam importância da conscientização sobre bullying e violência nas escolas. Curitiba, 05 abr. 2023. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/ataques-em-serie-reforcam-importancia-da-conscientizacao-sobre-bullying-e-violencia-nas>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Docência e geografia escolar: espaço, tempo e possibilidades**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A geografia na escola: espaço, tempo e possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia**, v. 7, n. 12, p. 82-113, 2016

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar, 2003.

BERGMANN, Helenice. Ciberespaço e cibercultura: novos cenários para a sociedade, a escola e o ensino de geografia. **Revista Iberoamericana de Educación**. Nº 43/7, 10 de setembro de 2007.

BERNARDES, Antonio Henrique. Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em Geografia. 2012. 264 f. Tese (doutorado) - Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101438>

BERNARDES, Antonio. COMO PESQUISAR AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM GEOGRAFIA?. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 18, n. 2, p. 22-34, 2020.

BERNARDES, Antonio; Aguiar Felipe; Junior, Nelson Cortes Pacheco. A morte do Ciberespaço. **Portais da Terra : contribuições dos estudos humanistas para a Geografia Contemporânea** / organizadores, Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Gustavo Silvano Batista. – Teresina : EDUFPI, 2023. 550 p

BISPO, Fábio Santos; LIMA, Nádia Laguárdia de. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p.161-180, abr./jun. 2014

BOCK, Gregory R.; GOODE, Jamie A. (Ed.). **Genetics of criminal and antisocial behaviour**. John Wiley & Sons, 2008.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOZZA, Thais Cristina Leite; VINHA, Telma Pileggi. Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber) convivência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023059-e023059, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

BOURDIEU, Pierre. Distinction. In: **Social theory Re-wired**. Routledge, 2016. p. 198-215.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BRASIL. **Lei nº 15.211**, de 17 de setembro de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 17 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3. ed. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas. **Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno para a ação governamental**. Relatório do Grupo Temático de Educação: no âmbito do processo de transição governamental de 2022-2023. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Restrição ao uso do celular nas escolas já está valendo**. *Educação Digital*, Brasília, DF, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/restricao-ao-uso-do-celular-nas-escolas-ja-esta-valendo>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, cidade e território: esboços de uma geografia das juventudes. In: **I SEMINÁRIO DE PESQUISA JUVENTUDES E CIDADE**, 1., 2011, Juiz de Fora. Anais eletrônicos [...]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: [<https://bit.ly/3Kp3VZt>]. Acesso em: 1 jul. 2025.

CARVALHO, João Eloir. **Os benefícios das atividades lúdicas para a prevenção do bullying no contexto escolar**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

CAVALCANTE, Isabella. **Ataques a escolas: Telegram contraria Dino e diz ter respondido a tempo**. UOL, São Paulo, 4 maio 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/05/04/telegram-contraria-dino-resposta-a-tempo.htm>. Acesso em: 10 maio 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

CÉZAR, Neura; BARROS NETO, Maria da Anunciação Pinheiro (2008). O Impacto do fenômeno bullying na vida e na aprendizagem de crianças e Adolescentes. Cuiabá: Fapemat.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Kids Online Brasil 2024: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Cetic.br, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/>. Acesso em: 18 out. 2024.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Princípios para a regulação de redes sociais no Brasil**. São Paulo: CGI.br, 2025. Disponível em: <https://cgi.br/pagina/principios-cgibr-regulacao-redes-sociais/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; BORGES, Ronan Eustáquio. Geografia e literatura, migração e existência: o transmundo de Monsalim. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 287-302, jul./dez. 2019. ISSN 1981-089X. Disponível em: <http://www.ser.ufpr.br/geografar>.

CNN BRASIL. **Jovem é apreendido com símbolos nazistas após arremessar bomba caseira em escola em Monte Mor (SP)**. São Paulo, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovem-e-apreendido-com-simbolos-nazistas-apos-arremessar-bomba-caseira-em-escola-em-monte-mor-sp/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

COUTO, Edvaldo de Souza. A cultura do corpo mutante. I ENECULT, 2005. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/biblioteca_enecult_2005.html Acesso em: 11 de jul. de 2025.

DA SILVA CARDOSO, Diogo; NETO, Nécio Turra. JUVENTUDE, CIDADE E TERRITÓRIO: ESBOÇOS DE UMA GEOGRAFIA DAS JUVENTUDES. I Seminário de Pesquisa em Juventudes e Cidade, p.1-19, 2011.

DA SILVA, Ana Teresa Gonçalves. **O Anonimato nas Redes Sociais e a Propagação do Discurso de Ódio: Em Especial, as Ofensas à Honra e ao bom Nome**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal).

DANTAS, Régis Façanha. Espacialidade da violência no território urbano. **Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 51-81, 2022.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 136-162.

DE ALMEIDA, Claudia Lobato; FERREIRA, Karla Cristina Andrade. A violência doméstica e familiar contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP**, [S. l.], v.3, n.2, p.9-9, 2021. Disponível em: <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/92>. Acesso em: 22 out. 2025.

DE ANDRADE, Fernando César Bezerra; GONÇALVES, Catarina Carneiro. Escolas, palco e alvo de massacres:(trans)formações do código da violência. **Estilos da Clínica**, v. 29, n. 3, p. 328-342, 2024.

DE ANDRADE, Fernando César Bezerra; GONÇALVES, Catarina Carneiro. Escolas, palco e alvo de massacres:(trans) formações do código da violência. **Estilos da Clínica**, v. 29, n. 3, p. 328-342, 2024.

DE ASSIS, E. C. P. Ciberespaço e Pós-modernidade em Neuromancer de William Gibson. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 6., 2010, Salvador. *Anais eletrônicos* [...]. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24841.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DE FARIA CARDOZO, João Paulo et al. O discurso do ódio e suas influências nas comunidades escolares: "surpresa zero"? **Revista Científica Foz**, v. 7, n. 2, 2024.

DE SANTANA, Vagner Figuerêdo et al. Redes sociais online: desafios e possibilidades para o contexto brasileiro. In: **Seminário Integrado de Software e Hardware (SEMISH)**. SBC, 2009. p. 339-353.

DINIZ, Johnathan Pereira Alves. Ciberespaço, espacialidade e identidade na construção de sociabilidades da juventude M1L GR4U. **Geograficidade**, Niterói, v. 12, n. 1, p. 15-29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/49696>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 200p, 2005

FEIXA, Carles. **De culturas, subculturas y estilos**. In: De jóvenes, bandas y tribus. Barcelona: Ariel, 1999. p. 84 - 105.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (orgs). *Corpo, Gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 31-40.

FERREIRA, I. F. C. B.; PENNA, N. A. TERRITÓRIO DA VIOLÊNCIA: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 155-168, 2005.

G1 CAMPINAS E REGIÃO; EPTV. **O que se sabe sobre o atentado em escola de Monte Mor**. G1, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/02/13/o-que-se-sabe-sobre-o-atentado-em-escola-de-monte-mor.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2025.

G1 SÃO PAULO. **Ainda não somos capazes de combater o bullying e a homofobia, diz Tarcísio após ataque a escola em SP**. São Paulo, 23 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/23/ainda-nao-somos-capazes-de-combater-o-bullying-e-a-homofobia-diz-tarcisio-apos-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GOERGEN, Pedro. Educação & sociedade e as políticas públicas em educação. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

GOLDENBERG, M. (Org.). **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama, 2011.

GOMES, P. B. Bullying: um desafio para nossas escolas. Revista Querubim, São Paulo, n.14, p.1-11, 2011. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/1061/66e1c7d82f124be2cc630669f04d97da.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GONÇALVES, Vitor; VAZ, Cátia. (Ciber)Bullying: revisão sistemática da literatura. **Revista EducaOnline**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 192-214, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistaeducaonline.eba.ufrj.br/edi%C3%A7%C3%B5es-anteriores/2021-1/ciberbullying-revis%C3%A3o-sistem%C3%A1tica-da-literatura>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, p. 101-138, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: PeNSE. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/justica-e-seguranca/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.

IFSP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Campus Suzano. **Comunicado sobre atividades do dia 20 de abril**. Suzano, 19 abr. 2023. Disponível em: https://szn.ifsp.edu.br/portal2/index.php?option=com_content&view=article&id=2698&catid=75&Itemid=510. Acesso em: 1 jul. 2025.

JIMENEZ, Maria Luisa. Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 4, n. 1, p. 144-161, 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2643>. Acesso em: 25 de jun. de jun.

KOZINETS, Robert V. The field behind the screen: Using netnography for marketing research in online communities. **Journal of marketing research**, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002.

Lanzillotti, A. I.; Korman, G. P. (2018). Conocimiento e identificación del *cyberbullying* por parte de docentes de Buenos Aires. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, 23(78), 817-839. Recuperado de:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662018000300817&lng=es&tlng=es

LEMOS, André. .Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. In: LEMOS, André (org.). **Cibercidade II: Ciberurbe**. A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. p. 11-34. Disponível em: < <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cidadeciborgue.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2024

LÉVY, Pierre. **As estruturas antropológicas do ciberespaço**. Salvador: UFB, 1996.

LÉVY, Pierre (1996). **O Que é Virtual?**. Rio: Editora 34.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 2, p. 27-55, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Kp3VZt>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LOZANO-BLASCO, Raquel; MIRA-ALADRÉN, Marta; GIL-LAMATA, Mercedes. Social Media Influence on Young People and Children: Analysis on Instagram, Twitter and YouTube. **Comunicar: Media Education Research Journal**, v. 31, n. 74, p. 117-128, 2023.

MAIA, André Augusto. **Bullying como hostilidade social: olhares desde a experiência filosófica na escola**. 2025. 193 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2025. Disponível em: [file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/ARTIGOS%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/maia_aa_dr_arafcl%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/ARTIGOS%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/maia_aa_dr_arafcl%20(1).pdf). Acesso em: 20 de junho de 2025.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASUDA, Yoneji. **The Information Society as Post-Industrial Society**. Washington, DC: World Future Society, 1980.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 28, n. 44, p. p. 217-233, mar. 2012. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15757>>.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. **Cadernos de estudos sociais**, v. 19, n. 1, 2003.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15, 2012.

MESQUITA, Kamila; GUIMARÃES, Walline Alves. O uso da netnografia na pesquisa em relações públicas. **LÍBERO**, n. 52, p. 234-251, 2022.

MIDGETTE, Ekaterina. **Migrations and Diasporas: Struggling Between Inclusion and Exclusion**. Emerald Publishing Limited, 2023. E-book. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/publication/doi/10.1108/9781803824471>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MORETI, Nicole Mieko Takada. Espaço escolar e geografia dos afetos: paredes ou pontes atmosféricas? In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico -v. 05, n. 12, p.135-147, jul,2019. DOI:10.33416/geoatos.v5i12.6492. Acesso em 25 de setembro de 2025.

MOURA, Marili Lando; SODRÉ, Carlene Maria Oliveira; ALEXANDRE, Ivone Jesus. Violência no espaço escolar. **Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 2, p. 315-327, 2012.

NETO, Necio Turra. Geografia cultural, juventudes e ensino de geografia: articulações possíveis. **Formação (Online)**, v. 1, n. 20, 2013.

NUNES, Diego Miranda. On-line/ Off-line: relação corpo, espaço e masculinidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no App Tinder no município do Rio Grande – RS. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 4, 2019. DOI: 10.23899/relacult.v5i4.1233. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1233>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NUNES, Diego Miranda. Ciberespaço e espacialidades dos corpos gordos de homens gays no contexto de Florianópolis - SC. 2024. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

OLIVEIRA, V. H. N. Análise das pesquisas sobre juventudes na pós-graduação da Geografia brasileira. **Revista de Geografia**, Recife, v. 40, n. 3, p. 100-118, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.259381>. Acesso em: 23 maio 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Os jovens de Porto Alegre: da escola para a cidade. Caxias do Sul: EDUCS, 2021. Disponível em: <https://www.uces.br/educs/arquivo/ebook/os-jovens-de-porto-alegre-da-escola-para-a-cidade/> Acesso em: 22 de out. de 2025

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado: matizes do trabalho docente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2024. E-book

PERONIL, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; VALIM, Paula de Lima. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021.

PERES, Julio F. P.; MERCANTE, Juliane P. P.; NASELLO, Antonia G. Promovendo resiliência em vítimas de trauma psicológico. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. [insira o intervalo de páginas], ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082005000200003>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ**, p. 161-179, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. *Geographia Opportuno Tempore*, 6(1), 141–147.

RECUERO, Raquel da Cunha. Redes sociais na Internet: Considerações iniciais. In: **E-Compós**. 2005.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfoses jornalísticas**, v. 2, p. 1-269, 2009.

RODRIGUES, Paulo Jorge Quina. **O Bullying em Contexto Escolar: a importância da disciplina de educação física**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).

ROVERSO MUSSO, David. Anonimato digital e fake news: limites à liberdade de expressão na proteção dos direitos fundamentais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, [S. l.], v. 27, n. 47, p. 1–23, 2025. DOI: 10.62551/2595-4539.2025.530. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/530>. Acesso em: 1 set. 2025.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012 [1985]

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Gênero na teoria social: papéis, interações e instituições. **Virtu. Revista Eletrônica do ICHL/UFJF**, v. 4, p. 4, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Botão do Pânico | EFAPE | Programa Conviva SP. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/nossa-atuacao/botao-do-panico/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2025.

SENADO FEDERAL. **Repercute no Senado decisão do STF de responsabilizar redes por conteúdos ilegais.** *Internet*, Brasília, DF, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/06/27/repercute-no-senado-decisao-do-stf-de-responsabilizar-redes-por-conteudos-ilegais>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 296-307, Ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=en&nrm=isso

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica.** 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas na escola.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Cláudio Marques da; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. (In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. e165933, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844165933>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Terezinha; NASCIMENTO, Fernanda; BERTASSO, Daiane. Machosfera no Brasil: desafios práticos e éticos na cobertura jornalística da misoginia nas redes sociais. **E-Compós**, [S. l.], 2025. DOI: 10.30962/e-compos.3146. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/3146>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVEIRA, Juliana da. Hashtags e trending topics: a luta pelo (s) sentido (s) nos espaços enunciativos informatizados. **Revista Interletras**, v. 8, n. 31, 2020.

SIMMEL, Georg. Las grandes ciudades y la vida del espíritu. **Cuadernos Políticos**, México, D.F., n. 45, p. 5-10, jan./mar. 1986.

SIMMEL, Georg. Puente y puerta. In: _____. **El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura.** Barcelona: Península, 1986. p. 29-34.

TARELHO, L. C. (2024). Nos bastidores do ódio: a sombra irreduzível e ameaçadora do outro (Um aprofundamento da discussão sobre a tópica da clivagem). In F. Lattanzio &

F. Belo. (Orgs.). **Incidências da alteridade e do sexual na clínica psicanalítica**. Uma abordagem laplancheana (pp.131-157). São Paulo: Zagodoni.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti; CHAIA, Vera Lucia Michalany. A violência contra a escola e o fortalecimento da rede de proteção. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p.53-71, jul./dez. 2024.

TURRA NETO, Nécio. GEOGRAFIA CULTURAL, JUVENTUDES E ENSINO DE GEOGRAFIA: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 20, 2013. DOI: 10.33081/formacao.v1i20.2651. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2651>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & educação**, v. 6, n. 2, p. 1-17, 1992.

VINHA, Telma. et al. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos**. 1. ed. São Paulo: D3e, 2023. E-book. Disponível em: <https://d3e.com.br/publicacoes/ataques-de-violencia-extrema/>. Acesso em: 10 out. 2023.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006

WONG, Shu Ling; MCLELLAN, Ros. Adolescents' motivation to use social network sites from a psychological needs perspective. **Journal of Adolescence**, [s. l.], p. 1-15, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jad.12276>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.

ZANONI, Eliane; BROWN, Nohemí. Violência: Relação entre a indústria cultural de TW Adorno y M. Horkheimer e o discurso capitalista de J. Lacan. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 6, n. 1, p. 5-28, 2016

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS SEMIESTRUTURADOS

1- Perguntas destinadas aos alunos.

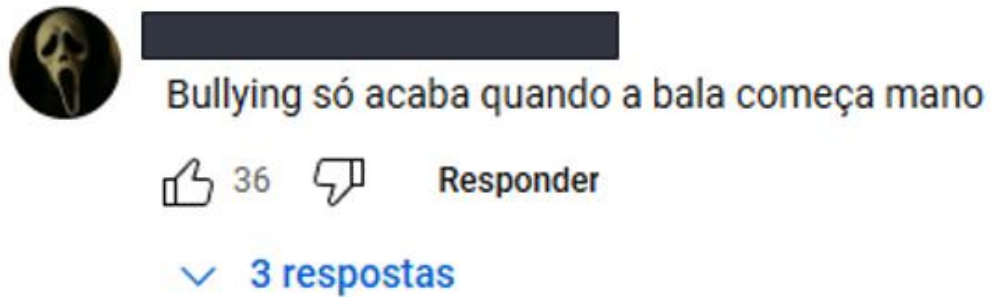
<u>Perguntas direcionadas aos alunos das escolas</u>
1 - Você utiliza as redes sociais com frequência?
2 - Você fala da sua rotina na escola em suas redes sociais?
3 - Você possui contato com seus colegas de escola através das redes sociais?
4 - Você acha que o contato com seus colegas através das redes sociais influencia seu dia-a-dia na escola?
5 - Você utiliza o Twitter (X)?
6 - Se sim, sua timeline (linha do tempo) possui muitos relatos sobre sua escola?
7 - Você utiliza o Youtube? Se sim, costuma realizar comentários ou responder comentários nos vídeos?
8 - Você já viu algum comentário de ódio ou ameaças diretas para sua escola?
9 - Você já sofreu algum tipo de constrangimento online?
10 - Você já viu ou conhece alguém que já passou por algum tipo de constrangimento nas redes sociais?

2- Perguntas destinadas ao corpo docente e a equipe pedagógica

<u>Perguntas direcionadas ao corpo docente e equipe pedagógica</u>
1 - Há quantos anos você leciona?
2 - Qual disciplina você leciona?
3 - Você observa o uso de Celulares e Redes Sociais em sala de aula?
4 - Você acha que as Redes Sociais influenciaram de determinadas formas os ataques violentos que ocorrem na escola?
5 - Quais são as medidas que foram tomadas posteriormente aos ataques violentos nessa escola?
6 - Você acha que essas medidas estão sendo eficazes?
7 - Você utiliza as Redes Sociais para comentar sobre assuntos que ocorrem no ambiente escolar?
8 - Você já atendeu casos de cyberbullying?
9 - Se sim, a escola possui algum protocolo padrão para lidar com a violência através das redes sociais?
10 - Em sua opinião, você acha que as relações sociais dos alunos no espaço escolar possui influência das redes sociais?
11 - Há algum relato sobre casos de ameaças ou de violência escolar que você já presenciou?

ANEXOS

Figura 1. Relato obtido através da Rede Social 'Youtube'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 2. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025

Figura 3. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 4. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 5. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 6. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 7. Relato obtido através da Rede Social 'X'

Tava flertando com uma garota no tiktok e pedi pra ela fazer um massacre na escola dela 💔 🍷

[Translate post](#)

1:44 PM · Apr 1, 2025 · 33 Views



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 8. Relato obtido através da Rede Social 'X'



eu vou fuzilar todo mundo daquela escola

[Translate post](#)

7:08 AM · Mar 27, 2025 · 13 Views

Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 9. Relato obtido através da Rede Social 'X'

The image shows a screenshot of a social media post on the platform 'X'. The post is from a user whose profile picture and name are redacted with black circles and lines. The text of the post is a highly offensive and threatening message in Portuguese. Below the post, there is a 'Post your reply' section with a 'Reply' button. A reply from another user is visible below that, also with a redacted name and profile picture. The reply text is also in Portuguese and appears to be a response to the original post's content. The interface elements like the back arrow, share icon, and interaction icons (reply, retweet, like, bookmark, share) are visible.

← Post

PORRA VAI SE FUDER , TOMAR NO CU DE TODO MUNDO DESSA ESCOLA DE MERDA MORRE, EU VOU FUZILAR QUEM TÁ FALANDO DE MIM NESSA PORRA, TOMARA QUE SE MATE ESSA DESGRAÇA DO KRLH, MERECE SE AFOGAR E DEPOIS SER DEVORADA POR TUBARÕES VOMITADA DO LADO DE UMA ESTAÇÃO DE PETRÓLEO Q VAI EXPLODIR

[Translate post](#)

10:57 AM · Jun 17, 2024 · 24 Views

1

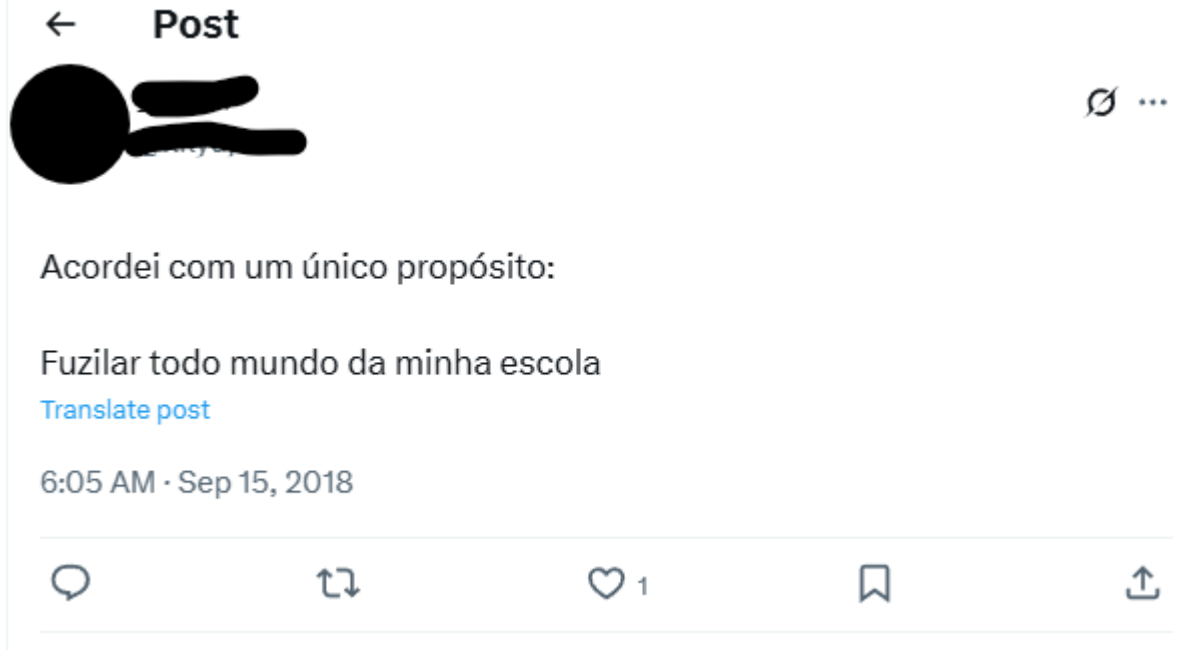
Post your reply Reply

Jun 17, 2024

Tomara que seja esquartejada viva esse krlh de pessoa, eu fico sabendo de coisa nessa bosta de escola que eu nem fiz nessa desgraça, bicho, no mínimo se esforça pra descobrir algo que eu fiz ou que eu falei de verdade ao invés de ficar inventando mentira

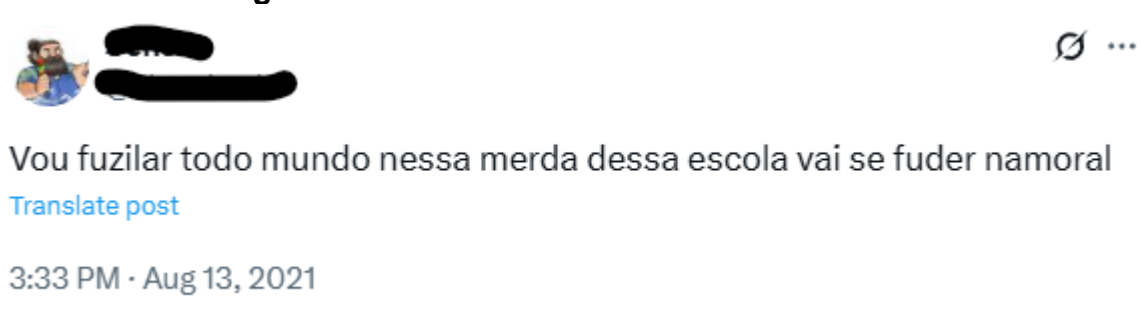
Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 10. Relato obtido através da Rede Social 'X'



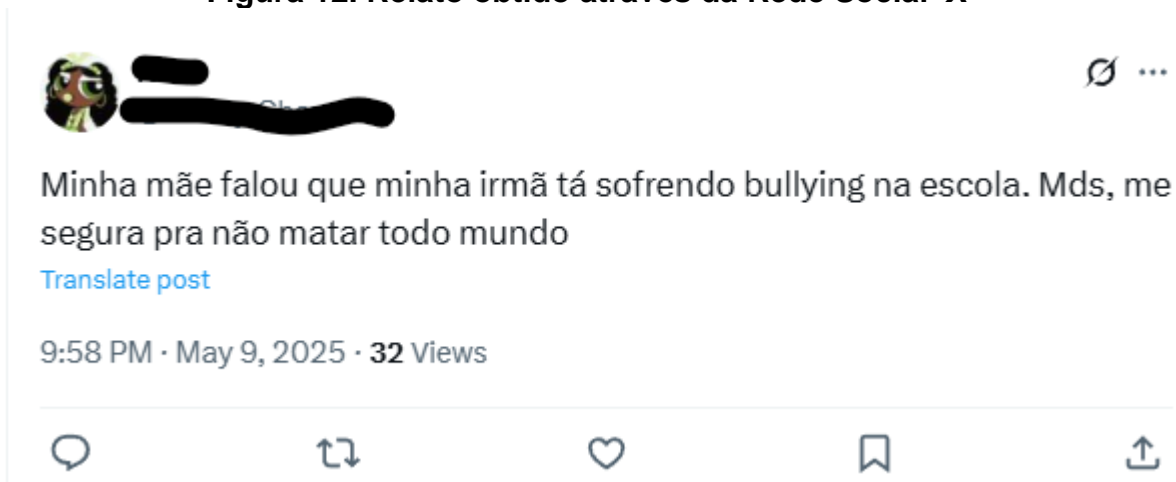
Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 11. Relato obtido através da Rede Social 'X'



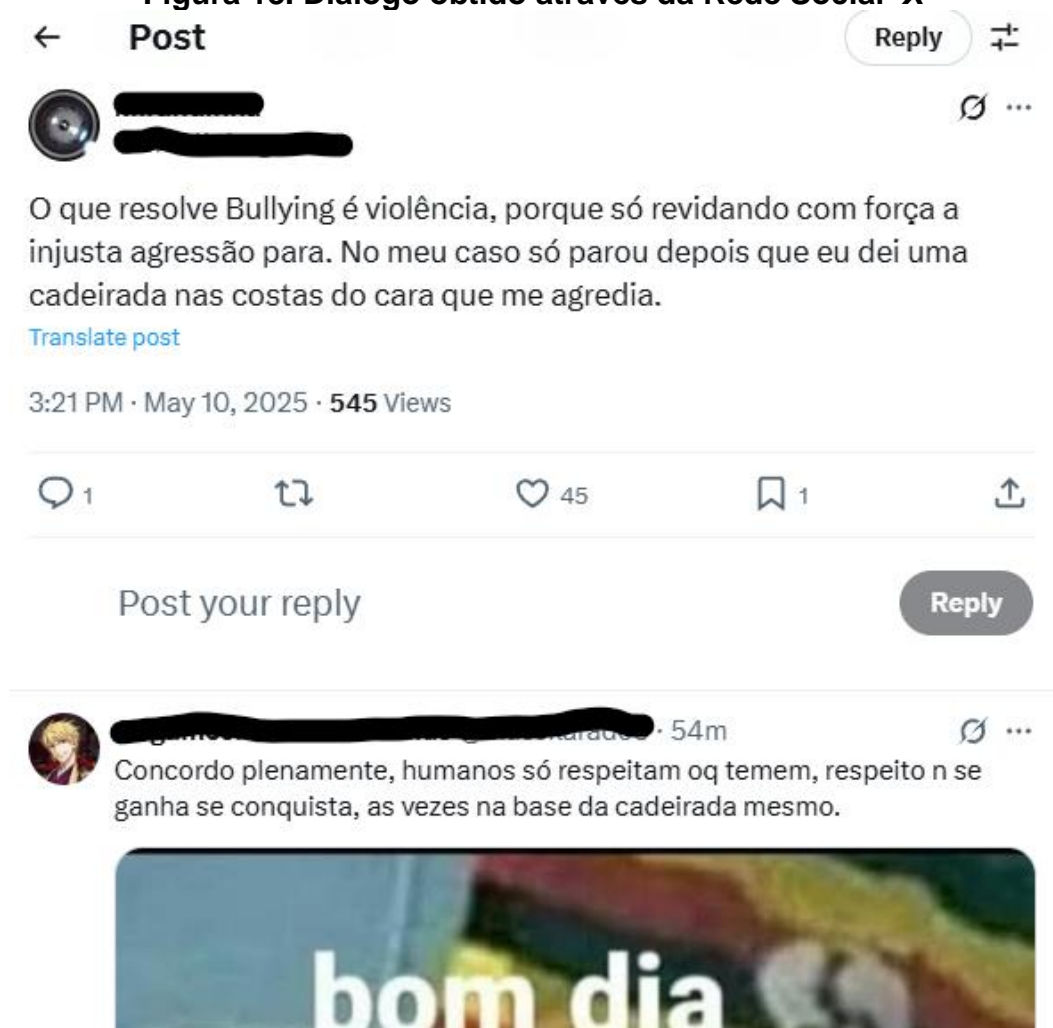
Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 12. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 13. Diálogo obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 14. Diálogo obtido através da Rede Social 'X'

← Post Reply


Poise. Os números não mentem. O moleque é herói mundial.

[Translate post](#)

G1 EDUCAÇÃO

16/04/2011 12h02 · Atualizado em 16/04/2011 12h02

Bullying motivou 87% de ataques em escolas, diz estudo dos EUA

Pesquisa analisou 66 ataques no mundo de 1955 a 2011. Psiquiatra norte-americano diz que não há perfil para assassino nas escolas.

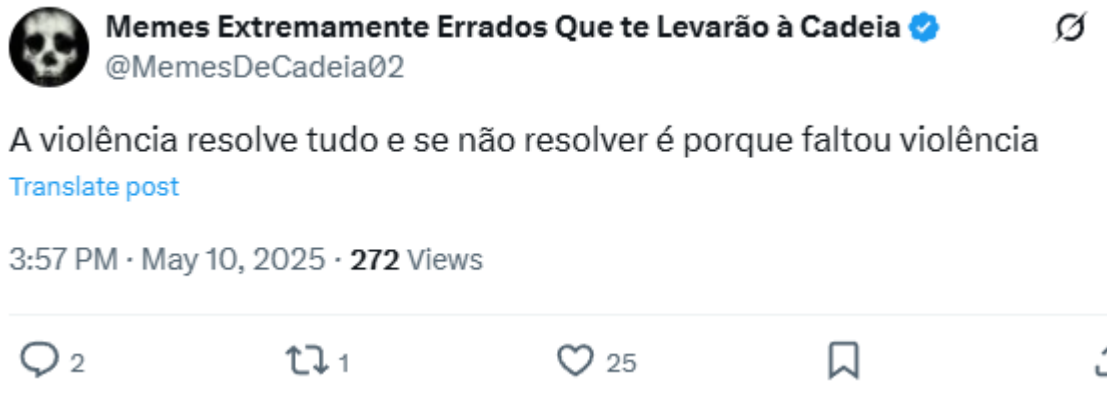
Da Agência Estado





O psiquiatra americano Timothy Brewerton, que tratou de alguns dos estudantes sobreviventes do massacre de Columbine, que deixou 13 mortos e 1999 nos Estados Unidos, apresentou nesta sexta-feira (15), no Rio, estudo realizado pelo serviço secreto do país cujo resultado apontou que, nos 66 ataques em escolas que ocorreram no mundo de 1966 a 2011, 87% dos atiradores sofriam bullying e foram movidos pelo desejo de vingança.

Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 15. Diálogo obtido através da Rede Social 'X'

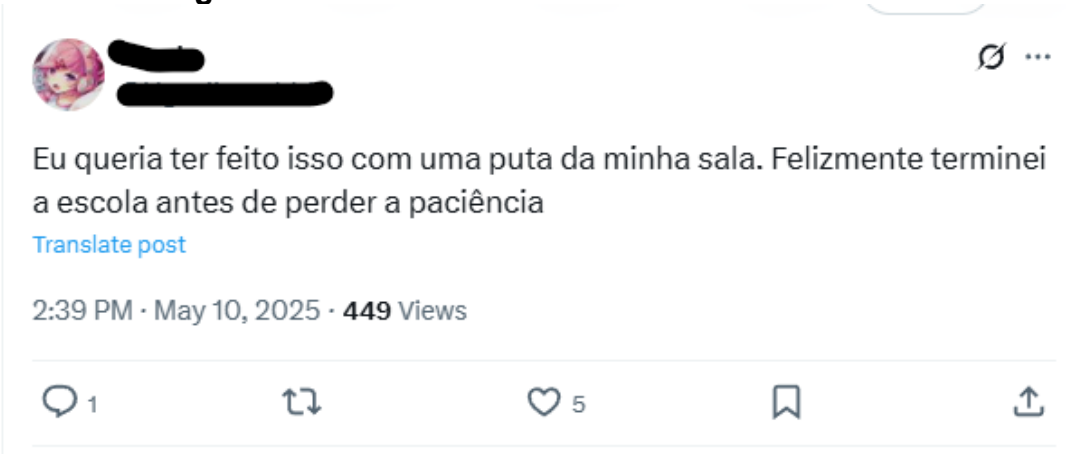


 5m  ...

Você é tipo o diabinho que fica no ombro esquerdo falando no meu ouvido, só sabe dar conselhos bons

Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 16. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 17. Relato obtido através da Rede Social 'X'




O bullying só acaba quando o massacre começa
[Translate post](#)

4:19 PM · May 10, 2025 · 32 Views






Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 18. Relato obtido através da Rede Social 'X'



A escola é o lugar mais tóxico que existe, eles só percebem até você reagir e virar o vilão da parada
[Translate post](#)

3:23 PM · May 10, 2025 · 151 Views

   1  

Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 19. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Atirador 380
@Atirador_380

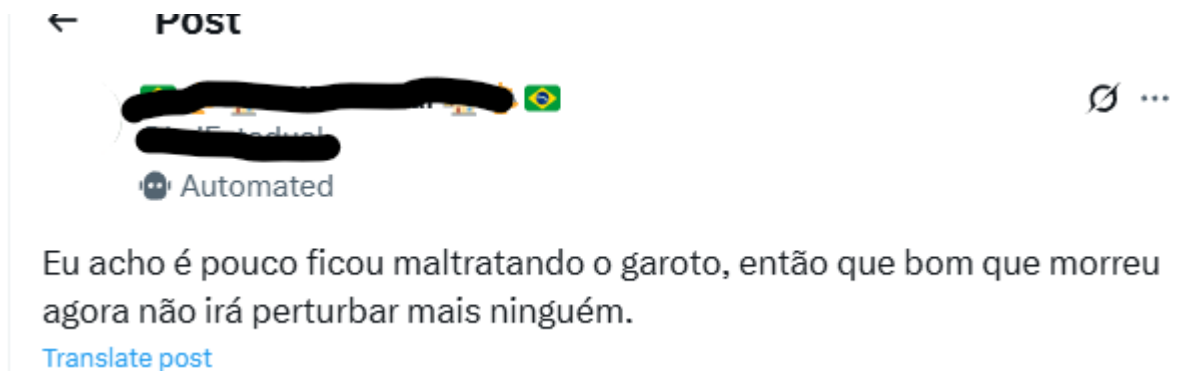
quer justiça ? faça !

5:20 PM · May 10, 2025 · 4 Views

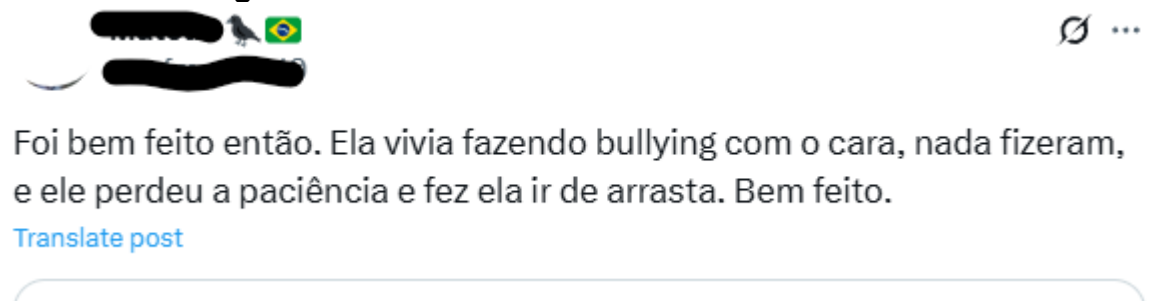
Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 20. Relato obtido através da Rede Social 'X'



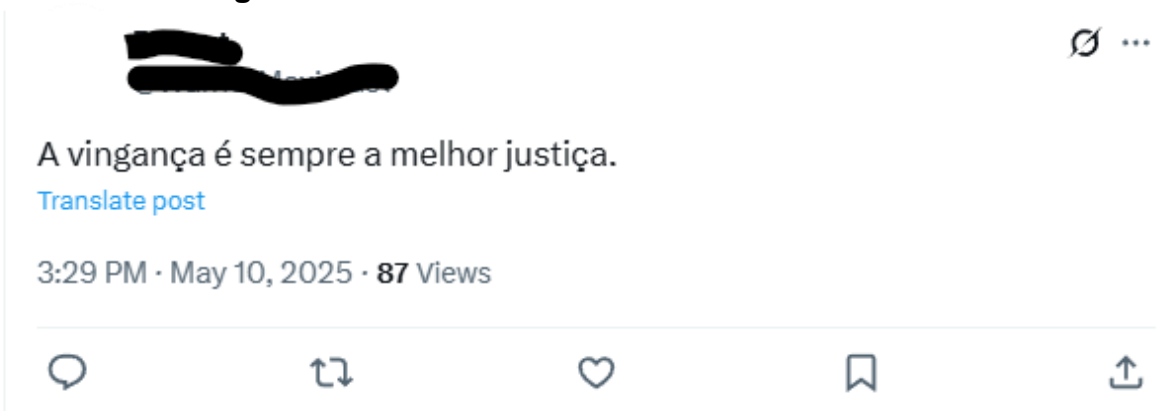
Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 21. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 22. Relato obtido através da Rede Social 'X'



Fonte: Própria Autora, 2025.

Figura 23. Relato obtido através da Rede Social 'X'

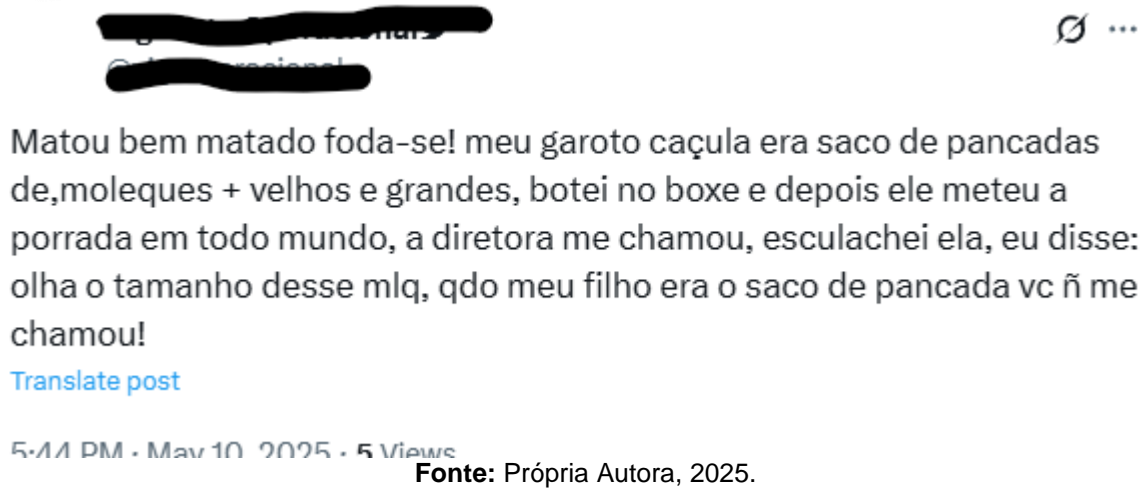
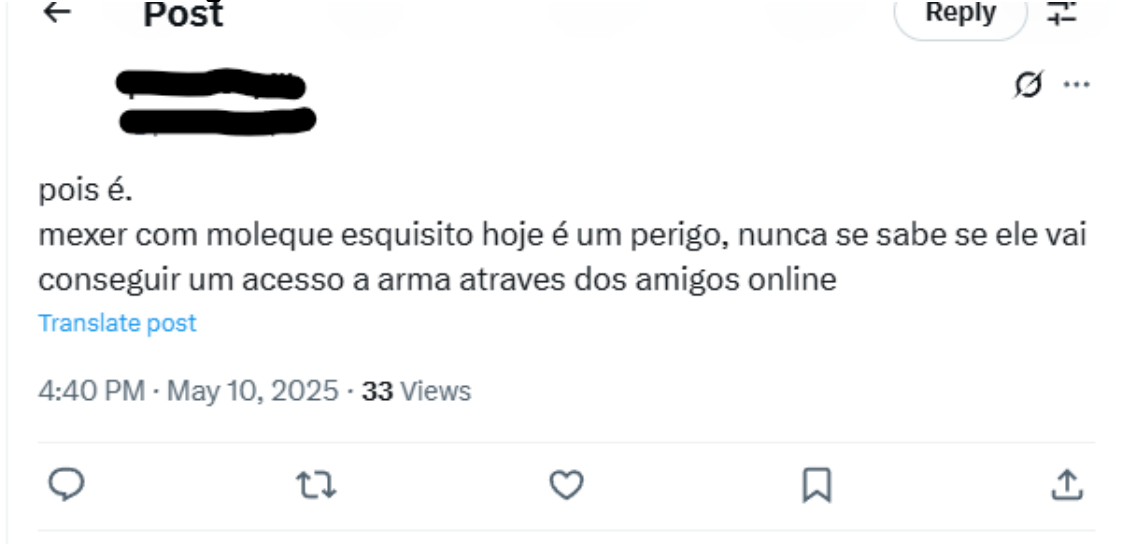


Figura 24. Relato obtido através da Rede Social 'X'



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES PROGRAMA
DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

**CIBERESPAÇO E JUVENTUDES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE INCLUSÃO E
EXCLUSÃO ESCOLAR**

Eu, Naomi André Cambará Barbosa estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “CIBERESPAÇO E JUVENTUDES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR” orientada pelo Prof. Dr. Antônio Henrique Bernardes.

As redes sociais atualmente possuem um papel importante nos processos de sociabilidades. É visível o espaço que as redes sociais ganharam espaço no cotidiano do ser humano e isso torna-se cada vez mais frequente nos espaços de interação social. Tendo em vista tais apontamentos, é notório que as redes sociais igualmente se apropriam do espaço escolar, ou seja, mesmo no espaço físico das escolas, as redes sociais se fazem presentes, integrando-se com as espacialidades daqueles sujeitos. Os processos de inclusão e exclusão escolar igualmente podem ser visualizados através das dinâmicas nas redes sociais virtuais. Essa pesquisa busca, então, relacionar se as interações nas redes sociais virtuais, neste caso os relatos desses sujeitos jovens que estão inseridos nos espaços escolares, e os casos de inclusão e exclusão escolar possuem uma ligação direta. A intenção é transformar as redes sociais virtuais como mecanismo de busca para os relatos desses sujeitos, caso for identificado, então criar ferramentas de interpretação e prevenção para os casos de possíveis violências no contexto escolar.

Você foi selecionado (a) por ser estudante regular desta escola, localizada na cidade de /SP, uma das cidades onde o estudo será realizado. Primeiramente você será convidado a responder um questionário semiestruturado com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem o seu cotidiano na escola e sua percepção sobre a utilização das redes sociais virtuais e se as mesmas possuem relação com os ataques escolares. Sua participação torna-se importante devido à sua vivência enquanto aluno desta escola, assim como fazer parte do cotidiano da mesma.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas durante a aplicação do questionário e a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper o questionário a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento do questionário por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes que irão participar da pesquisa. Por serem um grupo vulnerável de

determinada forma, há riscos conforme descritos: através da mesma, possa ser que o aluno reviva alguns momentos desconfortáveis ou traumatizantes de sua vida, pois, os relatos realizados através desta pesquisa retratam acerca dos problemas que envolvam atos de violência escolar. Neste caso, a pesquisadora se compromete que caso hajam quaisquer danos físicos ou psicológicos, o ressarcimento. A pesquisadora irá arcar com os tratamentos médicos e medicações, assim como sessões de psicoterapia, caso seja necessário.

O local da aplicação do questionário será na Escola Estadual Professor Antonio Sproesser, localizado no Endereço RUA PEDRO EDUARDO MOLLER , 209 - JARDIM VISTA ALEGRE - MONTE MOR - São Paulo. A durabilidade da aplicação do questionário será de cerca de 1 hora.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Geografia e do Ensino, assim como auxiliará para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da equipe na escola. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você pode desistir de participar e seu responsável retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo no âmbito escolar, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que estuda ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito a autorização de seu responsável legal para a realização de um questionário semiestruturado, assim como uma gravação do mesmo, caso seja necessário. As gravações realizadas durante a aplicação do questionário semiestruturado serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas na aplicação do questionário será realizada na íntegra pela pesquisadora e por mais dois transcritores, que receberão trechos dessas gravações. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o/a participante terá direito a ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei (Res. CNS 510, VI, Art. 9).

Seu responsável legal receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV).

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas

envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar., localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos- SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Naomi André Cambará Barbosa

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (PPGGEO-So) Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
Rodovia João Leme dos Santos, SP-264 - Sorocaba - SP - BR CEP: 18052-780

Contato telefônico: (67) 992179247

E-mail: naomibarbosa@estudante.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante ou de seu responsável legal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES PROGRAMA
DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

**CIBERESPAÇO E JUVENTUDES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE INCLUSÃO E
EXCLUSÃO ESCOLAR**

Eu, Naomi André Cambará Barbosa estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “CIBERESPAÇO E JUVENTUDES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR” orientada pelo Prof. Dr. Antônio Henrique Bernardes.

As redes sociais atualmente possuem um papel importante nos processos de sociabilidades. É visível o espaço que as redes sociais ganharam espaço no cotidiano do ser humano e isso torna-se cada vez mais frequente nos espaços de interação social. Tendo em vista tais apontamentos, é notório que as redes sociais igualmente se apropriam do espaço escolar, ou seja, mesmo no espaço físico das escolas, as redes sociais se fazem presentes, integrando-se com as espacialidades daqueles sujeitos. Os processos de inclusão e exclusão escolar igualmente podem ser visualizados através das dinâmicas nas redes sociais virtuais. Essa pesquisa busca, então, relacionar se as interações nas redes sociais virtuais, neste caso os relatos desses sujeitos jovens que estão inseridos nos espaços escolares, e os casos de inclusão e exclusão escolar possuem uma ligação direta. A intenção é transformar as redes sociais virtuais como mecanismo de busca para os relatos desses sujeitos, caso for identificado, então criar ferramentas de interpretação e prevenção para os casos de possíveis violências no contexto escolar.

Você foi selecionado (a) por ser estudante regular desta escola, localizada na cidade de /SP, uma das cidades onde o estudo será realizado. Primeiramente você será convidado a responder um questionário semiestruturado com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem o seu cotidiano na escola e sua percepção sobre a utilização das redes sociais virtuais e se as mesmas possuem relação com os ataques escolares. Sua participação torna-se importante devido à sua vivência enquanto aluno desta escola, assim como fazer parte do cotidiano da mesma.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas durante a aplicação do questionário e a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper o questionário a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento do questionário por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes que irão participar da pesquisa. Por serem um grupo vulnerável de

determinada forma, há riscos conforme descritos: através da mesma, possa ser que o aluno reviva alguns momentos desconfortáveis ou traumatizantes de sua vida, pois, os relatos realizados através desta pesquisa retratam acerca dos problemas que envolvam atos de violência escolar. Neste caso, a pesquisadora se compromete que caso hajam quaisquer danos físicos ou psicológicos, o ressarcimento. A pesquisadora irá arcar com os tratamentos médicos e medicações, assim como sessões de psicoterapia, caso seja necessário.

O local da aplicação do questionário será na Escola Estadual Professor Antonio Sproesser, localizado no Endereço RUA PEDRO EDUARDO MOLLER , 209 - JARDIM VISTA ALEGRE - MONTE MOR - São Paulo. A durabilidade da aplicação do questionário será de cerca de 1 hora.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Geografia e do Ensino, assim como auxiliará para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da equipe na escola. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você pode desistir de participar e seu responsável retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo no âmbito escolar, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que estuda ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito a autorização de seu responsável legal para a realização de um questionário semiestruturado, assim como uma gravação do mesmo, caso seja necessário. As gravações realizadas durante a aplicação do questionário semiestruturado serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas na aplicação do questionário será realizada na íntegra pela pesquisadora e por mais dois transcritores, que receberão trechos dessas gravações. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o/a participante terá direito a ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei (Res. CNS 510, VI, Art. 9).

Seu responsável legal receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV).

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas

envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar., localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos- SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Naomi André Cambará Barbosa

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (PPGGEO-So) Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
Rodovia João Leme dos Santos, SP-264 - Sorocaba - SP - BR CEP: 18052-780

Contato telefônico: (67) 992179247

E-mail: naomibarbosa@estudante.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante ou de seu responsável legal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

**JUVENTUDES E CIBERESPAÇO: O CASO DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO
ESCOLAR ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS**

Eu, Naomi André Cambará Barbosa estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “CIBERESPAÇO E JUVENTUDES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR” orientada pelo Prof. Dr. Antônio Henrique Bernardes.

As redes sociais atualmente possuem um papel importante nos processos de sociabilidades. É visível o espaço que as redes sociais ganharam espaço no cotidiano do ser humano e isso torna-se cada vez mais frequente nos espaços de interação social. Tendo em vista tais apontamentos, é notório que as redes sociais igualmente se apropriam do espaço escolar, ou seja, mesmo no espaço físico das escolas, as redes sociais se fazem presentes, integrando-se com as espacialidades daqueles sujeitos. Os processos de inclusão e exclusão escolar igualmente podem ser visualizados através das dinâmicas nas redes sociais virtuais. Essa pesquisa busca, então, relacionar se às interações nas redes sociais virtuais, neste caso os relatos desses sujeitos jovens que estão inseridos nos espaços escolares, e os casos de inclusão e exclusão escolar possuem uma ligação direta. A intenção é transformar as redes sociais virtuais como mecanismo de busca para os relatos desses sujeitos, caso for identificado, então criar ferramentas de interpretação e prevenção para os casos de possíveis violências no contexto escolar.

Você foi selecionado (a) por ser estudante regular desta escola, localizada na cidade de Monte Mor - SP, uma das cidades onde o estudo será realizado. Primeiramente você será convidado a responder um questionário semiestruturado com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem o seu cotidiano na escola e sua percepção sobre a utilização das redes sociais virtuais e se as mesmas possuem relação com os ataques escolares. Sua participação torna-se importante devido à sua vivência enquanto parte da equipe pedagógica da escola em questão, assim como visamos compreender acerca da sua interpretação acerca dos casos de ataques escolares no espaço escolar.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas durante a aplicação do questionário e a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper o questionário a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento do questionário por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes que irão participar da pesquisa. Por serem um grupo vulnerável de determinada forma, há riscos conforme descritos: através da mesma, pode ser que o senhor ou senhora reviva alguns momentos desconfortáveis ou traumatizantes de sua vida, pois, os relatos realizados através desta pesquisa retratam acerca dos problemas que envolvam atos de violência escolar.

Garantimos igualmente o ressarcimento caso haja danos emocionais que sejam decorrentes desta pesquisa. Incluindo custos médicos, atendimento psicológico e a cobertura de demais despesas que sejam derivadas da pesquisa, incluindo locomoção e alimentação.

O local da aplicação do questionário será na Escola Estadual Professor Antonio Sproesser, localizado no Endereço RUA PEDRO EDUARDO MOLLER , 209 - JARDIM VISTA ALEGRE -

MONTE MOR - São Paulo. A durabilidade da aplicação do questionário será de cerca de 1 hora.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Geografia e do Ensino, assim como auxiliará para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da equipe na escola. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo no âmbito escolar, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para a realização de um questionário semiestruturado, assim como uma gravação do mesmo, caso seja necessário. As gravações realizadas durante a aplicação do questionário semiestruturado serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas na aplicação do questionário será realizada na íntegra pela pesquisadora e por mais dois transcritores, que receberão trechos dessas gravações. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o/a participante terá direito a ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei (Res. CNS 510, VI, Art. 9).

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados. O CEP-UFSCar funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Dados para contato:

Pesquisador Responsável: Naomi André Cambará Barbosa

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (PPGGEO-So) Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba Rodovia João Leme dos Santos, SP-264 - Sorocaba - SP - BR

CEP: 18052-780

Contato telefônico: (67) 99217-9247

E-mail: naomibarbosa@estudante.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante